



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA

**ENTRE A INTENÇÃO E O GESTO: a experiência do
ProJovem em João Pessoa**

**JOÃO PESSOA
2011**

MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA

ENTRE A INTENÇÃO E O GESTO: a experiência do Projovem em João Pessoa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Senso* em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração em Política Social em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Marinalva de Sousa Conserva

JOÃO PESSOA
2011

L768e Lira, Márcia de Figueiredo Lucena.
Entre a intenção e o gesto: a experiência do ProJovem em João
Pessoa / Márcia de Figueiredo Lucena Lira.- João Pessoa, 2011.
153f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marinalva de Sousa Conserva
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA/PPGSS

1. Juventude. 2. Participação. 3. Cidadania. 4. Políticas
Públicas. 5. Educação.

CDU: 36(043)

MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA

ENTRE A INTENÇÃO E O GESTO: a experiência do Projovem em João Pessoa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração em Política Social em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: ____/____/2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marinalva de Sousa Conserva – UFPB/ PPGSS

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Vilma de Lurdes Barbosa – UFPB/PPGH

Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Ramos de Meneses – UFPB/PPGSS

Examinador Interno

*Às diferentes juventudes, por todas as possibilidades existentes, por toda trança, toda trama e toda teia que provoca e rompe com os **nãos**, que enfrenta os medos - os seus e os meus; que espalha alegrias - as suas e as minhas.*

AGRADECIMENTOS

Quando penso nas pessoas que me ajudaram e que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo nesse processo, penso em gaivotas voando juntas. Meu sentimento de gratidão vai longe...

Os jovens do Projovem foram, sem dúvida o ponto de partida. O que eles me instigaram com sua capacidade de serem bons, criativos, bonitos, corajosos e esperançosos apesar do preconceito e exclusão, não foi pouco!! O mínimo que eu podia fazer era me mexer também e me encher de esperanças.

Os professores, formadores e demais companheiros do Projovem, especialmente Thiago e Patrícia, amigos com quem dividi cada idéia, cada plano, que juntos transformamos em ousadia concreta com a ajuda de todos.

Minhas amigas, “Mulheres de Atitude”, que me empurraram para esse destino usando toda habilidade feminina, cuidadora, mantenedora. Nely, mulher-fogo-na-roupa, que me jogou na fogueira do desejo de seguir em frente, e Marinalva, que com carinho, maestria e zelo me colocou no prumo, nos trilhos, e por isso estou aqui.

Meus colegas e professores do “Supermestrado” pela acolhida dessa estranha no ninho de Assistentes Sociais e pelo estímulo de cada dia. Meus irmãos de caminhada do Pathwork e da DEP pela inspiração e suporte. Meus colegas de trabalho da SEE que deram vida aos espaços vazios e não deixaram o trem parar.

Em meio a esses anjos ou gaivotas - criaturas que voam juntas - vejo meus familiares, torcendo por mim. A energia estimulante e presente da minha mãe e do meu pai: amor aos montes! Não foi fácil conciliar tantas tarefas difíceis e não teria sido possível sem a ajuda deles. Especialmente, Flora, que mesmo de longe, tem a chave de minha paz e do meu equilíbrio; João, que com sua leveza peculiar soube lidar com minha enorme ausência e Nanego, meu amor e companheiro, maestro que regeu tudo pra mim: a casa, os filhos, a escola, o supermercado, a cozinha, a dinâmica e o equilíbrio da vida em família – coisa fundamental para uma boa canceriana.

Por fim, o meu sentimento de gratidão vai e vem por estas e outras pessoas. Como um coração que contrai e expande, e é em meu coração que acolho a todos e de forma muito especial três criaturas que seguraram em minhas mãos, palavra por palavra: Ligia, Carol e Iveraldo (meu PAI): Muito obrigada pela escuta, pela entrega, pela doação! Muito obrigada a todos pela possibilidade de finalizar esta etapa de minha tarefa.

Quero trabalhar, estudar, me dedicar a minha mulher e a família que construímos juntos. E assim, ser feliz e concluir tudo aquilo que foi interrompido.

Genilson Santos (estudante do Projovem Urbano)

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no município de João Pessoa (2006 a 2010), tendo como referência a experiência como coordenadora e as reflexões de jovens sobre fatos e processos ocorridos na vida dos jovens integrantes do Programa. A forma de participação da juventude, professores e gestores do Projovem em diferentes localidades onde o Programa vinha sendo desenvolvido, revela um compromisso com o **fazer educação** e instiga o interesse em ver efetivada uma Política Pública voltada para a juventude a partir de sua própria participação. O caminhar metodológico através da abordagem qualitativa foi referenciado na hermenêutica-dialética, método adequado para tratamento dos documentos e materiais que compuseram o *corpus* desse estudo, sendo dois instrumentais matéria-primas: (1) **Vídeo da Roda de Conversa** com jovens (2007), falas e trajetórias transcritas e analisadas resultando em um novo produto incorporado ao *corpus* desta dissertação - “Sobre nós: jovens, desafios e perspectivas” (2011); (2) **Questionário (2010)** aplicado à 252 jovens, pela Coordenação Municipal no Encontro de Lideranças. A análise do conjunto de materiais revelou seis categorias temáticas: (a) Chegança no Programa - diferentes trajetórias de vida; (b) Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder; (c) Professor não é só aquele que ensina; (d) Enxergar a comunidade - contribuições da Participação Cidadã; (e) Qualificação Profissional - trabalho pra quem; e (f) Vencer o Medo. Assim, a experiência do Projovem em João Pessoa, em suas duas versões apesar de ter buscado a inclusão de jovens, este, ainda, não consegue atingir toda demanda existente. Mesmo assim os dados são reveladores quanto ao êxito do Programa em relação aos jovens participantes e que concluíram com sucesso no Município. Para ressignificar a experiência vivida a ponto de inferir sobre os próximos passos, no que se refere ao público usuário da Política é importante não apenas garantir o acesso (entrada/matricula), mas cuidar para sua permanência e sucesso, pois, sem **aprendizagem não há inclusão**. Outros passos serão reflexos da transferência do Projovem para o MEC como Política de Educação e do reconhecimento pelo Estado em suas diferentes esferas - Federal Estadual e Municipal, da importância da efetivação de Políticas Públicas voltadas para Juventude.

Palavras-Chave: Juventude. Participação. Cidadania. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the National Program of Social Inclusion of Youngsters: *Projovem*, in the city of João Pessoa, from 2006 to 2010, having as reference the experience as a coordinator and the reflections of youngsters who participate in the program about facts and processes that took place in their lives. The nature of participation of the youngsters, teachers and managers at Projovem in different localities where the Program was being developed, reveals a commitment to the **doing of education** and instigates an interest in promoting a public policy for the youth based on the participation of this very youth. The methodological path through qualitative research has been based on the hermeneutic-dialectic, an adequate method for analyzing documents and materials which form the *corpus* of this study. Its essential elements are: (1) **Vídeo Roda de Conversa** (chat circle video) with youngsters (2007), talks and trajectories transcribed and analyzed resulting in a new product incorporated to the *corpus* of this thesis - “About us: youngsters, challenges and perspectives” (2011); (2) **Questionnaire (2010)** given to 252 youngsters, by the municipal coordination at the Meeting of Leaderships. The analysis of results has revealed six thematic categories: (a) Arrival at the program: different trajectories. (b) For those who have a lot to pursue in life and no time to lose (c) A teacher is not only the one who teaches (d) Seeing the community: contributions for participating as a citizen (e) Professional qualifications: work for whom (f) Conquering fear: perspectives for the future – at this point, youngsters have shown that although the past has not been reassuring and the present brings challenges, a better future may be built. This way, it may be said that although the program (in João Pessoa) has sought the social inclusion of youngsters in its two versions, it still does not manage to meet the needs of the existing demand. Even so, the data reveal the success of the Program in relation to the participating youngsters who successfully finished the Program in this city. In order to resignify the experience lived to the point of inferring the next steps of this policy towards its target audience, it is importance to not only assure the access to such Policy (entrance/enrollment), but also promote permanence and success, given that **without learning there is no social inclusion**. Other steps are reflexes of the transference of the Program to MEC (Ministry of Education and Culture) as Education Policy and its acknowledgement by the State in its different spheres – Federal, state and municipal, highlighting the importance of Policies for the youth.

Keywords: Youth. Participation. Citizenship. Public Policies. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAED	Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
COMED	Colóquio Municipal de Educação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRA	Caderno de Registro de Avaliação
DF	Distrito Federal
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EFNE	Exame Final Nacional Externo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FTG	Fundamentos Técnicos Gerais
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNJOPE	Fundação Cultural do Município de João Pessoa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEOG	Manual do Educador Orientações Gerais
ONGs	Organizações não Governamentais
PE	Professor Especialista
PEC	Proposta de Emenda a Constituição
PGI	Plano de Gestão Integrada
PLA	Plano de Ação Comunitária
PNAD	Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação

PO	Professor Orientador
POP	Projeto de Orientação Profissional
PPI	Projeto Pedagógico Integrado
PPJ	Política Pública de Juventude
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SISLAME	Sistema para Administração e Controle Escolar
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UF	Unidades Formativas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Aula Inaugural em 2007	59
Foto 2 – Planejamento Integrado (1)	73
Foto 3 – Planejamento Integrado (2)	73
Foto 4 – Apresentação do PLA na Praça da Paz – Bancários/JP - 2006	77
Foto 5 – Caminhada pela Paz	78
Foto 6 – Aula de campo no Centro Histórico	78
Foto 7 – I Semana de Vivência Curricular Integrada	81
Foto 8 – II Semana de Vivência Curricular Integrada	82
Foto 9 – III Semana de Vivência Curricular Integrada	83
Foto 10 – Plenárias do Orçamento Democrático Municipal	85
Foto 11 – Encontros de Lideranças	86
Foto 12 – I Ciclo de Conversas do PLA 2007	88
Foto 13 – Arcos ocupacionais	92
Foto 14 – Eventos públicos do PLA	115
Foto 15 – Seminário de QP 2006	118
Foto 16 – Arco de Alimentação - 2008	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quanto ao sexo	98
Gráfico 2 – Quanto à cor	99
Gráfico 3 – Quanto à motivação para chegar ao Programa	100
Gráfico 4 – Quanto a Continuidade dos estudos	101
Gráfico 5 – Quanto ao aprendizado	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Rede Nacional	47
Figura 2 – Projovem Integrado	49
Figura 3 – Mapa de distribuição territorial dos Núcleos do Projovem	60
Figura 4 – Organograma da Rede Municipal	61
Figura 5 – Organograma Físico	62
Figura 6 - Mapa de distribuição territorial dos Núcleos do Projovem Urbano	63
Figura 7 – Espiral de Gestão do Projovem	66
Figura 8 – Identidade Projovem	75
Figura 9 – Folder da I Semana de Vivência Curricular Integrada – 2006	80
Figura 10 – Convite do Ciclo de Conversas	87
Figura 11 – Material de Divulgação do Fórum	93
Figura 12 – Quanto ao PO	111
Figura 13 – Folder do Festival de Arte e Cultura do Projovem	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência dos Cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos	32
Tabela 2 – Dados da Matrícula	89
Tabela 3 – Pontuação por UFs	90
Tabela 4 – Categorias Temáticas	97
Tabela 5 - Horário Semanal de Turma 1	109
Tabela 6 - Horário Semanal de Turma 2	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	28
1.1 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO: elementos de uma história.....	28
<i>1.1.1 Princípios Constitucionais que regem as ações públicas na Função Educação..</i>	<i>33</i>
1.2 DIFERENTES CONTEXTOS, DIFERENTES JUVENTUDES.....	37
1.3 JUVENTUDE: de imagens contraditórias a sujeitos de direitos.....	42
<i>1.3.1 Estatuto da Juventude: pluralidade em pauta.....</i>	<i>45</i>
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE: Projovem.....	46
2. PROJovem ORIGINAL E URBANO EM JOÃO PESSOA: a cidade como espaço pedagógico.....	53
2.1 JOÃO PESSOA: senhora de muitas histórias.....	53
2.2 PROJovem: do original ao urbano.....	57
<i>2.2.1 A Rede do Projovem.....</i>	<i>59</i>
2.3 A GESTÃO PEDAGÓGICA.....	64
2.4 PROPOSTA CURRICULAR E PLANEJAMENTO INTEGRADO: desenhando novas formas de aprendizado.....	70
2.5 O MAPA DOS DESAFIOS: o mapa da Mina.....	76
2.6 PARA ALÉM DOS MUROS: da escola.....	79
2.7 PARTICIPAÇÃO: É a palavra da vez.....	84
3. PROJovem: Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder.....	96
3.1 O PERFIL: de que jovens estamos falando?.....	97
<i>3.1.1 Chegança no Programa: diferentes trajetórias.....</i>	<i>103</i>
<i>3.1.2. Projovem: “Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder?.....</i>	<i>106</i>
<i>3.1.3 Professor não é só aquele que ensina: que diferença faz um PO?</i>	<i>107</i>
<i>3.1.4 Enxergar a comunidade: contribuições da Participação Cidadã.....</i>	<i>112</i>
<i>3.1.5 Trabalho de quem: Qualificação Profissional e os Arcos Ocupacionais</i>	<i>117</i>

CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE: intenção e gesto, mente e coração....	124
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXOS.....	138

INTRODUÇÃO

O presente estudo surge a partir de inquietações vivenciadas como gestora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no município de João Pessoa, de 2006 a 2010. Esse processo teve início em agosto de 2005 a partir da participação como técnica da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa, em reunião de apresentação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, em Brasília.

Na ocasião foram apresentados dados constantes no diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial da Juventude¹ apontando a necessidade de atender a uma parcela de jovens que representavam 13,5% da população brasileira e estavam dentro de situações destacadas pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2003, que configuraram os filtros elementares para estimação do público do Programa.

De acordo com os dados, existiam no Brasil à época 34 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 24 anos, que representavam 20% da população. “Eram 34 milhões de brasileiros que, em sua diversidade, expressavam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizavam nossa sociedade.” (BRASIL, 2007, p. 13). Destes, verificou-se que 23,4 milhões eram jovens entre 18 e 24 anos, que habitavam em regiões metropolitanas, tinham apenas a primeira fase do Ensino Fundamental concluída e estavam fora do mercado de trabalho (85,4%). Estes eram os jovens que motivaram, na época, a elaboração do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem.

A participação nesse evento mudou minha atuação na Secretaria Municipal de Educação. Havia sido chamada, como arte-educadora que desenvolvia por muitos anos, atividades de formação de professores e de inclusão social por meio da arte, em comunidades pobres da periferia de João Pessoa, para compor a equipe da referida Secretaria com a tarefa de implantar o Departamento de Programas Especiais dentro da Diretoria de Gestão Curricular, visando atender a intenção do Projeto Político recém instalado, de cunho socialista, que tinha o objetivo de construir um elo entre a vida na comunidade, as expressões ali encontradas e a escola pública municipal.

¹ Grupo com a representatividade de 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados responsável pela elaboração de diagnóstico sobre a juventude brasileira.

A compreensão a respeito dos dados ali apresentados e trazidos para os gestores municipais permitiu uma releitura da experiência vivida e da minha atuação na Secretaria, gerando um vínculo como Coordenadora Municipal do Programa, fato possível a partir do interesse do governo municipal em olhar a juventude de forma mais ampla. Configurava-se nessas circunstâncias também, a construção de uma interseção efetiva entre a educação – universo sobre o qual me reconhecia desde muitos anos de atuação como professora, e a gestão pública – o novo desafio que agora estava posto. Tudo isso, somado à vivência nos espaços de aprendizagens ao longo dos anos, acabaram por gerar um grande interesse de organizar e aprofundar conhecimentos, de forma a ter elementos que pudessem responder algumas questões destacadas no percurso profissional.

O interesse, como já foi dito, se deu a partir da participação como Coordenadora do Programa, função exercida desde a sua implantação, em janeiro de 2006, até dezembro de 2010, trazendo a oportunidade de verificar fatos e processos ocorridos na vida dos jovens integrantes do Programa², despertando a curiosidade sobre o que de fato existe nessa iniciativa que possa efetivamente contribuir com a juventude em seu debate permanente com os desafios do cotidiano e circunstâncias da vida.

O destaque adquirido pela forma de execução do Programa em João Pessoa e que será detalhado no capítulo 2 deste trabalho, oportunizou, desde o início, a minha participação como colaboradora nas oficinas ministradas em diferentes momentos promovidos pela Coordenação Nacional. Esse fato ampliou o conhecimento sobre o Programa e sobre os desafios enfrentados na sua implementação e na conquistas dos objetivos e metas, como também trouxe a possibilidade de conhecer a **fala** dos jovens das diferentes regiões desse imenso País, por meio das atividades desenvolvidas e dos trabalhos apresentados nestes encontros com Coordenadores Municipais dos mais variados lugares.

A forma de participação da juventude, professores e gestores do Projovem em diferentes localidades onde o Programa vinha sendo desenvolvido, revelou um compromisso com o **fazer educação** e instigou, em muitos dos envolvidos, o desejo de relacionar as diferentes pontas, os diferentes fios trançados nesta experiência com a paixão pela educação, o interesse em ver efetivada uma política voltada para a juventude a partir de sua própria participação.

² Aqui, pelo período analisado, estará compreendido o Projovem em sua versão Original e Urbano, detalhados ao longo do trabalho.

No desenvolvimento do Projovem em João Pessoa, vários questionamentos e possibilidades foram se formando na relação construída com os jovens participantes, a partir das atividades vivenciadas na prática de um Projeto Pedagógico Integrado (PPI)³, que articula as três dimensões⁴ que estão na base do seu currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional. Uma proposta na qual o jovem possa atuar como sujeito ativo de um conhecimento que lhe faça sentido. Estas experiências trouxeram à tona falas, atitudes e mudanças de rumo que poderiam ser vistas como parte da construção de uma Política de Juventude a partir dos jovens, para os jovens, mediante o desenvolvimento de um diálogo intrageracional e intergeracional (NOVAES, 2008), capaz de dar conta dos desafios emergentes.

Surge então a necessidade de olhar para o Projovem de forma menos emotiva, regular o envolvimento a ponto de poder ver com clareza os caminhos possíveis apontados pelo Programa, em interação com aqueles que dele fazem parte de um jeito ou de outro, encontrar os possíveis caminhos encobertos pelos seus limites de atuação e pelo contexto político e social deste tempo histórico. Esse estudo dissertativo guiou-se pelo seguinte **objetivo geral**: analisar a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no município de João Pessoa, desde a sua implantação em 2006 até 2010, a partir das experiências vividas pelos jovens incluindo as reflexões como gestora do Programa.

Para tanto, coube um recomeço, coube posicionar-se de outro lugar que revelasse pontos e fatos a serem intensificados, transformados ou mantidos, posto que a entrega e a disponibilidade necessárias para o enfrentamento dos desafios que emergiam da execução de um Programa com tantas complexidades poderiam mascarar ou, simplesmente, levar a não destacar pontos essenciais para a construção coletiva de uma inclusão prometida e necessária. Dessa maneira, em consonância com o objetivo norteador do estudo dissertativo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Descrever o Projovem Original e Urbano quanto aos objetivos, metas e forma de ação apontando limites e possibilidades como Política Pública de Juventude (PPJ);

³ No Programa o PPI tem como finalidade “promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania” (BRASIL, 2009, p. 15).

⁴ Educação Básica, Qualificação Profissional e Ação Comunitária.

- ✓ Caracterizar os procedimentos político-pedagógico da experiência do Projovem Original e Urbano em João Pessoa;
- ✓ Dar visibilidade acadêmica aos jovens e as questões pertinentes a juventude hoje;
- ✓ Contribuir para o processo de avaliação e (re)direcionamento de políticas para juventude, em especial, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens em João Pessoa.

Todo o processo considerou a juventude na sua diversidade, por isso nomeada **juventudes** (no plural) e, no caso deste trabalho dissertativo, a juventude usuária do Projovem da cidade de João Pessoa. Neste lugar, foi necessário, também, considerar as vulnerabilidades a que estão submetidos os jovens, suas expectativas diante da família, da escola, do trabalho, do futuro. Além disso, buscou-se apresentar as características de um programa criado em caráter **emergencial e experimental**, para atender as demandas sociais de uma parcela significativa da população jovem. Com esse cenário, o maior desafio foi estabelecer um diálogo entre as diretrizes do Programa, os indicadores produzidos e a reflexão dos jovens, eixo norteador do processo de análise.

Seguramente, contextualizar a cidade de João Pessoa destacando características relevantes ao trabalho de pesquisa e identificar o Programa dentro do contexto histórico, social, cultural e político, tanto nacional como local, foi imprescindível para o desenvolvimento do trabalho em pauta, a fim de entender a dimensão e o impacto do Projovem para a juventude local.

A compreensão das políticas educacionais, desde a sua concepção legal, constitucional, até a aplicação, **no chão da escola**, das ações nelas inspiradas, mesmo não sendo o ponto chave da pesquisa, fez parte desse estudo como forma de procurar saber o **porquê** do surgimento e da existência de projetos e programas desenvolvidos em diferentes momentos, onde assumem feições também diferenciadas, com a intenção, por vezes, de ocupar vazios por onde **sobram** as pessoas que, por algum motivo, não encontraram espaço no fluxo **natural** do processo de escolarização e, conseqüentemente, somam-se aos indicadores de exclusão e desproteção social.

Desde os passos iniciais compreendia-se que o tema em estudo, na sua estrutura e concretude histórico-social, apresentaria desafios teóricos e metodológicos. Desafios que, de certa forma, refletem sua própria natureza. Portanto, estudo analítico-dissertativo desenvolvido no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, não poderia depender de uma intervenção estritamente experimental e do envolvimento intenso nas situações vividas. Exigiria mais.

Na busca de aprofundar o estudo relacionando com as experiências, agora vividas como estudante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, assumindo, de fato este novo lugar, outros encontros e descobertas começam a surgir.

Constata-se que não só os jovens do Projovem retomam a vida de estudante e estão em busca de um recomeço, mas eu também. Surge o misto: **coordenadora-pesquisadora**. Na busca de mergulhar na dialética contida no campo de estudo escolhido, foi necessário, ao mesmo tempo, viver a luta interna e construir o caminho mais acertado para o aprendizado e a concretude do objetivo ora traçado: *ação-reflexão*. Nesse contexto, verifica-se que, com base em Augusto Triviños (1990), Antonio Chizzotti (1998) e M^a Cecília Minayo (1994), o estudo inseriu-se numa abordagem metodológica de cunho qualitativo. De Minayo temos a seguinte assertiva sobre a questão:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Assim, a análise da experiência do Projovem em João Pessoa, teve como fio condutor as reflexões trazidas pelos jovens e de suas trajetórias durante o Programa vivenciada dentro de projeto político-pedagógico. O caminhar metodológico para compreender as relações entre a trajetória de vida dos jovens participantes do Projovem e o impacto do Programa em suas vidas, se fez a partir de ferramentas pedagógicas com foco no diálogo.

Este processo revelador, principalmente nas relações e tensões entre as funções de coordenadora/gestora e a de pesquisadora, o que provocou o exercício de um olhar crítico-reflexivo sobre o *corpus* analisado. Um olhar que, mesmo estando perto, aprendeu a buscar a distância necessária para garantir que a experiência na Coordenação do Programa possibilitasse enxergar elementos relevantes para o processo analítico.

Assim, a identidade acadêmica e profissional foi crucial na definição do acervo do qual definiria o *corpus*. A Pesquisadora instigou a observar as normativas da pesquisa científica, com especial atenção para a qualidade e abrangência do acervo.

A Coordenadora reafirmou a urgência de se pensar a execução do Programa não somente com a razão (competência técnica), mas com o coração e com uma dose de intuição que emergiu da experiência e da trajetória nesse lugar. O equilíbrio entre essas identidades só veio qualificar o estudo. Ao discorrer sobre a produção do conhecimento no Serviço Social alguns autores fazem o registro do avanço na área no sentido de uma relação equilibrada entre teoria e prática. Ricardo Lara diz:

Em sua origem, praticamente não existia preocupação com a pesquisa. A partir da renovação do Serviço Social, ou seja, do movimento do reconceituação, o Serviço Social evidencia-se diante da Universidade e da produção do conhecimento, pois o aprofundamento científico foi um imperativo interior e exterior para a profissão tanto para avançar nas análises sobre a sua especificidade e as demandas postas, como para assegurar maior recolhimento no mercado de trabalho. A postura investigativa passou a ser uma exigência para a sistematização teórico-prática do exercício profissional e para definição de estratégias e de instrumentais técnico-operativos que oferecessem melhores formas de enfrentamento das manifestações da ‘questão social’ (LARA, 2008, p. 27).

Nessa direção, Silva (2007, p. 9) reconhece que a pesquisa em Serviço Social se inscreve como fator imprescindível para o avanço da produção de conhecimento na área, especialmente para o diálogo crítico entre a formação e a prática profissional.

A partir dessa perspectiva, haja vista se tratar de estudo analítico no âmbito da produção acadêmica em Serviço Social e, visando não cair no teorismo nem tampouco no praticismo equivocado, definiu-se a Hermenêutica-Dialética como método de análise do conjunto de material que constituiu o *corpus*. Minayo (2002), ao tratar destes dois conceitos centrais ressalta a importância de compreendê-los, pois sua articulação oportuniza um caminho de possibilidades teórico-metodológicas no processo de pesquisa.

Conforme podemos conferir nessa afirmação:

A hermenêutica se move entre os seguintes termos: compreensão como a categoria metodológica mais potente no movimento e na atitude de investigação; liberdade, necessidade, força, consciência histórica, todo e partes, como categorias filosóficas fundantes e significado, símbolo, intencionalidade e empatia como balizas do pensamento. A dialética, por sua vez, é desenvolvida por meio de termos que articulam as idéias de crítica, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade social (MINAYO, 2002, p. 84).

Tais categorias e conceitos foram revisitados sempre com um novo olhar, mais aguçado a partir das leituras feitas, dos seminários e dos debates travados, ao longo das diferentes disciplinas cursadas, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Assim, a construção desse estudo foi possível por conta das escolhas feitas durante o caminho percorrido. Com a hermenêutica foi possível a compreensão dos textos (documentos) do *corpus*. A dialética oportunizou perceber que todo texto só pode ser entendido no seu contexto histórico de produção. Dito isto, é importante destacar o que é *texto*, para M^a Cecília Minayo (2002):

biografia, narrativa, entrevista, documento, livro, artigo, dentre outros. É a gênese da consciência histórica, ou seja, à capacidade de colocar-se a si mesmo no lugar do outro (...). Sua unidade temporal é o presente no qual se marca o encontro entre passado e o futuro, ou entre o diferente e a diversidade dentro da vida atual, mediada pela linguagem (MINAYO, 2002, p. 84).

A escolha da Hermenêutica-Dialética como método de análise indica que o caminho seguido nesse estudo analítico esteve em consonância com os objetivos propostos. Entretanto, foi preciso estar consciente de que “na lógica da hermenêutica, nem sempre a linguagem é considerada transparente em si mesma, pois tanto é possível chegar a um entendimento (nunca completo e nunca total) como a um não-entendimento” (MINAYO, 2002, p. 84). Dessa forma, as conclusões encontradas a partir da análise e aqui apresentadas são as possibilidades desse momento histórico, podendo servir como ponto de partida para próximas pesquisas.

Ao exercitar o olhar crítico-reflexivo sobre o material a ser analisado, tendo como fio condutor as reflexões dos jovens, capturadas a partir de instrumentais pedagógicos vivenciados em momentos distintos ao longo da execução do Programa em João Pessoa, deu-se outro lugar a estes sujeitos sociais juvenis.

Neste novo lugar, suas falas, reflexões e opiniões, como beneficiários dessa ação, se tornaram fio condutor do processo de análise, contribuindo para que as conclusões desse estudo fossem mais assertivas no que se refere ao possível redirecionamento de políticas para juventude, no contexto local. Por se tratar de um estudo analítico sobre uma experiência vivenciada pelos Jovens do Programa e por mim na condição de coordenadora/gestora do mesmo, a sua análise foi realizada a partir de diversos documentos e ferramentas utilizados em diferentes momentos, quais sejam:

(1) Vídeo da Roda de Conversa com jovens (2007)⁵: trata-se de um instrumento utilizado pela Coordenação Municipal com 13 jovens⁶ líderes dos Núcleos⁷ para avaliar o impacto e repercussões do Programa na vida dos seus usuários.

Nesse encontro foram colhidos depoimentos a partir da trajetória de vida dos participantes. Cabe ressaltar que, a prática de **Roda de Conversas**, constava de uma ferramenta pedagógica adotada pela Coordenação Municipal, a partir da quarta **Unidade Formativa**⁸ (UF) do Programa para avaliação do mesmo. Os jovens, em cada uma delas eram lideranças eleitas, pertencentes às turmas dos Núcleos escolhidos, seguindo a critérios definidos pela gestão do programa, distribuídos nas diferentes regiões da cidade.

Esta Roda de Conversas do vídeo integrante do *corpus* aqui apresentado foi realizada com 13 jovens que estavam concluindo a quarta UF, que conversaram de forma livre sobre alguns temas sugeridos, tendo sido eles: qual a trajetória para chegar ao programa; o que pensam sobre o Projovem e o que aprendem nele; a importância do Professor Orientador (PO)⁹; a Ação Comunitária e o Plano de Ação Comunitária (PLA)¹⁰; a Qualificação Profissional e os Arcos Ocupacionais¹¹ e por fim, 6. O que pensam quanto ao seu futuro.

Em função do objetivo geral da pesquisa, dos documentos elencados definimos o vídeo resultante da Roda de Conversa de 2007, como o documento norteador da análise. Esta escolha justificou-se, especialmente, pelo protagonismo garantido aos jovens no processo de avaliação, bem como porque suas falas, reflexões e opiniões trataram das questões de interesse do estudo, dialogando com os demais objetivos estabelecidos.

⁵ De 2006 a 2010 a Coordenação Municipal promoveu Roda de Conversas, com os jovens, uma vez por ano, por volta da quarta Unidade Formativa. A Roda de Conversas de 2007 foi escolhida para compor, de forma mais direta, este trabalho por ter sido a única registrada em vídeo.

⁶ Os jovens integrantes dessa Roda de Conversa eram líderes, eleitos pelos colegas no início do Programa e representantes dos 13 Núcleos distribuídos nos bairros onde Projovem tinha atuação. Os Núcleos escolhidos para este momento foram sugeridos pelos professores considerando desafios como: localização – visando contemplar as diferentes áreas da cidade; a situação dos núcleos quanto a matrícula x permanência e matrícula x evasão dos jovens; ocorrência de violências explícitas dentro ou no entorno do núcleo; atuação dos professores e do gestor escolar.

⁷ É a denominação dada aos espaços onde acontece o trabalho pedagógico do Programa. A partir do Projovem Urbano, os núcleos foram localizados em escolas públicas (municipais ou estaduais).

⁸ As Unidades Formativas representam uma divisão do desenho curricular marcado por Eixos Estruturantes. No Projovem Original eram 4 e no Projovem Urbano passaram a ser 6. Tais UFs serão detalhadas em suas especificidades no segundo capítulo.

⁹ O Professor Orientador tem a função de fazer a interdisciplinaridade do programa, sendo ele especialista em uma das áreas de conhecimento e responsável como PO por uma das turmas do núcleo.

¹⁰ O PLA é um plano elaborado e executado pelos jovens, em sua comunidade, visando o desenvolvimento da participação cidadã e de ações que venham enfrentar os desafios encontrados na comunidade.

¹¹ Arcos Ocupacionais são as áreas de ocupação oferecidas pelo Programa para que os jovens façam uma formação básica dentro de uma habilidade específica dentro de um campo de trabalho.

Na Roda de Conversa de 2007, como já foi dito, estavam 13 jovens, sendo 8 mulheres e 5 homens, na faixa etária de 18 a 25 anos, residentes em diferentes comunidades onde estavam localizados os Núcleos distribuídos no território da capital. Para constituir o grupo a Coordenação Municipal adotou os seguintes critérios: ser líder de turma eleito pelos colegas, garantir a presença de homens e mulheres, atingir uma distribuição territorial compreendendo diferentes bairros da cidade e por fim, incluir Núcleos com distintos desafios quanto à execução do Programa. A análise dessa matéria-prima em vídeo (falas e trajetórias transcritas e analisadas) resultou em um novo produto e foi incorporado ao *corpus* desta dissertação, ou seja: a **edição de um vídeo** de 16 minutos intitulado “**Sobre nós: desafios e perspectivas**” (2011), a mídia está em anexo constantes neste trabalho.

(2) Questionário (2010): aplicado pela Coordenação Municipal no Encontro de Lideranças. Foram 252 Questionários respondidos no Encontro de Liderança realizado em 21 de agosto de 2010. Estes encontros tiveram caráter de estratégia pedagógica desenvolvida pela Coordenação Municipal com o objetivo de apresentar aos jovens participantes elementos trazidos pelo Programa, oportunizando a construção de sua subjetividade, fazendo interagir o estudante e o cidadão na compreensão da dinâmica de sua comunidade. Como outros instrumentos do Programa eram utilizados como espaço de discussão e avaliação da execução do mesmo.

No caso específico deste, realizado com os sujeitos do Projovem Urbano de 2010, foi utilizado um questionário como forma de quantificar as respostas dos jovens. Por este fato, e pela relação direta com os temas abordados na Roda de Conversa de 2007, configurou-se, juntamente com o vídeo em um instrumento de importância significativa na pesquisa e nos resultados aqui apresentados. Segundo Marília Sposito (2009), em “Estado da Arte sobre Juventude na Pós-graduação Brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social” (1999-2006):

o maior interesse das áreas de Educação e de Serviço Social em estudar o denominado ‘protagonismo juvenil’ revela a preocupação dessas áreas em investigar os projetos e programas destinados a jovens no Brasil, que adotaram como discurso a promoção da cidadania e, conseqüentemente, atribuíram outro lugar aos jovens pobres na sociedade brasileira, preocupação ausente nas Ciências Sociais (SPOSITO, 2009, p. 179).

Na compreensão aqui adotada, protagonizar os jovens significou dar a suas falas o primeiro lugar do acontecimento analítico. Por isso, o vídeo com a avaliação dos jovens foi o documento norteador da análise, sendo complementado com observações retiradas dos questionários, como forma de atualizar as questões abordadas, mesmo considerando os diferentes sujeitos. A escolha do método hermenêutico-dialético de análise documental possibilitou enxergar os conflitos e as contradições inerentes ao contexto histórico-social em que esteve inserida a pesquisa e, conseqüentemente, elaborar suas conclusões no que se refere à avaliação e (re)desenho das políticas para juventude, em especial, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, em João Pessoa.

Dessa maneira, a via hermenêutica-dialética colocou o tratamento dos dados para além dos textos. Possibilitou uma reflexão fundamenta na *práxis*, num movimento de compreensão da comunicação humana. A linguagem foi tratada como território da intersubjetividade e da objetividade/subjetividade, como meio em que o fenômeno da comunicação humana acontece no processo marcado pela história e pela cultura. Portanto, a análise do *corpus* através da hermenêutica permitiu “entender a realidade que se expressa num texto é também entender o outro, é entender-se no outro, movimento sempre possível” (MINAYO, 2002, p. 97-8). Com a dialética compreendeu-se que os processos humanos nunca são os mesmos, porque acontecem em espiral, num movimento em que nada se repete; em que o novo traz em si o seu contrário, e em que quantidade se transforma em qualidade, ampliando o olhar sobre o fenômeno estudado.

Do acervo capturado nos arquivos da Coordenação Municipal, referente ao período em análise, o *corpus* constituiu-se dos seguintes documentos, além dos dois já mencionados:

(3) Textos diversos: produzidos pelos jovens durante o processo pedagógico das três dimensões do Programa – Educação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Trata-se da leitura da:

Agenda do Estudante de alguns jovens – instrumento de registro dos compromissos, atividades e resultados alcançados pelos mesmos e compõem o conjunto dos materiais disponibilizados aos jovens pelo Programa;

textos encaminhados por eles para o **Site da Galera** – espaço de encontros e trocas de experiências promovido pelo Projovem¹² Nacional no site oficial do Programa;

¹² Disponível em: <http://www.Projovemurbano.gov.br/galera/>.

instrumentos de avaliação preenchidos pelos jovens ao final das UFs; a leitura de algumas **sínteses integradoras** – textos produzidos pelos jovens ao final de cada quinzena nos quais fazem a relação dos conteúdos com o eixo estruturante¹³ e o tema integrador¹⁴ referente aquele período de estudo.

- (4) **Documentos oficiais:** elaborados tanto pela Coordenação Municipal como a Nacional, a exemplo de relatórios de professores de Participação Cidadã e Qualificação Profissional, relatórios de avaliação do Sistema de Monitoramento (SMA)¹⁵, palestras, instrumentos de divulgação das ações dos jovens na comunidade e das demais ações do Programa, relatórios das UFs, memórias reflexivas e anotações da experiência como Coordenadora.

Os demais documentos que constituíram o *corpus*, citados anteriormente, foram utilizados durante todo o processo, sempre que necessário, para qualificar e aprofundar a análise dos conteúdos expostos no vídeo. Nesse sentido, é necessário destacar os questionários preenchidos por jovens líderes já na execução do Projovem Urbano, pela forma como as respostas foram reafirmadas, mesmo considerando o caminho diferenciado das questões o instrumento utilizado e o intervalo temporal 2007/2010.

Dessa maneira, direta e indiretamente, todo material que compôs o *corpus* contribuiu para a concretização dos objetivos da pesquisa norteada pela seguinte questão investigativa: **Como a experiência do Projovem no município de João Pessoa moveu a vida de jovens que vivenciaram o Programa?** A provocação dessa pergunta levou a uma caminhada que resultou nesse estudo dissertativo organizado em três capítulos, exposto da seguinte forma:

- ✓ Capítulo 1 - JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Este capítulo contextualiza as políticas públicas da Educação e da Juventude, apresentando um breve histórico sobre os caminhos trilhados pela educação, considerando os princípios constitucionais que regem as políticas educacionais e a relação existente entre juventude, participação e educação;

¹³ Norteadores das atividades curriculares definidos com base nas características dos jovens, dos objetivos e das diretrizes do curso.

¹⁴ Temas de ligação dos conhecimentos adquiridos com a vida e as emoções dos jovens. Ex: Para o Eixo estruturante Juventude e Cidade os jovens vão relacionar cinco temas integradores – Ser jovem hoje, Morar na Cidade Grande, Violência Urbana e defesa do Cidadão, qualidade de vida na cidade, maio ambiente e saneamento.

¹⁵ O SMA nasce com a implantação do Projovem e é coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, executado mediante convênio da Secretaria-Geral da Presidência da República com sete Universidades Federais, acompanhando nas cidades o desenvolvimento do Programa.

- ✓ Capítulo 2 - PROJovem ORIGINAL E URBANO EM JOÃO PESSOA: a cidade como espaço pedagógico. Trata de apresentar o Projovem em sua versão Original e Urbano, passando pela concepção e diretrizes nacionais do Programa, contextualizando a sua execução na cidade de João Pessoa com o modelo de gestão e práticas inovadoras adotadas a partir de ferramentas político-pedagógicas empreendidas na experiência em análise;
- ✓ Capítulo 3 - JUVENTUDE - PARA QUEM TEM A VIDA A GANHAR E NENHUM TEMPO A PERDER. Aqui, neste capítulo está apresentado o perfil dos jovens integrantes do Programa, bem como alguns traços/indicadores dessa experiência dialogando com as quatro dimensões intersubjetivas: pedagógica, cultural, coletiva e cognitiva, contidas no desenvolvimento dos subitens do capítulo.

O produto de tudo isso suscitou um turbilhão de outros questionamentos que não foram respondidos nessa trajetória, visto que todo processo de compreensão de um fenômeno social, na sua estrutura e concretude histórica, apresenta desafios permanentes. Portanto, se os limites do estudo não possibilitam responder todos os questionamentos que emergiram no processo de pesquisa, estes podem servir como ponto de partida para o debate exposto nas considerações finais desse trabalho, como provocação, como material sistematizado de uma experiência recente e ainda em execução e como instrumento de novas reflexões para gestores e professores, na perspectiva de identificação e superação de limites.

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



E fez aquela restauração nos conhecimentos do jovem que parou de estudar por vários motivos [...] e faz outros cursos e se empolga, pega velocidade mesmo na área de conhecimento.

Josué de Melo (Estudante do Projovem Original)

1 JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para conhecer melhor o sentido desse trabalho dissertativo, faz-se necessário percorrer os caminhos e as situações dialógicas envolvidas no processo, perceber os pontos de convergências e divergências existentes entre a proposta educacional contida no Projovem e a política voltada para juventude, ou as demandas da juventude hoje. Isso exige um ponto de partida, que na verdade é estabelecer como base o tripé: juventude + educação + política pública, a fim de responder a questões que estão postas como objetivo desse estudo e reconhecer ou fazer emergir outras questões que têm a finalidade e o compromisso de provocar a devida atenção para algo que não se encerra em nenhum estudo, visto que é contínuo. Este capítulo apresenta conceitos acerca da juventude sob o olhar de diferentes autores e as suas especificidades em nosso tempo histórico e, também, uma breve discussão sobre a política, política de juventude, política educacional e sobre o Projovem Original e Urbano, dentro deste contexto.

1.1 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO: elementos de uma história

A educação tem ocupado a atenção das sociedades desde tempos remotos, mesmo nas formas mais primitivas. As sociedades tribais não se descuidavam e atribuíam aos pais e agentes específicos transmitir às crianças e jovens os costumes das tribos, e realizavam os ritos de passagens e até as ocupações específicas de cada gênero. Nas sociedades mais complexas a função de educar sempre esteve com a família. Os governos dela se utilizavam para preparar o indivíduo para a guerra e para o trabalho. A erudição era reservada, principalmente, aos donos do poder e realizada por sacerdotes e preceptores.

Na Idade Média, a religião e os mestres cresceram em importância como entes educadores. Os mestres preparavam nas oficinas os aprendizes do trabalho e as igrejas iniciavam na formação humanística, com o trato incipiente das ciências, criando e abrigando em seu seio as células primeiras das universidades. Estas surgiam com a preocupação precípua de organizar o conhecimento e preservar a fé, justificando as doutrinas eclesiásticas. É na Idade Moderna que a educação vai assumindo o seu papel de geradora do conhecimento enquanto agente da pesquisa e propagadora dela, para formação do indivíduo.

Na Europa, a escola surge como uma ação do estado, usada para instrução a ser ministrada aos indivíduos, segundo seus interesses. As idéias de liberdade, igualdade e fraternidade vindas no bojo da Revolução Francesa foram base para outros movimentos revolucionários da época, que começaram a minar a estrutura de regimes monárquicos, absolutistas e totalitários, alimentando a semente do processo republicano e democrático que se ampliam com a Idade Contemporânea.

A escola, como instituição criada para cuidar da educação escolar, foi utilizada como aliada dos que pagam as suas contas, dos que a mantêm - estratégia para justificar as filosofias que embasam os alicerces do poder ou os parâmetros teológicos das ordens religiosas que querem divulgar seus dogmas, sua fé e suas crenças. Como entidade pública é necessariamente laica e se constitui em uma entidade de prestação de serviço dos sistemas democrático a todos oferecida de forma a garantir a permanência e o sucesso da aprendizagem.

O Brasil, conquistado no século XV, só conheceu as escolas mantidas pela catequese e realizadas pelas entidades religiosas. Com a vinda da Família Real para a Colônia, o Estado Real Português, sentiu necessidade de, além da segurança do Rei e do seu Tesouro Real, assegurar instrução ao séquito que acompanhava Sua Majestade Imperial. Dessa forma, foram criadas as primeiras escolas para instrução dos filhos da nobreza e dos demais acompanhantes do Rei. Nada dirigido ao povo, mas aos membros do poder ou os que nele se abrigavam, inclusive, a nascente sociedade local: aqueles enriquecidos com as atividades coloniais.

Os colégios religiosos vão se espalhando pelos Estados mantendo a sustentação dos valores, garantidores dos interesses da Coroa e da população católica - quadro que vai se modificar com advento da República (na qual já sopravam os ventos do positivismo). As instituições públicas, aos poucos vão se firmando como agente dos interesses públicos. Na República Brasileira a educação sempre foi tratada com maior ou menor destaque, como matéria institucional. A Constituição de 1988 colocou-a como um direito social, sendo as políticas educacionais direito público subjetivo que deveria ser garantido a todo cidadão brasileiro.

Em 2006, medidas legais do Estado Brasileiro ampliaram o atendimento no Ensino Fundamental para 9 anos. Nessa direção, o atendimento na pré-escola também foi revisto (ficando seu atendimento para crianças de 4 a 5 anos). Os infantes com seis anos de idade passaram a fazer parte do Fundamental e, portanto, deveriam estar obrigatoriamente matriculadas no primeiro ano do Ensino Fundamental.

O Projeto de Lei nº 144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006, foi o dispositivo legal que sustentou tal mudança. Os Municípios, Estados e Distrito Federal tiveram até 2010 para cumprir tal medida. Assim, o Ensino Fundamental passou a garantir a oferta de vagas e matrícula obrigatórias para alunos dos 06 aos 14 anos. O Ensino Médio, dos 15 aos 17 anos, vindo o Ensino Superior na sequência, com as características de duração no processo de Graduação e Pós-graduação.

A variação na faixa etária de muitos que se encontram nessas fases de ensino reflete as desigualdades que acompanham seus processos de escolarização. Com base em Irene Rizzini (2008), pode-se dizer que apesar de **todos**, legalmente, terem garantido os mesmo direitos, na vida imediata, em especial com relação aos jovens, as desigualdades se reproduzem. Entretanto, apesar dos desafios a enfrentar, no que se refere à garantia de direitos, o País tem avançado com relação à priorização de políticas sociais. No caso específico da educação, a preocupação com a ampliação, a superação de desigualdades e a qualidade do ensino aparece em várias das metas do Plano Nacional de Educação 2011-2020, (em tramitação na Câmara dos Deputados), diretamente ou indiretamente, relacionadas à juventude.

Destacam-se: a oferta de tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica; a elevação da escolaridade média da população de 18 a 24 anos (com foco para a população do campo – menos escolarizada; região com menor índice de escolaridade no País; em 25% mais pobres do País e, igualar a escolaridade média entre negros e não negros); redução em 50% da taxa de analfabetismo funcional; oferta de no mínimo 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio; duplicação das matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, com foco na qualidade da oferta; elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, também assegurando a qualidade.

Percebe-se que o processo de universalização e ampliação do atendimento em diferentes áreas, as iniciativas para garantia da permanência e do sucesso no Ensino Fundamental, a ampliação do Ensino Médio e Superior têm sido determinações das políticas. No entanto, é preciso se perguntar: por que ainda encontramos índices que não são satisfatórios no que se refere à permanência e ao sucesso escolar dos jovens?

O novo tratamento dado o Ensino Médio, que se configurou por muito tempo em um caminho para a Universidade, visa hoje assegurar o prosseguimento de estudo, mas também ensinar o ingresso no mundo do trabalho aos profissionais de nível técnico que podem, ao mesmo tempo, cursar o Ensino Médio e buscar a formação técnica para o largo espectro das ocupações no mundo do trabalho. Neste segmento, estão atendidos os jovens que tiveram em tempo considerado oficialmente como *normal* a oferta, com sucesso da escolaridade regular. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2010), que disciplina a educação escolar, em seu artigo primeiro diz:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2010a, p.10).

Esta definição é abrangente e revela o caráter contínuo permanente e universal da educação, justificando a premissa de que **a educação acontece ao longo da vida e é direito de todos**. É lícito, no entanto, reconhecer que o acesso à escola e sua oferta, não ocorre com a regularidade necessária. Muitos vão ficando à margem, pelo caminho.

Estes formam o contingente de cidadãos brasileiros analfabetos, semi-analfabetos e analfabetos funcionais, conseqüentemente, os excluídos das oportunidades e até do acesso aos direitos básicos constitucionais. Para estes, o Estado Brasileiro instituiu o Ensino Supletivo e alimentou as Campanhas de Alfabetização de Adultos, criando uma política de compensação que, com a Constituição de 1988, passa a ser, de forma mais estruturada, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, visando garantir, em qualquer idade, o direito a educação e aos conteúdos do Ensino Fundamental obrigatório. Em 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revelou o perfil das pessoas que frequentavam esta modalidade de ensino.

Analisando para os dados constantes na tabela a seguir, percebe-se que o grupo de 15 a 39 anos no Brasil (65,1%) e Nordeste (61,4) é superior ao grupo de 40 a 60 anos ou mais. Esta realidade indica, entre outras coisas, que a política de EJA praticada precisa considerar as especificidades da juventude, para que possa mais do que recrutá-la, conquistá-la, mantê-la, munindo-se de metodologia e conteúdos adequados, que acessem o que é importante a um público cada vez mais presente em suas salas de aula.

Essa busca se dá pela necessidade de interação com um mundo diversificado, cheio de exigências para as quais foram prematuramente chamados, levando-se em conta o ingresso em atividades relacionadas com o *ganho da vida*, jovens que têm formas peculiares de expressão cultural, mas que muitas vezes não dispõem de ferramentas adequadas para cultivar a esperança como um incentivo aos embates que a vida oferece.

Tabela 1 – Frequência dos Cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que freqüentam cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de curso, grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2009										
Grandes Regiões	Total (1000 Pessoas)	Distribuição percentual (%)								
		Tipo de Curso		Alfabetização de Adultos	Grupos de Idade				Cor ou Raça	
		Supletivo 1 ^o Grau	2 ^o Grau		15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou +	Branca	Preta Parda
BRASIL	2107	41,8	32,8	25,4	29,3	35,8	28,7	6,2	35,3	9,5 54,6
Nordeste	762	40,6	19,8	39,6	25,7	35,7	32,1	7,5	24,2	9,4 66,6

Fonte: Adaptado (IBGE, 2010).

O Programa Projovem, política aqui avaliada a partir das reflexões de seus usuários, é reconhecido pelo diferencial do seu Projeto Curricular Integrado, pensado levando em consideração as especificidades e realidades do seu público usuário. Para tanto concebe a educação como:

processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas (BRASIL, 2009, p. 84).

Tal concepção de educação está na base da formação do Programa, que se organiza, como já mencionado, em um tripé que incorpora a aprendizagem das diferentes linguagens e de conhecimentos que colaboram para compreensão da vida social, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania. Em um processo em que os jovens são instigados a vivenciar de maneira participativa (BRASIL, 2009). Nessa perspectiva, entende-se que a educação, direito básico para compreensão da cidadania, não é atribuição exclusiva das instituições de ensino formal, mas, também, de diferentes instituições sociais, entre tantas: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional, sem perder de vista que, na visão da educação enquanto direito a escola tem um papel fundamental (BRASIL, 2009).

1.1.1 Princípios constitucionais que regem as ações públicas na Função Educação

Política Pública sem recurso é discurso inócuo, representa uma declaração de intenções, mas não uma ação concreta visível de realização. A educação ao longo dos tempos tem sido declarada como prioridade nos discursos políticos e até nos documentos legais, mesmo os constitucionais.

No Brasil manifestações a respeito do dever do Estado para com a educação vêm no bojo dos ideais manifestados pela Revolução de 1930 e se anunciam na Carta Magna de 1934, definindo a responsabilidade da União com a educação e no mesmo sentido dos Estados e Municípios. Cria-se o *fundo da educação*¹⁶ formado por recursos da União (10%), e dos Estados e Municípios, com nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos, garantindo a manutenção e o desenvolvimento dos sistemas educativos. É também nesta mesma década de 1930, do século XX, que surgem as políticas compensatórias visando atender aos “necessitados”, ficando evidente o caráter assistencial e compensatório das ações daí decorrentes que na realidade não foram significativas.

A Constituição de 1937, que institui o Estado Novo, descompromete a União, Estados e Municípios da locação de recursos para as ações educativas. Só em 1946, com a *redemocratização*, a Constituição faz retornar a vinculação de recursos para a educação que havia desaparecido da Constituição “polaca” de 1937. Mesmo assim, não fica evidente a responsabilidade do poder público com a educação, sendo a escola devida a quem pode por ela pagar ou a escola pública como compensação para quem não pode.

As ações de apoio ao estudante, com os programas de merenda escolar e material didático, nascidos somente nos anos 50, no governo Dutra, são da mesma forma assistenciais e compensatórios, pois dirigidos aos carentes. Esse quadro só muda concretamente quando é atribuído de forma mais ampliada ao poder público a educação como dever do Estado, na Constituição de 1988, art. 208 que diz:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

¹⁶ Art. 157 da Constituição de 1934.

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1.º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2.º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3.º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 2011, p. 104).

A Constituição de 1988 é fruto de uma Assembléia Constituinte que acolhe projetos de uma sociedade oriunda de um longo período de repressão, violência e perdas sociais, políticas e até humanas. É importante complementar a informação com a pauta orçamentária de financiamentos da educação visando tornar os princípios legais e anseios sociais uma realidade concreta que garanta a educação como ferramenta de desenvolvimento pessoal e social, equalizando as diferenças, bem como as distâncias econômicas e sociais. Diz o art. 212 da Constituição:

§ 1.º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2.º Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3.º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4.º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5.º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes (BRASIL, 2011, p. 105).

Verifica-se que o tratamento dado à função da educação na Carta Magna é que vem ensejando que os governos, coerentes com princípios que historicamente já colocavam na pauta a política educacional, se exercitem de forma mais concreta e busquem constituir tais ações em políticas públicas voltadas para educação. Sem pretender esgotar o assunto que depende de uma pesquisa de maior fôlego, é possível identificar com base nos destaques feitos neste trabalho, que tem recorte de 2006 a 2010, sobre o texto da Constituição, algumas ações públicas voltadas para educação, que se refletem nas metas do PNE 2011-2020, algumas aqui já destacadas:

- 1) Crescimento do nível de matrícula, cobrindo de forma, se não plena, expressiva o contingente dos indivíduos da idade escolar;
- 2) Atendimento pela da EJA, àqueles que não tiveram acesso a escola na idade própria; Financiamento do Fundo de Educação Básica e do Ensino Médio (FUNDEB), visando a universalização e possibilitando a realização com os cursos técnicos, alimentando desta forma o prosseguimento de estudos em nível superior e o possível ingresso no mundo do trabalho, com qualificação para a ocupação aos que desejam e necessitam desse engajamento;
- 3) Implantação da educação especial ofertada aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, política que visa igualmente atender o princípio da educação a todos, ofertada como um direito social;
- 4) Apoio da União e Estados aos Municípios para o atendimento com a oferta de Educação Infantil, por via de creches e pré-escola, aos indivíduos de 0 a 06 anos, reconhecendo essa ação como importante para garantir o desenvolvimento da criança, sua socialização e a melhor qualidade do Ensino Fundamental na sequência;
- 5) A expansão da Universidade Pública com maior oferta de cursos e matrículas a transformação das Escolas Técnicas, de nível médio em Institutos de Educação Superior, conservando a despeito dos cursos técnicos de nível médio e ofertando cursos de nível superior de menos duração e adequados às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho;

- 6) Aperfeiçoamento com recursos orçamentários da União, dos programas suplementares de material didático-escolar, representado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Saúde do Escolar. Estes abandonaram seu caráter assistencialista e compensatório quando eram oferecidos aos carentes. São de atendimento universal aos que frequentam e deles precisam fazer uso;
- 7) A implantação de Censo Escolar¹⁷ anualmente realizado com o Financiamento da União, cooperação de Estados e Municípios, sendo ele a base para a Chamada Escolar¹⁸.

Existe ainda, de fato, uma distância entre **a intenção e o gesto** (parafraseando Chico Buarque em sua música “Fado Tropical”) que precisa ser trazida para junto do peito, conhecida, percorrida, dominada a fim de garantir o princípio constitucional que visa construir uma sociedade livre, justa e solidária, conforme diz a Constituição.

Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, assim como promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é o destino apontado pela Carta Magna para a sociedade brasileira. “Considerar esse contexto sócio-econômico da desigualdade, descritiva e analiticamente, é um passo para pensar políticas sociais redistributivas” (CURY, 2008, p. 11), sabendo-se que o esforço para mudar a realidade de desigualdades é necessariamente do poder público, de forma republicana e federativa, bem como de toda sociedade com os mecanismos de participação que devem ser cada vez mais difundidos e diversificados.

As políticas educacionais, com base nos avanços legais apresentados nesta rápida discussão, precisam dar conta de disparidades que colocam a educação escolarizada como uma alternativa à condição de pobreza e não consegue garantir a permanência e o sucesso das pessoas que vivem em torno dela, muitas vezes com históricos repetidos de reprovação e abandono. Tal realidade se abate de forma significativa sobre os jovens como foi possível perceber em dados anteriormente apresentados neste trabalho.

¹⁷ O Censo Escolar é fonte fornecedora de dados que embasam as ações que visam tratar os problemas da repetência, relação idade-série, assiduidade e abandono, elementos importantes para buscar o sucesso escolar e qualidade do ensino.

¹⁸ A Chamada Escolar é um levantamento dos alunos em idade escolar que estão fora da escola para a primeira matrícula, ou que já estudam na rede pública e querem mudar de escola.

Nesse sentido, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, com base no artigo 81, da LDB, emitiu, em 2005, parecer favorável a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, como curso experimental, viabilizando a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e de Qualificação Profissional básica para jovens de 18 a 24 anos, buscando interferir positivamente no quadro de desigualdade e exclusão encontrado no Brasil.

1.2 DIFERENTES CONTEXTOS, DIFERENTES JUVENTUDES

Conceituar a juventude não é algo fácil de fazer, sabendo que a definição sobre onde começa e termina a juventude, ou sobre o que se espera dela, é algo em constante discussão em diferentes lugares do mundo. É, no entanto, ponto comum referir-se à juventude como uma fase da vida ou um **estado de espírito**. A capacidade de sentir-se eternamente jovem. É comum também associar os jovens a uma série de estereótipos carregados de conceitos e preconceitos que vão desde **alienados e pervertidos**, a **símbolos de saúde e beleza e salvadores da pátria**.

Os jovens tanto podem ser a referência e a solução para o futuro, como em outros momentos a desordem e a ameaça a sociedade. A mídia tem colaborado para que a imagem do jovem hoje oscile entre estes pontos opostos, estando eles muitas vezes vendendo produtos que queiram passar a idéia de vida saudável, ou da eterna juventude, e ainda expostos na cabeça da mesa, pagando a conta do banquete do narcotráfico e da violência que assola a sociedade. Sendo vítimas e algozes de um presente para o qual não se quer olhar.

É necessário o rompimento com esse mote contínuo e passar a olhar a juventude como uma categoria social, de forma a poder construir espaços de participação e de diálogos que possam trazer aos jovens o presente que lhes é negado.

Regina Novaes (2008), após uma reflexão sobre a definição do que é “ser jovem” em diferentes sociedades e momentos históricos, diz que para a sociedade moderna a juventude é o tempo de “moratória social”, “etapa de transição” onde o sujeito começa a lidar com as responsabilidades relativas ao mundo do trabalho, a manutenção de sua própria família e todas as questões voltadas para a cidadania.

No Brasil, ao longo das últimas décadas, surgiram pesquisas¹⁹ que tratam da juventude e das problemáticas a ela relacionadas, em diferentes áreas. Algumas produzidas por órgãos de pesquisa, de maneira a contribuir para o conhecimento sobre a realidade da população juvenil no país, outras vindas das universidades, realizadas por pesquisadores com larga experiência sobre as questões juvenis. Boa parte se tornou referência básica para formuladores de políticas públicas e, de certa maneira, vem contribuindo para compreensão mais ampla desta população.

Além dessas contribuições, em 30 junho de 2005, o Governo Brasileiro sancionou a Lei 11.129, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), o Projovem, e, recentemente, o Estatuto da Juventude (2011). Tais normativas configuram-se como um esforço do Governo no sentido de estruturação da Política Nacional destinada a este segmento. Nestas instâncias e nos seus documentos, a faixa etária de 15 a 29 anos demarca a juventude, reconhecendo-a como sujeito social. Assim, para este estudo, a juventude é vista como:

Uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na perspectiva do Projovem Urbano, a juventude, com sua diversidade, é vista como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho, bem como seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania (BRASIL²⁰, 2009, p. 85).

Os jovens deste trabalho têm rosto definido: são jovens de 18 a 29 anos, estudantes do Projovem em sua versão Original e Urbano, moradores da periferia do município de João Pessoa. Jovens que como outros de diferentes cidades e estados brasileiros, estão na cena pública, sendo o segmento mais vulnerável frente às mudanças sociais vividas hoje em João Pessoa, no Brasil e em outros lugares do mundo. Sabe-se que Brasil arrasta dívidas sociais históricas com alguns segmentos da sociedade cujas políticas públicas elaboradas vêm na intenção de enfrentar os problemas gerados e acumulados para essa população marcadamente excluída, inclusive do atendimento aos direitos básicos universais.

¹⁹ Abramo (1997); Dayrell (2000); Sposito (2000); Abramovay (2002); Sposito e Carrano (2003); Unesco (2004); Mary Castro (2000, 2001; 2002); Waiselfisz (2007); Banco Mundial (2007); Castro, Aquino e Andrade (2009).

²⁰ A partir de agora, utilizaremos a sigla MEOG para representar o Manual do Educador Orientações Gerais.

Ao se fazer um passeio pelos textos das Constituições desde 1934, até a Constituição Cidadã de 1988, percebe-se que o conceito de política apresenta mudanças que vão desde reunir um conjunto de ações assistencialistas, de caráter compensador - que visa atender apenas aos mais necessitados - até a busca pela universalização dos direitos sociais dirigidos a todos. Mas quem é **todos**? Certamente os variados sujeitos, atores sociais e políticos que tecem a dinâmica da vida em sociedade, levantando os conflitos e contradições, as diferentes necessidades e desejos que expressam a diversidade e as divergências que, por sua vez, precisam ser administradas de forma organizada, pois **todos** também são aqueles que necessitam de uma determinada política, e devem usufruir de um determinado direito - ora ao longo de toda a vida, como o direito à saúde, ao lazer, à moradia e à segurança; ora por tempo próprio, ou enquanto durar a necessidade, como o direito a proteção à infância, a proteção à maternidade, ao trabalho, à previdência social e à assistência aos desamparados, à educação.

Maria das Graças Ruas apresenta uma definição para política e atores políticos dizendo o seguinte:

[...] a política compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. Quem são os envolvidos nestes conflitos? São os chamados ‘atores políticos’. Os atores políticos são diversos e possuem características distintas (RUAS, 2011, p. 4)

O exercício e o desafio da política é dialogar com os **vários**, com os **muitos** sem representar a imposição de poucos. As políticas públicas, ainda segundo Maria das Graças Ruas, são fenômenos complexos que, por sua vez, representam um conjunto de decisões e ações resultantes de atividades políticas. É, pois, um conjunto de ações exercidas pelos órgãos estatais que assegurem a todos a oferta e o exercício desses direitos.

As atividades e decisões políticas, no entanto, principalmente no que diz respeito à formulação das políticas públicas, refletem a ausência dos sujeitos ou atores para os quais a política em questão deveria estar voltada. A não participação dos sujeitos compreende um desafio e, de certa forma, impede o amplo acesso da população aos seus direitos, adquirindo uma característica temporal e setorial, não dialogando muitas vezes com as necessidades reais, dando destaque a um ciclo de atendimento a emergências e urgências, contando com uma distribuição de recursos incipientes, que não as considera como prioridade, tendo que ser uma iniciativa repetida e rebatizada dentro de um ciclo vicioso, muitas vezes reproduzindo novas urgências e emergências.

Evelina Dagnino (2004), ao discorrer sobre sociedade civil, participação e cidadania, não se refere à ausência ou não participação dos atores na efetivação das políticas, como estão expostas aqui as observações constantes no parágrafo anterior, mas sim, como essa participação se consolida nos espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil, considerando, segundo a autora, que existe uma “confluência perversa” entre os projetos políticos antagônicos que caminham aparentemente juntos na busca de uma sociedade civil participativa.

Sendo que esta confluência encobre sutilezas capazes de tornar claro, com o devido distanciamento, o que existe entre a participação social e o “encolhimento” da participação do Estado quanto às responsabilidades sociais, e como este fato interfere no processo de democratização e na efetividade da participação dos atores da sociedade civil nas decisões políticas.

Dessa forma, fica claro que apesar da mobilização democrática após a promulgação da Constituição de 1988, que possibilitou o surgimento de canais de participação da sociedade civil, ainda percebe-se um hiato entre a execução e a efetivação das políticas públicas que passa, entre outros fatores, pela ausência ou a forma de participação dos usuários na formulação, implementação e avaliação destas políticas.

No que diz respeito a políticas de juventude, sabe-se que ainda está por se constituir uma participação que contribua para a garantia dos direitos devidos a esta categoria social. Apesar das Conferências de Juventude ocorridas em Municípios e Estados Brasileiros, da aprovação da Proposta de Emenda a Constituição da Juventude, em julho de 2010 (PEC 42/2008) - passando a ser a Emenda Constitucional nº 65 e agora, após sete anos, a mais recente conquista com a aprovação do Projeto de Lei 4529/04, em 05 de outubro de 2011, que institui o Estatuto da Juventude, com diretrizes para a criação de políticas para a Juventude - sabemos que, para além destes importantes passos muitos outros precisam ser dados, para que 53 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos possam ter suas prioridades na pauta política dos Municípios, Estados e União, para além da execução de programas e ações pontuais.

Sobretudo no que diz respeito à educação, por ser este um direito social dirigido a todos, conforme rege a Constituição de 1988 em seu artigo 6º. Como tal, é o direito a educação inerente ao exercício da cidadania. Logo, o cidadão brasileiro, só o é plenamente quando capaz de exercer os seus direitos sociais, e cabe ao Estado oferecer as condições para isto. Inda tomando como base a Constituição de 1988, artigo 206, visando enveredar um pouco sobre a política educacional, vê-se que o ensino deve ser ministrado com base na:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 2011, p. 103).

A LDB vem redesenhando o sistema educacional em todos os seus níveis e modalidades visando garantir o que define a Constituição, como por exemplo, levando em conta a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, com a matrícula obrigatória aos 6 anos de idade.

Mesmo diante desses documentos, a execução da política de educação para os diferentes níveis revela fragilidades impondo, já para os primeiros anos do Ensino Fundamental, ações, programas e projetos de reforço escolar que parecem não ter o sucesso desejado, considerando o que se vê na prática do dia a dia escolar. Isto fica evidente quando se analisa a existência de “1,5 milhão de analfabetos; persistência de elevada distorção idade-série, o que compromete o acesso ao Ensino Médio na idade adequada; baixa frequência ao Ensino Superior; e restritas oportunidades a educação profissional.” (CORBUCCI *et al.*, 2009, p. 92).

Para os autores, grande parte destas distorções são reflexos do processo educativo. **Mas, e a juventude com isso?** Segundo os autores, a atual situação educacional da juventude é resultante, em grande medida, de um caminho que se inicia com o restrito acesso a Educação Infantil e a ineficiência do Ensino Fundamental, no que se refere à qualidade e à conclusão. Tais ausências se refletem na juventude em termos quantitativos (anos de estudo) e qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas).

A condição socioeconômica é outro elemento que interfere no abandono e no baixo rendimento escolar juvenil. Diante desta realidade, os autores levantam aspectos que podem garantir uma melhoria significativa na realidade educacional da juventude. Alguns já se configuram como iniciativas governamentais, a exemplo da instituição do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do pacto em prol da Educação Básica - Todos pela Educação, e outras iniciativas inseridas nas metas do PNE - 2011-2020.

1.3 JUVENTUDE: de imagens contraditórias a sujeitos de direitos

O que é ser jovem afinal? As inúmeras situações e especificidades que permeiam a juventude hoje nos levam a concordar com diversos autores²¹ quando se referem não à juventude, no singular, mas a “juventudes”, considerando a pluralidade e heterogeneidade encontrada neste segmento social.

Por falar em pluralidade, destaca-se na mídia uma imagem com relação aos jovens como sendo pessoas desinteressadas das questões coletivas, sendo consideradas individualistas preocupadas apenas com o consumo, ou mesmo alienados das questões sociais e políticas contemporâneas. O interesse das diferentes juventudes com relação às novas tecnologias e o tempo dedicado à internet e às redes virtuais são aspectos que reforçam a idéia de alienação e desinteresse quanto à participação e envolvimento dos jovens nas questões sociais.

Uma pesquisa realizada em 2008, por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em Brasília, “Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas” (CASTRO, ABRAMOVAY, 2009), que entrevistou 1873 dos quase 2500 participantes, aponta para uma concepção diferente a respeito da juventude, apresentando outra interpretação à forma de participação desses jovens.

Na verdade, a aproximação quase que orgânica dos jovens das novas tecnologias amplia os espaços de participação da juventude, fato que curiosamente é comprovado pela elaboração do Estatuto da Juventude, que teve contribuições e sugestões via internet em 30% do seu texto final. Contribuições oriundas de diferentes grupos e jovens espalhados pelo Brasil.

As diferentes formas de expressão das juventudes, com suas trajetórias e interesses diversificados, revelam muito da sociedade moderna resultante de um acelerado processo de globalização. Este processo reforça os caminhos da exclusão social, na medida em que revela e aprofunda dualidades e distorções já existentes. Em entrevista ao Jornal A Notícia, de Joinville/SC em 03 de julho de 2001, ao ser indagado sobre a globalização, Gaudêncio Frigotto diz:

²¹ O livro *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* apresenta uma coletânea de textos de diferentes autores que tratam a juventude no plural respeitando os diferentes segmentos juvenis e suas trajetórias.

Existem muitos conceitos para globalização, mas, na verdade, o que se globalizou? Na prática, o que aconteceu foi a concentração do capital, tecnologia, redes de informação, o saber, na mão de poucos. O que se globalizou foi o capital e não o direito à comida, à saúde, casa, emprego e educação de qualidade. Não há por que ser contra uma globalização de acesso democrático aos bens do mundo. O ser humano não precisa ser um homem das cavernas ou um ser humano localista. Mas a globalização que veio aí criou uma sociedade de 20% incluídos e 80% semi-incluídos ou excluídos. Só uma educação de base muda isso (FRIGOTO, 2011)²².

Diante das contradições vividas tanto pelos sujeitos como pela sociedade, Regina Novaes (2008) diz que para entender a juventude de hoje é preciso entender o mundo de hoje em sua complexidade. Os jovens, independente de serem ricos ou pobres, da cidade ou do campo, vivem algumas experiências comuns, próprias de sua geração, experiências que os aproximam e igualam, e outras que os distanciam e diferenciam.

(Re)conhecer as juventudes é um passo importante para promover a passagem do estado transitório do “vir a ser”, daquele que ainda não é, do vazio carregado de preconceitos e estereótipos, para o reconhecimento de uma parcela da sociedade que já “é”, que tem um presente, que precisa ser visto, discutido e valorizado. Em seu texto “O lugar da juventude: espaço-temporalidade da noção de juventude”, Clarice Cassab (2011)²³ afirma:

A busca, portanto, está em entender a juventude enquanto uma categoria social – e, portanto, constantemente sendo (re)pensada – dispondo-se como plural, desigual, distinta e diferente. O que significa negar a existência de uma juventude homogênea, singular.

Com a intenção de explicar melhor o tema, visando que para o trabalho realizado é importante contextualizar a juventude ou as juventudes, destaca-se que os jovens não experimentam a vida no mesmo ciclo antes vivido por outras gerações: ser criança, estudar, concluir os estudos, trabalhar, casar e organizar uma família – estas situações muitas vezes são invertidas, às vezes repetidas, se apresentam em diferentes momentos e sem nenhum significado de permanência, ou seja, vão e vem na vida dos jovens dependendo de inúmeras circunstâncias que eles próprios não planejam ou controlam.

²² FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Brasil nos condena**. Entrevista concedida a Marlise Groth. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2001/jun/03/1ger.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2012. Documento eletrônico sem paginação.

²³ CASSAB, Clarice. **O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude**. Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=145>. Acesso em: 12 mar. 2011. Documento eletrônico sem paginação.

Fato muito mais marcante na vida de jovens pobres, moradores das periferias das médias e grandes cidades, que de certa forma são sujeitos a um maior número de vulnerabilidades que jovens de outras classes sociais. A família, que é um organismo social historicamente de muita significância, “vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social” (PEREIRA-PEREIRA, 2008, p. 26), realidade que se constitui em mais um desafio para essa juventude vulnerável e excluída.

Nem sempre a família está organizada no modelo **pai, mãe e filhos**. O que existe de fato é uma dança constante dessas peças no tabuleiro, onde avós substituem pais, ou casais convencionais dão lugar a outras formas de relacionamento – a família mudou sua cara e os jovens passam a ser em alguns casos, os responsáveis pela sua sustentação. Se por um lado a família é forte como referência de identidade e ponto de apoio para a natural insegurança da existência, é também frágil, por ser comumente flagrada como berço de violências e desproteção (PEREIRA, 2008).

Essa fragilidade, no entanto, não é percebida na família de forma isolada, antes é um acorde com notas graves que ecoa em diversas direções. A escola pública, especialmente, também reflete essa fragilidade: ela não só não garante a permanência dos que nela ingressam como não oferece um ensino de qualidade, ou seja, os portões de saída são ainda mais largos que os portões de entrada.

Realidade marcada pela falta de uma política de educação pautada na valorização dos profissionais, com investimentos na estrutura física, pedagógica e em modelos inovadores de gestão com foco no pedagógico, que permita integrar o processo de ensino e de aprendizagem com as necessidades imediatas da vida dos estudantes, especialmente dos jovens.

O Ensino Médio ainda é visto como a etapa mais problemática da Educação Básica, com altos índices de evasão, apesar de iniciativas recentes como as novas diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, que pretendem fortalecer e dar mais autonomia as escolas com Ensino Médio na modalidade regular e na modalidade Integrado por meio dos programas Brasil Profissionalizado (2008) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (aprovado pelo Senado Federal em 18 de outubro de 2011).

No caso dos jovens pobres, a relação entre o trabalho precoce e a educação precária (FRIGOTTO, 2004) se intensifica em medidas que mutilam o processo de escolarização e, de certo modo, os jovens também. O Ensino Supletivo é um exemplo disso mesmo considerando o *ganho* em termos de recuperação do tempo escolar perdido. A questão é:

- a) dá para recuperar o tempo perdido
- b) O tempo da escola?
- c) O tempo da vida?

Este estreitamento de oportunidades oferecidas aos jovens na escola faz com que a mesma, ao invés de garantir o tempo de incorporarem valores e se prepararem para a vida, imponha, desde cedo, o conceito de que para eles o mais importante é o trabalho e que não podem perder tempo com a escola, tendo que se submeter ao perverso jogo que os impõe o mercado para “matar a fome”. Cabe aqui a pergunta cantada na música “Comida”, dos Titãs: “Você tem fome de que?...” A conclusão que se chega é que as outras possibilidades de matar a fome não constam facilmente no cardápio de grande parte da juventude pobre do Brasil.

Tal situação vivida no processo de escolarização não atrai ou seduz o jovem, diante dos inúmeros apelos e desafios de sua vida imediata, ao contrário, reproduz a exclusão e usurpa direitos. Em seu estudo, Olímpia Silveira afirma “que a qualidade da educação está ligada a qualidade da escolarização”, sendo esta parte de um processo muito “mais abrangente que as escolas e sistemas educacionais” (SILVEIRA, 2009, p. 19). É urgente emergir políticas educacionais que dêem conta desse desafio. Políticas capazes de atacar as estruturas produtoras de desigualdades e desafiar os agentes políticos frente às acomodações em ações filantrópicas tipo “Amigos da Escola”.

1.3.1 Estatuto da Juventude: pluralidade em pauta

Após sete anos, o Estatuto da Juventude foi aprovado pela Câmara Federal (no dia 05 de outubro de 2011), devendo ainda passar pelo Senado para só então ter a sanção presidencial. Este fato representa uma conquista no Marco Legal voltado para a juventude e, entre outras coisas, garante 30% do Fundo Nacional de Cultura para projetos voltados para juventude, fortalece educação, saúde e emprego, bem como visa beneficiar os estudantes com acesso a eventos culturais garantindo o que segue:

- 1) transporte público gratuito e meia passagem para os estudantes de 15 a 29 anos e financiamento para universidades privadas;
- 2) acesso ao Ensino Superior para jovens negros, indígenas, deficientes e oriundos das escolas públicas e ainda, 50% das vagas de cursos ofertados pelo Sistema S.

O Estatuto terá a responsabilidade de regular os direitos da faixa etária entre 15 e 29 anos. Entretanto, é importante registrar que este marco não gera nenhum prejuízo à Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata dos direitos da faixa etária de zero aos 18 anos incompletos. Segundo os ativistas, líderes e representantes de entidades juvenis, a aprovação desse marco legal pode ser reconhecida como a maior conquista deste Século para a juventude brasileira.

O Estatuto define a criação de um Sistema Nacional de Juventude, o qual ainda deverá ser regulamentado pelo Estado. A partir daí, as competências e obrigações da União, dos Estados e dos Municípios serão definidas, a fim de garantir a implementação dos direitos juvenis, ou seja, da cidadania da juventude, em todo o território brasileiro.

Para isto, será necessário estabelecer um pacto federativo entre as três esferas, para execução de políticas de juventude. Outro aspecto relevante e que está previsto com a criação do Sistema é a importância da existência dos espaços de participação e acompanhamento social pela sociedade, através dos Conselhos de Juventude.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE: Projovem

Desde 2004, quando o governo federal instituiu a criação do Grupo Interministerial da Juventude, mapeando ações e programas já existentes voltados para o atendimento aos jovens, com o objetivo de elaborar um diagnóstico e obter referências para uma política nacional de juventude, observa-se que alguns avanços aconteceram como a criação da Secretaria Nacional de Juventude, a implantação do Conselho Nacional de Juventude e o lançamento do Programa Nacional de Jovens – Projovem, visando:

a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para juventude; b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implantação de políticas para juventude (BRASIL, 2007, p. 11-2).

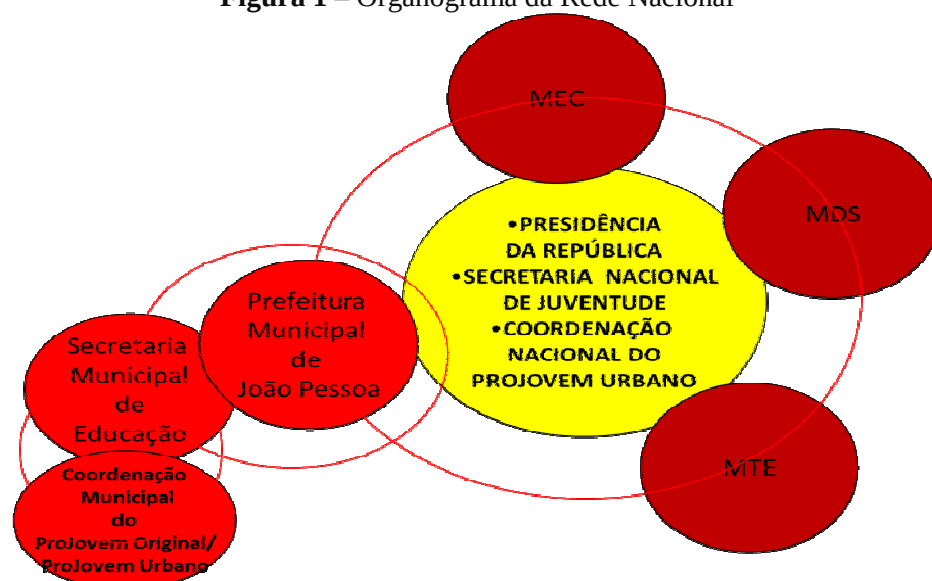
A implantação em conjunto do Programa, da Secretaria e do Conselho acena para novas possibilidades de espaços de diálogos, no qual a juventude possa vir a ser contemplada como um agente capaz de interferir na elaboração de políticas que tratem do seu destino. O Projovem, nasce então com o objetivo de proporcionar a formação integral de jovens a partir da conclusão do Ensino Fundamental, da qualificação profissional e formação para a cidadania e, dessa forma, contribuir com a reinserção dos jovens na escola, capacitar para o mundo do trabalho e estimular a participação dos estudantes em ações de interesse coletivo.

Nesse contexto, o Programa caracteriza-se como “emergencial”, atendendo a uma parcela da juventude que tem urgência em chegar ao Ensino Médio: jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o Ensino Fundamental; e “experimental, ao fundamentar sua proposta curricular em novos paradigmas e articulando a formação geral, a Qualificação Profissional e o engajamento cívico” (BRASIL, 2007, p. 11).

Para dar sentido e força na implementação dessas diretrizes o Projovem, apesar de envolver fortemente questões vinculadas a política de educação, permaneceu na Secretaria Geral da Presidência da República, na Secretaria de Juventude, como estratégia de fortalecimento da Política Pública de Juventude que se iniciava.

Desta forma, teve o seguinte desenho:

Figura 1 – Organograma da Rede Nacional



Fonte: Elaborado pela autora

Esse desenho que envolveu os Ministérios: Educação, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Trabalho e Emprego, além de Secretarias Municipais direcionou para um modelo de gestão compartilhada²⁴ e currículo integrado, promovendo um envolvimento mais amplo de todos os participantes: gestores federais, municipais e escolares, professores e jovens estudantes. Visando aliar teoria e prática, estabelecendo uma relação entre as três dimensões: Educação Básica, Qualificação Profissional e Ação Comunitária, para superar a exclusão dos jovens no que se refere especialmente ao direito à educação e ao trabalho.

O Projovem, em seu formato Original, baseia-se em dados da PNAD/2003, como já foi dito no início desse estudo, revelando que 13,5% da população total (23,4 milhões) era formada por jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, e que destes apenas 34% (7,9 milhões) frequentavam a escola, ou seja, 15,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos estavam fora da escola, marcando fortemente uma situação de vulnerabilidade para este grupo etário.

Posteriormente, após resultados apresentados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA, sistema comprometido com a supervisão das condições de oferta do Projovem nas diferentes localidades, monitoramento da matrícula, frequência, atividades pedagógicas, avaliação externa dos jovens e avaliação do Programa, verificou-se, em 2007, a importância de constituir o grupo de trabalho **GT Juventude**, a fim de articular a experiência acumulada desde a implantação do Programa em 2005, visando ampliar e diversificar as ações voltadas para a juventude.

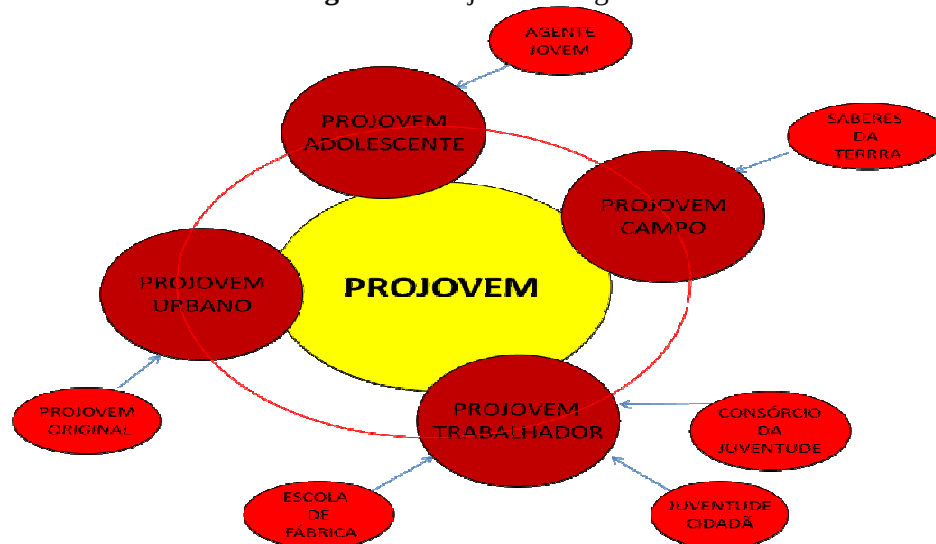
Surge como resultado desse trabalho, o **Projovem Integrado** - proposta do Governo Federal para articular em um “guarda-chuva” ações comprometidas com a inclusão social de jovens brasileiros pensadas em quatro modalidades distintas:

- 1) **Projovem Adolescente** – reestruturação do Programa Agente Jovem, destinado a atender com a oferta de oficinas no contra turno da escola jovens de 15 a 17 anos;
- 2) **Projovem Campo** – reorganiza o Programa Saberes da Terra, oferecendo a escolarização para jovens de 18 a 29 anos, moradores do campo;

²⁴ A Gestão do Programa no contexto nacional inclui um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e a Coordenação Nacional orienta aos municípios manter a mesma composição na gestão local.

- 3) **Projovem Trabalhador** – unifica os programas Consórcio da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, atendendo a jovens que já estão no Ensino Médio, oferecendo cursos profissionalizantes, visando a inserção no mundo do trabalho; e por fim;
- 4) **O Projovem Urbano**, que com algumas reformulações que serão posteriormente detalhadas, vem substituir o Projovem Original. O Projovem Integrado visa articular “oportunidade para todos” e “direitos universalmente assegurados” (BRASIL, 2008b).

Figura 2 –Projovem Integrado



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre as quatro modalidades que compõem o Projovem Integrado, é necessário, para o trabalho em pauta, destacar o Projovem Urbano que, assim como o Projovem Original, tem a finalidade de promover a inclusão social dos jovens, mantendo os mesmos princípios, objetivos e metas, reformulando, com base nos resultados das avaliações internas e externas realizadas pelo SMA destacando os aspectos positivos e propondo estratégias para a superação dos obstáculos encontrados na sua implementação. Em linhas gerais, as mudanças se deram nos seguintes pontos:

- ✓ Ampliação da faixa etária atendida: de 18 a 24 para 18 a 29 anos;
- ✓ Redistribuição territorial: de capitais, DF e cidades metropolitanas com 200.000 habitantes ou mais, para a inclusão dos Estados;

- ✓ Mudança quanto ao nível de escolaridade: da obrigatoriedade de conclusão da quarta-série do Ensino Fundamental para a comprovação de estar alfabetizado;
- ✓ A retirada da condicionalidade dos jovens estarem fora do mercado formal de trabalho;
- ✓ Redução da equipe de quatro coordenadores locais para dois coordenadores (Pedagógico e Executivo);
- ✓ Substituição dos espaços das Estações Juventudes por Pólos, responsáveis pela administração de 16 núcleos.
- ✓ Ampliação de formação para 376 horas, sendo 160h de formação inicial e 216h de continuada.
- ✓ Alteração da nomenclatura da dimensão de ação comunitária para participação cidadã.
- ✓ Ampliação do curso para 18 meses, com carga horária de 200h, sendo 1440 presenciais e 560 não presenciais.
- ✓ Acréscimo das UFs Juventude e Cultura e Juventude e Tecnologia.
- ✓ Implementação dos Estudos Complementares para jovens com baixo rendimento.

Outro ponto importante na passagem do Projovem Original para o Urbano é que se tornou obrigatória a instalação dos núcleos em escolas públicas e não mais o envolvimento de Organizações Não Governamentais - ONGs. Esse detalhe na verdade traz a responsabilidade da execução do Programa para a dimensão pública, para a dimensão da responsabilização do poder público quanto ao atendimento aos jovens matriculados no Programa.

A análise do Projovem Original e Urbano com suas características e propostas inovadoras de gestão, envolvendo Estados, Municípios e Distrito Federal - DF, a articulação das três dimensões garantida por meio do Projeto Pedagógico Integrado, se faz necessária para o estudo aqui apresentado considerar a contextualização no município de João Pessoa e a fala dos jovens integrantes do Programa durante a sua execução.

A juventude foco da pesquisa realizada, portanto, têm particularidades socioculturais e étnicas, são residentes de territórios populares da cidade de João Pessoa, embora partilhem sonhos e expectativas iguais as de outros jovens de outros lugares, do campo ou da cidade, e de outras classes sociais.

São jovens que, em grande parte, representam uma juventude socialmente violentada, facilmente fisgada pelo narcotráfico, pela prostituição e outros canais de violências. Contraditoriamente, são jovens *plugados* conectados com o mundo, com acontecimentos e fatos de dimensão planetária em tempo real, e ao mesmo tempo, entrelaçados em processos de exclusão dos direitos essenciais como moradia, alimentação, saúde, lazer, educação, trabalho, segurança, do direito de ser feliz.

CAPÍTULO 2

PROJOVEM ORIGINAL E URBANO EM JOÃO PESSOA: a cidade como espaço pedagógico



Eu tô aqui, agradeço muito aos professores do meu núcleo. Pelo que passei, eles ficaram sempre do meu lado. Tinha dias que eu chegava em casa chorando, por ela (referindo-se a filha) era muito novinha, quando eu entrei no Projovem ela estava com um ano e seis meses.

Raquel (estudante do Projovem Original)

2 PROJOVEM ORIGINAL E URBANO EM JOÃO PESSOA: a cidade como espaço pedagógico

Este capítulo traz em seu desenvolvimento informações significativas para a compreensão a respeito do Programa, desde o seu surgimento até as mudanças apresentadas no Projovem Urbano - o que mudou de um formato para outro e qual o contexto que possibilitou essa mudança, como estratégia de fortalecimento da Política Pública de Juventude. Apresenta também a sua implantação no Município de João Pessoa, destacando elementos do modelo de gestão adotado localmente com base nas diretrizes gerais nacionais e **Ações Inovadoras**, que surgiram como consequência do processo de construção coletiva. Para tanto, inicia-se o capítulo com dados sobre o município de João Pessoa, referenciando e contextualizando o espaço-tempo onde o Programa foi desenvolvido, a fim de compreender as características destacadas.

2.1 JOÃO PESSOA: senhora de muitas histórias

João Pessoa é hoje uma cidade dona de muito verde, estabelecida entre o rio e o mar. Olhando suas igrejas de torres altas e o traçado original de suas ruas percebe-se que é também dona de uma história marcada por experiências de lutas, conquistas e conflitos que envolveram em diferentes momentos históricos desde as tribos indígenas que aqui estavam até as disputas com desbravadores portugueses, franceses, holandeses e espanhóis, descortinadores do mundo na época de grandes conquistas e descobertas de terras (IBGE, 2011). Desde então, o Rio Sanhauá margeia a cidade e abriga em suas margens as suas diferentes identidades: **Nossa Senhora das Neves, Filipéia, Frederikstadt, Paraíba do Norte** e, finalmente, para homenagear o Presidente do Estado, passou a chamar-se, em 1930, de João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil. A cidade mudou, cresceu, se expandiu, chegou até o mar.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), apresenta uma área territorial de 211,474 km² e densidade demográfica de 3.421,30 (hab/km²). Abriga uma população de 723.515 habitantes distribuída em “59 bairros e 6 regiões especiais” (SPOSATI, 2010).

Com este crescimento ampliaram-se também as problemáticas e desafios que atingem a sociedade como um todo, devido às discrepâncias do processo de urbanização. Verifica-se que a acomodação/distribuição das pessoas na cidade, em bairros e comunidades, reflete o intenso movimento da urbanização e a relação desse processo com as vulnerabilidades e desigualdades sociais. “As evidências da exclusão e da inclusão social que se manifestam nos vários bairros da cidade são gritantes e inegáveis” (SPOSATI, 2010, p. 22).

Dessa forma, o endereço pode ser um elemento de preconceito e mais exclusão social – **diz-me onde moras que te direi quem és** – adaptando um pouco o dito popular pode-se voltar atenção para esta forma de preconceito que assola especialmente a juventude na busca por novas oportunidades.

Em João Pessoa não é diferente, levando-se em conta, por exemplo, que muitos jovens ao se matricularem por meio do *Call Center*²⁵ no Projovem (dinâmica melhor detalhada a seguir) não revelavam o seu verdadeiro endereço por serem moradores das regiões periféricas marcadas por diversos tipos de vulnerabilidades, como pôde ser verificado pela Coordenação Municipal.

A existência de discrepâncias nas acomodações territoriais e sociais reflete na forma de vida das pessoas e nos fenômenos vividos pela sociedade como um todo. O preconceito e a violência muitas vezes caminham de mãos dadas fazendo coro com a exclusão social, concretizando combinações perversas. Como em outras capitais, a violência é um problema que afeta de forma gigante a população jovem de João Pessoa.

De acordo com o Mapa da Violência 2010²⁶, ao longo dos últimos anos, no Brasil, a taxa de homicídios por idade vem crescendo assustadoramente, fenômeno que vem sendo chamado por ativistas do movimento negro de **Genocídio da Juventude** (WAISELFISZ, 2010).

²⁵ Central de Atendimento composta por estrutura física e de pessoal que centraliza o recebimento de ligações telefônicas.

²⁶ Estudo realizado pelo Instituto Sagari sobre a violência que afeta jovens brasileiros. O trabalho de organização dos dados é de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, a época responsável pela elaboração do diagnóstico das condições de vida e do cenário de oportunidades no Brasil. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

No caso de **João Pessoa**, o referido Mapa coloca a capital paraibana na **63ª posição** entre os municípios com maior taxa de homicídios na população de 15 a 24 anos. Isso significa um crescimento de mais de 90% dos homicídios nessa população.

O perfil das vítimas é composto, majoritariamente, de jovens negros. A compreensão e análise dessa realidade é fundamental para criar políticas eficazes de inclusão dessa população e de enfrentamento aos problemas que afetam a juventude (WAISELFISZ, 2010).

Retomando os dados expostos anteriormente sobre a cidade, verifica-se que do total da população anteriormente citado, **203.361** encontram-se no grupo de idade entre **15 e 29 anos**, o que corresponde a aproximadamente 28,11% do total da população pessoense formada por jovens, alvos preferências dos dados alarmantes de violência descritos pelo Mapa. Com frequência a mídia local (e nacional) divulga atos violentos envolvendo jovens como vítimas e ao mesmo tempo algozes de um jogo perverso de disputa de espaço e poder comandado, na maioria dos casos, pelo narcotráfico. Na verdade, independente do palco onde a cena violenta acontece – se é dentro ou fora dos muros da escola – ela não pode mais se esquivar de promover a discussão, posto que, se antes, por algum motivo estava fora desse ciclo, não está mais.

Não foram encontrados dados concretos sobre se essas vítimas ou algozes estão entre os números de matriculados nas escolas, mas, se têm entre 15 e 24 anos, estão ou deveriam estar. Por esse motivo tornam-se alvos de uma política de recrutamento bem intencionada e comprometida com a responsabilidade de oferta da escolarização para todos. Dentro desse contexto as políticas educacionais, cumprindo a etapa de oferta de matrículas devem ser eficazes nas etapas seguintes relativas à permanência e sucesso dos estudantes, mas, mais que isso, precisam comprometer-se com o enfrentamento a questões como a exclusão social e os diversos tipos de violência.

A escola precisa abrir as suas portas ao diálogo claro, onde as causas dessas distorções possam ser conhecidas por todos. Ampliar a consciência é o passo inicial. A tendência dos atores políticos na análise e implementação de ações, programas e projetos que visem resgatar a juventude dessa situação passa por uma guerra travada contra o ócio, preocupando-se em ocupar o jovem de qualquer forma, com o objetivo de resolver o “problema” associado à imagem ameaçadora da juventude. Antes seria necessário garantir a participação desse sujeito na elaboração e implementação de políticas a ele destinadas.

A política educacional pode se configurar como um caminho importante para relacionar a juventude às demandas juvenis, desde que compreenda um currículo aberto as construções necessárias para a inclusão das diversidades e para o enfrentamento das problemáticas já citadas, que interferem em suas trajetórias.

Na gestão Municipal, iniciada em 2005, com o Prefeito Ricardo Coutinho, verifica-se que algumas ações caminharam no sentido de estabelecer uma rede de iniciativas para além da melhoria da estrutura física das escolas ou de outros espaços públicos. Em 2009²⁷, entretanto, no âmbito do Ensino Médio (responsabilidade do Estado) havia em João Pessoa 33.211 jovens matriculados, correspondendo a 22,9% das matrículas existentes.

Esse percentual indica que, no caso desta modalidade, ainda se tem muito a caminhar para que sua ampliação atenda a demanda reprimida e aquela oriunda do Ensino Fundamental e que se encontra na faixa etária regular para este nível de Ensino.

O novo modelo de gestão municipal vem desde 2005 inovando em diferentes áreas: **esporte e lazer** com a construção de praças com anfiteatro, quadras poliesportivas, pista de skate, academias ao lar livre e outros espaços de entretenimento a disposição das comunidades, alguns diretamente pensados para a juventude; a reativação e criação de uma política voltada para os/a:

- 1) **Centros de Cidadania e Centros de Juventude;**
- 2) **Política cultural** abrangendo esses novos espaços com ações inclusivas de formação de platéia como os Projetos **Circuito das Praças, Som das 6, Outubro do Teatro e Novembro da Dança** entre outros, valorizando os artistas da cidade, inclusive os estudantes do Projovem com as suas produções;
- 3) criação de organismos de **Políticas para as Mulheres e de Políticas para a Juventude;** Organização do território municipal em **Regiões Orçamentárias**, a partir da criação do **Orçamento Democrático**, o que oportunizou a participação da Comunidade na definição das políticas a serem implementadas.

Tais medidas que respondem e ampliam as prerrogativas das políticas nacionais, apontam para possíveis mudanças no cenário aqui discutido. Um exemplo disso foi a parceria estabelecida com o Governo Federal para a execução do Projovem a partir de 2005 que, em João Pessoa, avançou com a implementação de Ações Inovadoras, ampliando os espaços de participação juvenil.

²⁷ IBGE Cidades (2011).

Estas iniciativas instigam e fortalecem a busca empreendida nessa investigação: Como a experiência do Projovem moveu na vida de jovens e o que este movimento trouxe de novo, de desafios, de mudança, de futuro e de presente.

2.2 PROJOVEM: do original ao urbano

O Programa foi implantado na cidade de João Pessoa em 2005, ainda como Projovem Original, caracterizado, como já dito, de **emergencial e experimental**, tendo como proposta curricular uma nova modalidade de ensino e aprendizagem, uma formação integral que comportava a articulação entre o Ensino Fundamental, Ação Comunitária e a Qualificação Profissional Básica.

Na época, dados adquiridos de pesquisa realizada pelo Grupo Interministerial que subsidiou a criação do Projovem em 2004, envolvendo 19 Ministérios, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e da UNESCO, evidenciaram a existência de 16.154 jovens no perfil do Programa em João Pessoa: jovens entre 18 e 24 anos, com a quarta série do Ensino Fundamental concluída, mas não a oitava, fora do mercado formal de trabalho e sem oportunidades de inserção em uma dinâmica social mais justa e igualitária (CAED²⁸, 2007). A partir desses dados o Governo Federal definiu como meta inicial para João Pessoa o atendimento de **3.900 jovens**, 22% da demanda, para o ano de 2005.

Com base nessa orientação, foi iniciado pela Coordenação Municipal o processo de recrutamento de jovens para o Programa, composto por intensa ação de divulgação na cidade, seguida de inscrição e matrícula. Na primeira etapa, os jovens foram convidados a inscrever-se por meio de ligação gratuita, sistema 0800, disponibilizado pelo Projovem Nacional, que quantificou 5 mil jovens inscritos para o Programa em João Pessoa. A matrícula, segunda etapa desse processo, que tornava os jovens já inscritos aptos a ingressar no Programa, só era concluída após recebimento de carta enviada pela Coordenação Nacional, com a confirmação de inscrição, e comparecimento dos interessados à Coordenação local.

²⁸ Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

De acordo com o sistema de dados do Programa (SISLAME/CAED²⁹), do total de jovens inscritos na primeira etapa, apenas 2.200 confirmaram a matrícula. Esse número demonstra a fragilidade do sistema de matrícula via telefone, pois se em um primeiro momento a dinâmica centralizada de matrícula via *Call Center* garantiu que um número expressivo de jovens se inscrevesse, num segundo momento, como pode ser visto, o número de jovens que chegaram a confirmar suas matrículas, caiu significativamente.

Infere-se que os atendentes do *Call Center* não orientaram os jovens sobre a necessidade de matricular-se nas escolas (núcleos) após o recebimento das cartas de confirmação de inscrição via correio, ou não checaram informações cruciais, a exemplo da veracidade dos endereços fornecidos pelos jovens ou mesmo de inexistência de endereço fixo.

Entre os fatores evidenciados pela Coordenação Municipal como comprometedores da matrícula dos 5.000 jovens já inscritos no Programa, destacam-se: preconceito e medo de exclusão em torno dos locais de moradia, fazendo com que os mesmos informassem endereços fictícios; o intenso fluxo de mudanças das famílias, motivado ou não pelo envolvimento dos jovens com drogas/tráfico e consequentemente com a violência; a informação errada de endereços (verificou-se posteriormente, que alguns jovens davam o nome da rua de onde estavam usando o telefone público).

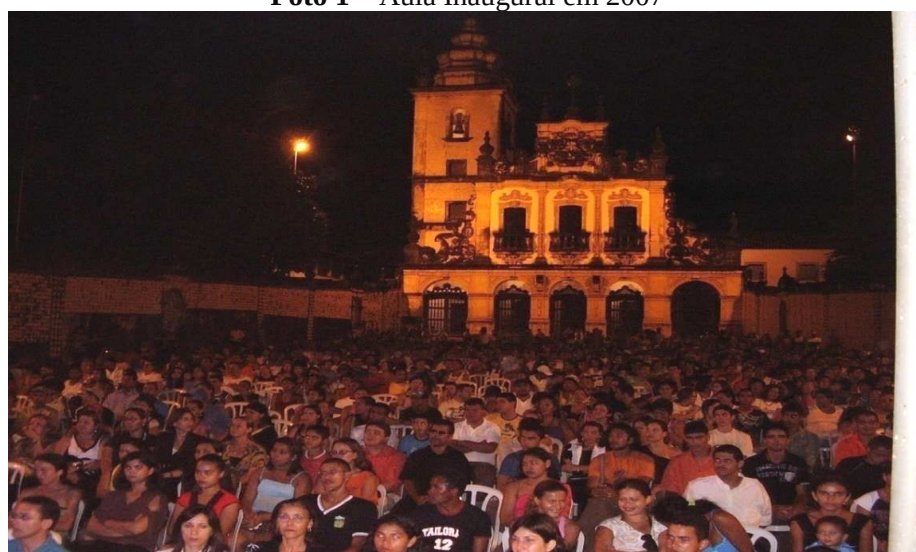
Assim, em janeiro de 2006 as aulas foram iniciadas com 2.174 jovens matriculados (1ª entrada), e em agosto do mesmo ano, o governo federal abriu outro período de matrícula em João Pessoa, no qual foram recrutados mais 1.925 jovens (2ª entrada), o que ocasionou a superação da meta inicial estabelecida para o município (PROJOVEM, 2007, p. 59). No ano de 2007, uma nova entrada do Projovem Original em João Pessoa, atendeu a 2.767 jovens (3ª entrada), tendo sido empregada pela Coordenação Municipal uma estratégia diferente na formação das novas turmas de alunos: a **Ciranda de Matrículas**.

Esta iniciativa inovadora consistiu em envolver educadores das duas últimas entradas do Programa no processo de matrícula dos jovens, apostando no conhecimento que os mesmos já possuíam com relação ao Projovem, podendo explicar melhor ao jovem interessado como o Programa funcionava e o que oferecia.

²⁹ O Sistema de dados do Projovem foi realizado pelo CAED.

Dessa forma, ficou evidenciada, nessa entrada do Programa, maior qualidade no resultado da ação de matrícula, considerando a relação entre o tempo para o desenvolvimento da ação e o número de jovens matriculados e mesmo a conscientização por parte do jovem quanto a sua escolha em participar. Aula Inaugural ministrada para marcar o início dessa entrada foi estimada a presença de mais de 2.000 pessoas entre os jovens matriculados e seus familiares e foi realizado em um espaço representativo da história da cidade no Adro da Igreja São Francisco, com a participação da Professora Regina Novaes³⁰.

Foto 1 – Aula Inaugural em 2007



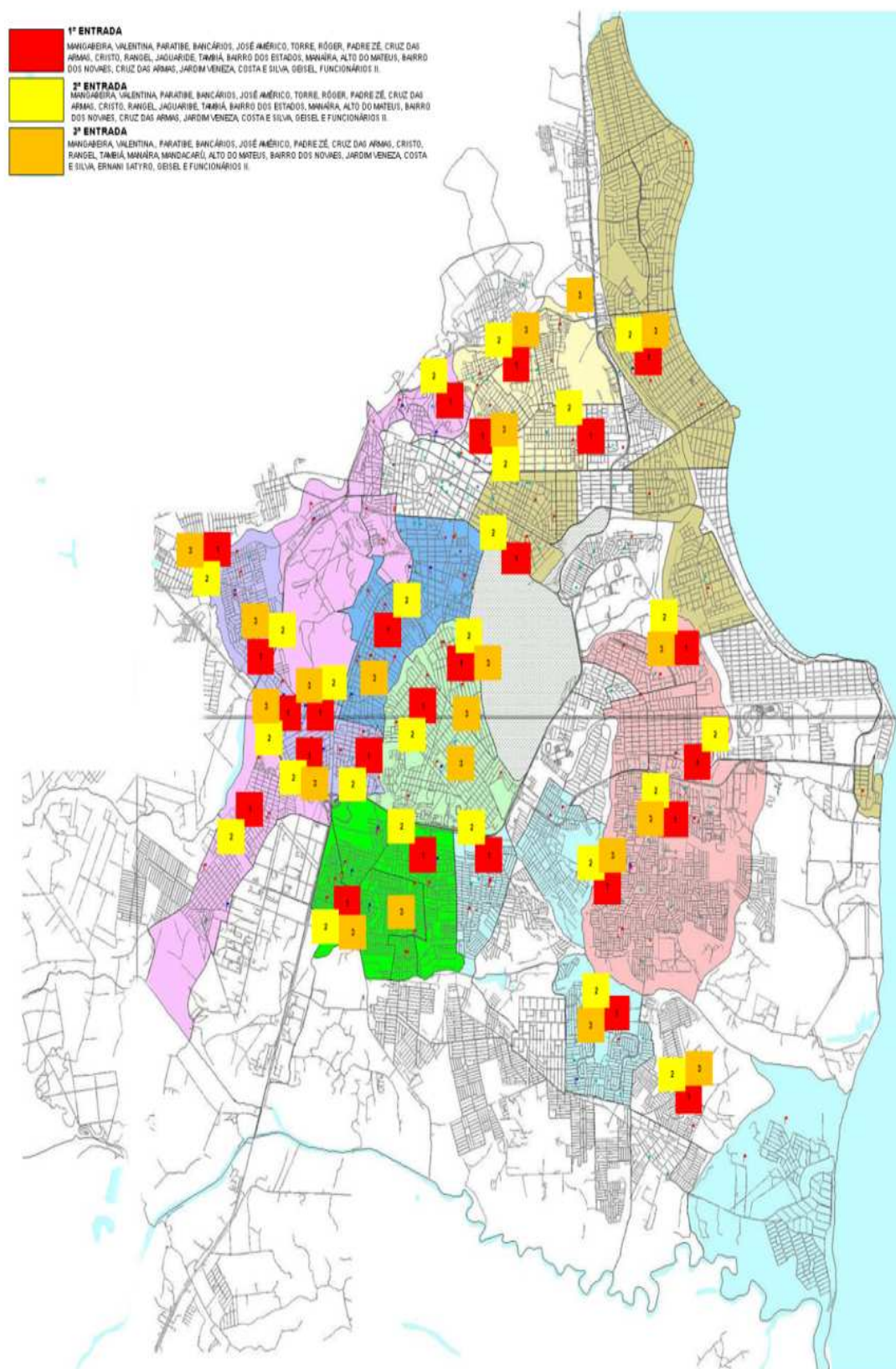
Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

2.2.1 A Rede Do Projovem

O Projovem Original em João Pessoa atendeu a 6.866 jovens entre os anos de 2006 e 2008. Os mesmos desenvolveram suas atividades pedagógicas, nas 03 entradas do Programa citadas no item anterior, distribuídos em 26 Núcleos, sendo o conjunto de Núcleos composto por duas ONGs, uma Escola Estadual e 23 Escolas Municipais, espalhados em 20 bairros do território da capital paraibana. Informações que podem ser lidas no mapa a seguir.

³⁰ Antropóloga, professora da UFRJ, pesquisadora do CNPq e consultora nacional do Programa.

Figura 3 – Mapa de distribuição territorial dos Núcleos do Projovem



Fonte: Topografia Social da Cidade de João Pessoa 2010, adaptado para este trabalho.

O Projovem Original, na rede municipal se organiza com base no mesmo modelo de organograma Nacional, já exposto. No organograma seguinte é possível observar a estrutura de gestão do Programa na esfera local.

Figura 4 – Organograma da Rede Municipal



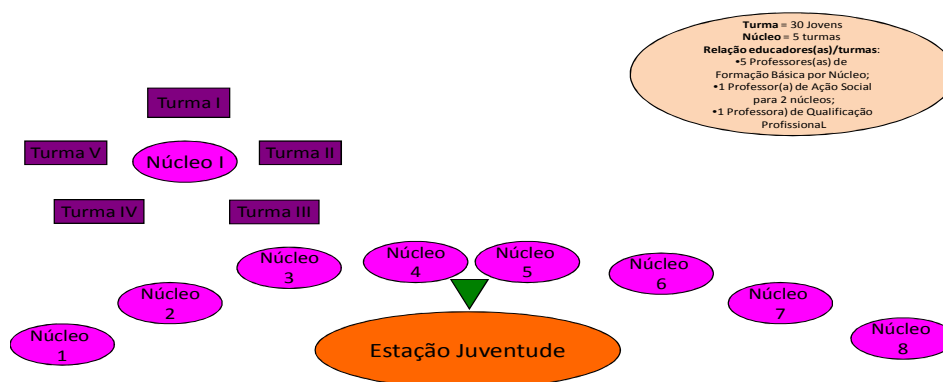
Fonte: Elaborado pela Autora

Estruturou-se com base em uma **Coordenação Municipal** composta por quatro Coordenadores (Pedagógico, Administrativo, Ação Comunitária e Qualificação Profissional). Ligada a esta Coordenação estavam as **Estações Juventude**, cada uma com dois Coordenadores (Administrativo e Pedagógico). Cada Estação Juventude por sua vez era composta por oito núcleos. Os **Núcleos** eram os espaços de aula e tinham sete professores – 5 especialistas nas áreas de conhecimento, 1 de Ação Comunitária que era o Assistente Social e 1 Qualificador Profissional. As **turmas** deveriam ter entre 20 e 30 estudantes.

As Estações Juventudes, denominadas Água, Terra, Fogo e Ar, configuravam-se em espaços administrativos do Programa, onde eram organizados e enviados à Coordenação Nacional e CAED os dados dos estudantes quanto à frequência e entrega de trabalhos, mas tinha também a função pedagógica de promover encontros dos jovens para a realização de estudos complementares, pesquisas ou quaisquer outras atividades de interesse, como também local de elaboração das aulas de campo das dimensões da Ação Comunitária e Qualificação Profissional.

Vale destacar que as Estações Juventude, da maneira como foram pensadas na elaboração do Programa, teriam um papel fundamental quanto à efetivação de espaços de participação juvenil, considerando que o Programa foi pensado para ter esta rede estabelecida próximo à casa dos jovens, concentrando ali a escola (núcleo), a Estação Juventude em interação com a dinâmica de sua vida. A seguir, a organização da gestão física e de pessoal pensada para o Programa:

Figura 5 – Organograma Físico



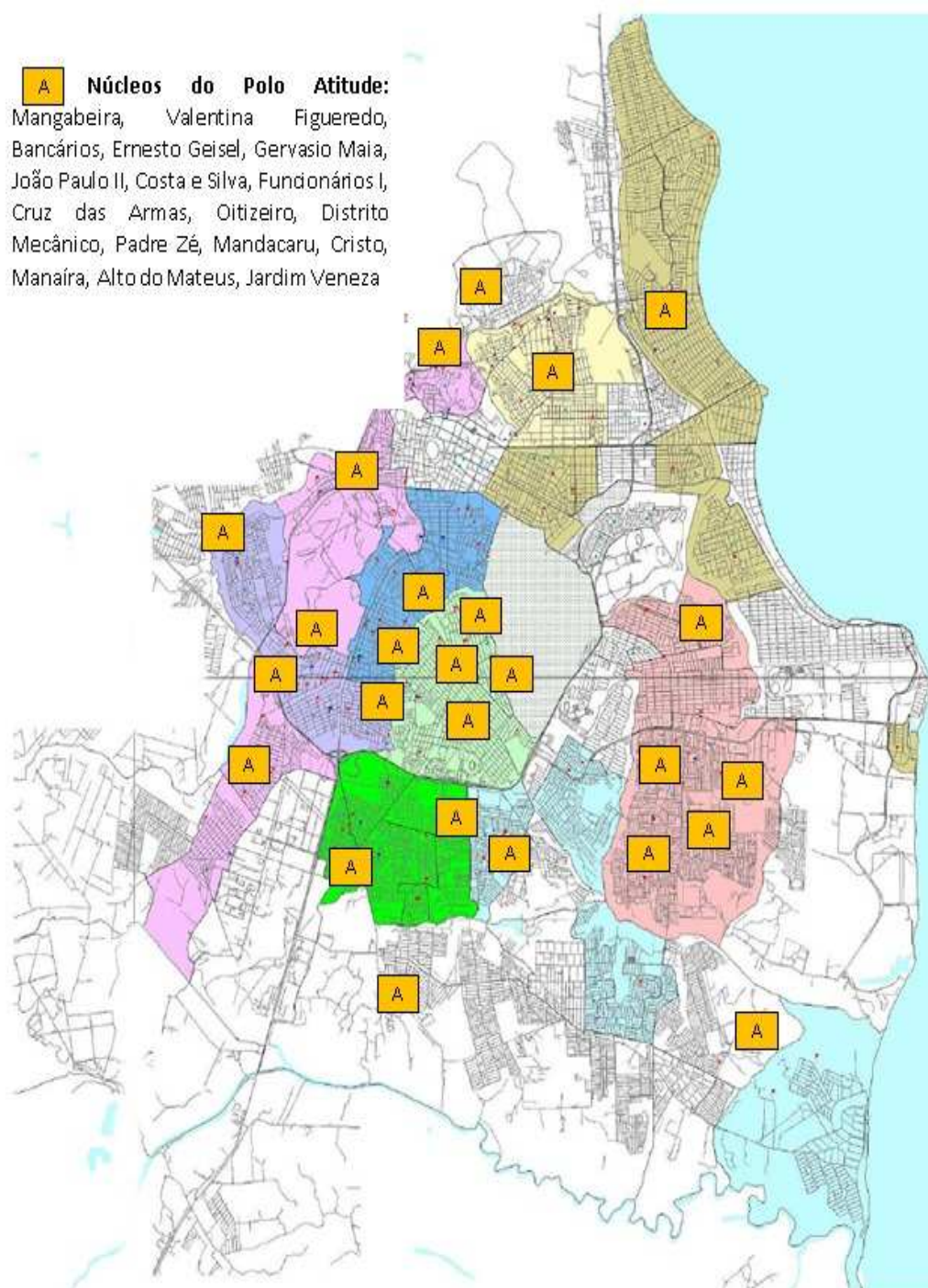
Fonte: Adaptado do Manual do Educador do Projovem 2007.

A estrutura acima detalhada se deu no Projovem Original, com a passagem para o Urbano, as Estações Juventude foram substituídas pela estrutura do **Pólo**, considerando que, a avaliação feita pelo SMA de 2005 a 2007, demonstrou que este organismo não funcionou como estava em seu desenho na maioria das capitais. Em João Pessoa a Coordenação local, em sintonia com o modelo de gestão municipal, ampliou os espaços das estações Juventude para as praças e demais espaços públicos, fazendo inclusive encontros quinzenais com jovens líderes no **Paço Municipal**, na sala de reuniões, colocando em prática as ações prescritas pelas diretrizes nacionais. O Pólo, como já, dito anteriormente, administrava no mínimo 16 núcleos. Desde o início do Projovem Urbano em João Pessoa, foi formado um Pólo por entrada – Pólo Atitude em abril de 2009 e Pólo Coragem em maio de 2010.

Cada Pólo era composto por dois diretores (Executivo e Pedagógico) e embora estivessem dentro de um redimensionamento físico e pedagógico do Programa, a Coordenação local procurou manter a mesma dinâmica de encontros e participação dos jovens para além dos espaços dos núcleos.

Os locais dos núcleos foram escolhidos respeitando os mesmos critérios do Projovem Original, buscando atender a comunidades e bairros onde a exclusão se dava de forma mais evidente garantindo a possibilidade de participação dos jovens onde a concentração de exclusão era maior. Essa distribuição pode ser vista no mapa a seguir que aponta os núcleos do Pólo Atitude.

Figura 6 - Mapa de distribuição territorial dos Núcleos do Projovem Urbano



Fonte: Topografia Social da Cidade de João Pessoa 2010, adaptado para este trabalho.

2.3 A GESTÃO PEDAGÓGICA

A equipe de professores dos Núcleos não possuía, por orientação da Coordenação Nacional, uma coordenação hierárquica. Os professores eram responsáveis pela gestão das ações, portanto, alternam-se na atividade de coordenação do Núcleo, onde saber ouvir e partilhar eram elementos de contribuição para a divisão de responsabilidades e o planejamento efetivo de estratégias de gestão, com foco nos objetivos a serem alcançados. A liderança, dessa forma, era dividida e circular, sendo cada um dos professores especialistas (matemática, português, ciências da natureza, ciências humanas e Inglês) eleito Coordenador do Núcleo por um período de três meses – o tempo de desenvolvimento de cada Unidade Formativa.

O Coordenador de Núcleo tinha a função de representá-lo junto à Coordenação Municipal, encaminhando dados dos alunos (notas, frequência etc), tomando providências e orquestrando as atividades dentro e fora dele. Apesar da função e ação do Coordenador de Núcleo não ser parte integrante dos objetivos da pesquisa, destaca-se no texto por representar ao longo do Programa um grande desafio para professores e gestores, como também matéria de estudo nos encontros de Formação Continuada.

A dificuldade de exercitar um formato de liderança como o proposto pelo Projovem foi enfrentada por cada professor e também pelos gestores escolares onde se instalaram os Núcleos: a presença de um líder que deveria socializar o poder e a responsabilidade parecia menos confortável para grande parte dos profissionais do que a presença de um *chefe* responsável por determinar e cobrar tarefas.

Esse ponto merece o destaque dado, considerando que no conteúdo da dimensão Ação Comunitária (posteriormente, no Projovem Urbano, chamada de Participação Cidadã) os jovens discutem e elaboram conceitos sobre **liderança, gestão e participação**, e que o exercício dessa prática para o professor, bem como o aprofundamento dela nos encontros de Formação Continuada, instrumentalizaram melhor para o efetivo desenvolvimento desse conteúdo nas atividades com os jovens estudantes.

Esse modelo local de gestão remontou nos Núcleos e na Coordenação Municipal o desenho de **gestão compartilhada** estabelecido pelo Projovem Nacional, que instituiu um Comitê Gestor local, a exemplo do Comitê Gestor Nacional, este, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, integrado por ela, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cada célula do Programa (Núcleo, Estação Juventude, Coordenação Municipal, Coordenação Nacional, Comitê Gestor) esteve, de certa maneira, integrada ao conjunto pela ação do Fórum do Projovem, composto por gestores, professores e jovens. Esse Fórum tinha caráter deliberativo para as questões internas e caráter consultivo para os demais assuntos, buscando manter a unidade da ação e ao mesmo tempo, incentivar a autonomia responsável de cada uma das partes.

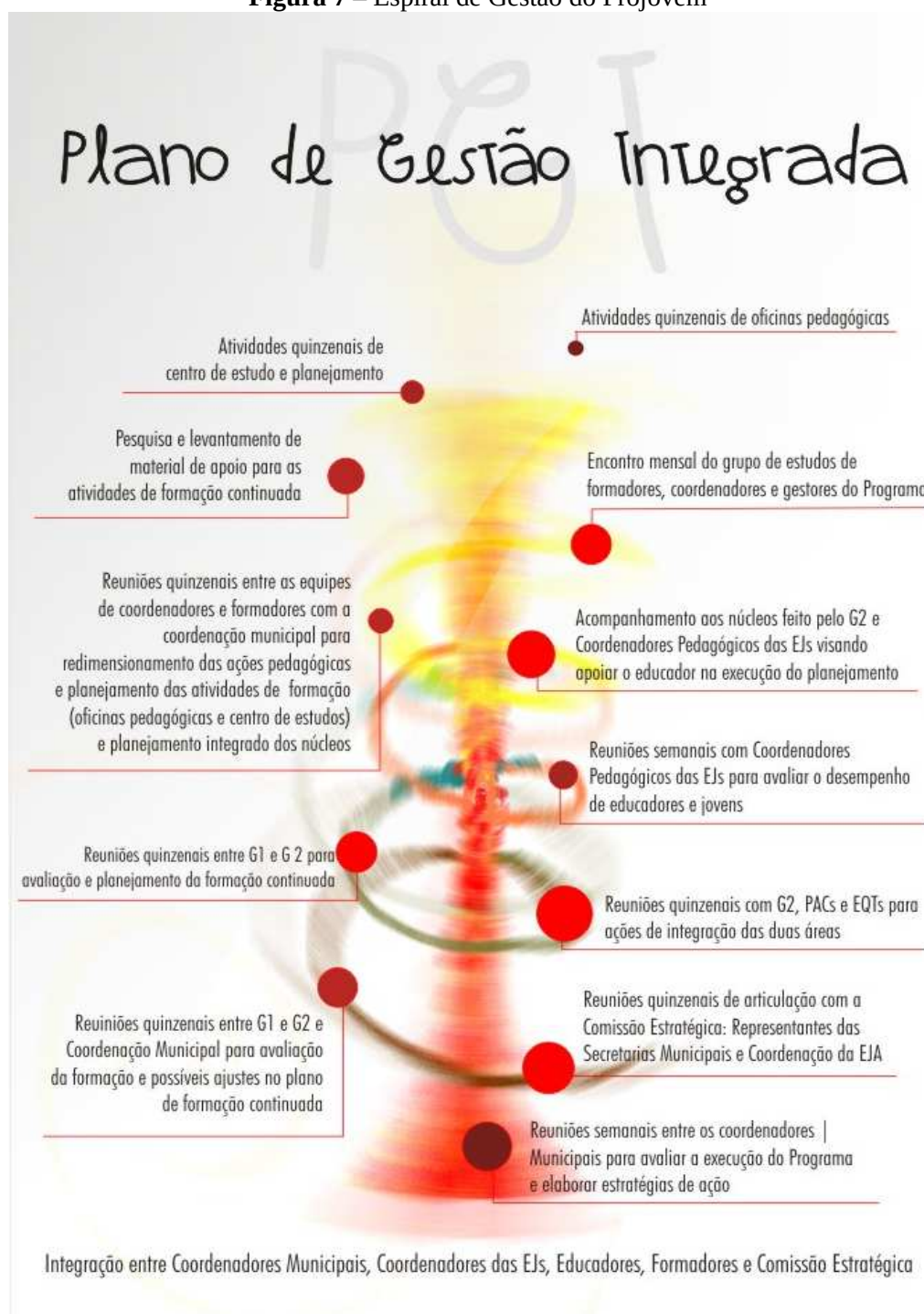
Essa integração de ações entre os diferentes espaços e atores do Programa foi garantida no município de João Pessoa por meio da implantação de um **Plano de Gestão Integrado (PGI)**, representado pela imagem de uma espiral, chamada pela Coordenação Municipal de **Espiral de Gestão do Projovem**. O PGI baseava-se na ideia da inter-relação da espiral do conhecimento - formada por quatro modos de conversão do conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização - com os processos que conduzem a criação e disseminação do conhecimento para preencher os objetivos organizacionais, conhecida como gestão do conhecimento (TORRES *et al.*, 2009).

A imagem da espiral é representativa do movimento criado pela gestão integrada, partindo da necessidade de articular todas as partes envolvidas, resultando na efetividade do seu objetivo e na eficiência de suas ações. A Espiral da Gestão Integrada do Projovem propõe colocar em movimento não só os conteúdos diretamente ligados ao desenvolvimento da prática de professores, mas as relações existentes na estrutura do grupo que faz o Projovem, desde Coordenadores Municipais, Coordenadores das Estações, apoios administrativos, formadores, educadores e jovens. Dessa forma, o PGI utilizado pela Coordenação do Projovem no município de João Pessoa adotou uma proposta de ação coletiva, não estagnada, que movimenta-se em busca de ampliação e por isso esteve todo tempo em construção.

Tanto no Projovem Original como no Urbano, a figura representativa do modelo de gestão foi a espiral, organizando ao longo do seu eixo os pontos de encontros entre os diferentes grupos que compõem o todo do Programa. No Urbano, visando atender a nova dinâmica trazida pela sua estrutura administrativa, a gestão imprimiu mudanças no PGI conforme será delineado a seguir.

Uma leitura detalhada da espiral demonstra o movimento reflexo da integração entre a Coordenação Municipal, Coordenação das Estações Juventude (e posteriormente dos Pólos), Professores, Formadores e Comitê Gestor ou Comissão Estratégica. Esta última composta por representantes das secretarias afins, substituindo o Comitê Gestor Local, com a tarefa de ajudar a pensar ações intersetoriais.

Figura 7 – Espiral de Gestão do Projovem



Fonte: Coordenação Municipal de João Pessoa

Na base da Espiral estão os sujeitos responsáveis, em algum grau pela gestão administrativa do Programa e que se articulam em encontros que variam de semanais, quinzenais ou mensais, de forma a manter a dinâmica necessária para estar de prontidão diante dos desafios emergentes. As reuniões semanais entre os coordenadores municipais definiam as estratégias intersetoriais com as secretarias municipais, visando fortalecer a política implantada.

A Coordenação mantinha reuniões semanais também com os Coordenadores das Estações Juventude para avaliar e planejar a semana e, quinzenais, tanto com a equipe de Formadores (G1 e G2)³¹, quanto com a Comissão Estratégica – vale destacar que diante da dificuldade de manter esse ritmo de trabalho com o Comitê Gestor, composto pelos dirigentes das Secretarias de Educação, Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Sustentável da Produção, a Coordenação Municipal propôs a criação de uma Comissão Estratégica formada por seus representantes, esta foi a forma de funcionamento. Os demais encontros dos grupos entre si eram acompanhados pela coordenação por meio de instrumentos, relatórios, sendo ela a facilitadora do processo de integração.

A ideia de movimento trazida pela figura da espiral é usada por diferentes autores em áreas diversificadas de conhecimento, a exemplo do modelo de gestão em espiral defendido por Obata e Shizuka (2006) como sendo indispensável para os negócios em rede, dada a flexibilidade e sustentabilidade que são garantidas pela combinação da gestão desta forma de trabalho, com a gestão hierárquica. Ou, na representação do **Desenvolvimento da Consciência** para algumas áreas da psicologia transpessoal, como no caso da Escola Dinâmica Energética do Psiquismo, idealizada e dirigida por Theda Basso e Aidda Pustilnik (2000), que conceitua a **consciência** a partir da experiência de desenvolvimento pessoal e social como um processo em permanente movimento ascendente representado na espiral.

Isso foi possível porque, diferentemente da experiência vivenciada em outras capitais e cidades metropolitanas, a equipe de Formadores em João Pessoa era integrada, na prática, à Coordenação Municipal por força da Espiral de Gestão (ou PGI), como pôde ser visto.

³¹ A Coordenação Municipal dividiu a tarefa dos Formadores, onde o G1 dedicava-se as oficinas pedagógicas da Formação Continuada e o G2 acompanhava a ação dos professores nos núcleos, visando diminuir a distância entre a compreensão do trabalho e a prática no núcleo.

Desde o início essa integração refletia no processo vivido pelos professores e já apresentava resultados no que se refere à forma de participação deles e dos jovens no Programa. Em função da organização e prática desse modelo de gestão integrada a Coordenação Municipal do Projovem foi chamada pela Coordenação Nacional para ministrar oficinas para outras coordenações. Estas oficinas constavam basicamente de relatar a experiência do Projovem em João Pessoa, considerando pontos como: formação de professores, gestão integrada e a experiência com as atividades das Estações Juventudes.

Maria Umbelina Caiafa Salgado diz que a “estratégia de gestão” adotada pelo Programa em nível nacional:

desafia o gestor a compartilhar projetos e ações de gestão com outros profissionais da educação, desenhar coletivamente percursos flexíveis em ambientes de incerteza, perceber os pontos fundamentais dos conflitos entre pessoas e as organizações com as quais interage, coordenar a construção de acordos que permitam superar esses conflitos, monitorar a implementação das decisões pactuadas e participar de um processo contínuo de avaliação que oriente medidas corretivas ou mudanças necessárias para a consecução dos objetivos de um programa, uma instituição, uma equipe de trabalho (SALGADO, 2008, p. 53).

Essa estratégia foi difundida e trabalhada pela Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), localizada no Rio de Janeiro, entidade responsável pela formação de formadores em todo Brasil. O que ocorreu em João Pessoa desde o princípio da execução do Programa foi compreender e abraçar esse desafio, tendo a Coordenação Pedagógica Municipal a função de contextualizar as diretrizes nacionais aos objetivos locais traçados pela dinâmica do PGI, sendo eles:

- a) Valorização das experiências pessoais e saberes práticos dos professores no Processo de Formação, de modo a contribuir com o processo identitário dos mesmos, tendo como foco a apropriação de conceitos presentes na Proposta Pedagógica Integrada (PPI) do Programa, a orientação para o domínio dos conteúdos das quatro Unidades Formativas, bem como a condução das questões relacionadas ao perfil dos jovens, suas peculiaridades, e os diversos fatores geradores de exclusão e preconceito contra a juventude;

- b) Respeito e inclusão da dimensão corporal nas atividades, envolvendo movimentos, ritmos e percepções corporais como *textos* facilitadores da construção de uma nova práxis capaz de atender as urgências e emergências apresentadas pelos jovens;
- c) A valorização dos espaços da cidade como **espaços pedagógicos**, ampliando o reconhecimento de professores e jovens a respeito dos mesmos e, conseqüentemente, fazendo-se parte como cidadãos desses espaços, muitas vezes desconhecidos³².

No Projovem Original a formação de professores foi desenvolvida em 304 horas de atividades pedagógicas, sendo a formação inicial realizada em 160 horas, complementada ao longo de um ano de curso com 144 horas voltadas a Formação Continuada.

Realizada aos sábados, a Formação Continuada possibilitou ao professor rever sua prática pedagógica, atribuir novos significados aos conhecimentos adquiridos e compreender as mudanças implicadas na proposta do Programa, de modo a garantir espaço para a apropriação dos conhecimentos gerados por esses sujeitos. Na Coordenação Municipal podem ser encontrados instrumentos de avaliação do Programa, preenchidos por gestores, professores e jovens, que revelam a importância do modelo de Formação adotado.

No Projovem Urbano o modelo de formação se manteve e em ambos os casos, possibilitou que os professores se **diplomassem** em Projovem, sendo:

- (a) um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade educacional/docente e sabe usá-lo competentemente;
- (b) um **pensador** capaz de se situar criticamente em sua prática e nas representações sociais sobre o seu campo de atuação;
- (c) um **cidadão**, sujeito de direitos e responsabilidades que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade (BRASIL, 2008c).

³² No acervo de documentos da Coordenação Municipal, constam relatórios de atividades que revelam o fato de alguns professores não conhecerem, até o momento da atividade, pontos históricos ou de valor artístico, cultural e social da cidade de João Pessoa.

Garantiu a esses atores o suporte necessário para a formação integral dos jovens, proporcionada pelo avanço da escolaridade por meio da conclusão do Ensino Fundamental, aliada as experiências de atuação social na comunidade e a qualificação profissional básica.

Dessa forma, os professores no Projovem, tanto Original como Urbano, tinham dupla função: eram Especialistas na sua área de atuação e Professor Orientador (PO) de uma das cinco turmas que compõe o núcleo. Nesta função, ligavam-se ao jovem sem distinguir áreas de conhecimento. Para isto, participavam das atividades, promovendo o trabalho interdisciplinar e a integração das ações curriculares, entre as quais estavam incluídas as aulas de informática.

A figura do Professor Orientador favoreceu o fortalecimento dos vínculos necessários para a efetiva orientação educacional de cada jovem, em particular, e do grupo. O desenvolvimento da função do PO possibilitou uma relação mais próxima entre educadores e alunos, o conhecimento das habilidades e competências de cada um, sua identidade pessoal e grupal, aprofundando a vivência das objetividades e subjetividades existentes no processo de ensino e aprendizagem.

O investimento na Formação Inicial e Continuada, a criação do papel do Professor Orientador e a definição de tempos de aula exclusivos para a interdisciplinaridade, revelou o interesse e a maneira participativa com que o Projovem propunha o envolvimento com as questões da juventude. Tal afirmação é reforçada por Regina Novaes (2008), quando aponta para as questões da juventude atual, indicando que as mesmas não são apenas dos jovens (embora se expressem de forma gigantesca no segmento juvenil), mas de toda a sociedade, ou daqueles que se interessam pelas questões do coletivo, sendo por isso fundamental investir na formação desses profissionais.

2.4 PROPOSTA CURRICULAR E PLANEJAMENTO INTEGRADO: desenhando novas formas de aprendizado

O Projovem adotou uma concepção de currículo como algo que não está pronto, finalizado, mas sim é construído ao longo do curso. Um currículo integrado, formado com contribuições distintas de cada disciplina, no qual a interdisciplinaridade é uma construção também do aluno, feita com base em conhecimentos multidisciplinares (BRASIL, 2007).

A carga horária dedicada à interdisciplinaridade contribuiu para que os alunos fizessem a conexão dos conteúdos das diferentes disciplinas com as suas vidas, fazendo valer a máxima de que sob conteúdos organizados e sistematizados é que avançamos e **aprendemos a aprender**.

Para isso os conteúdos trabalhados no Projovem foram selecionados em função das expectativas da juventude hoje, de modo a permitir o surgimento da expressão dos jovens, a elevação da auto-estima e a formação de cidadãos conscientes, capazes de mudar sua postura diante de fatos e dos problemas da vida cotidiana (BRASIL, 2007).

No Projovem Original e Urbano a proposta curricular foi organizada em torno de **Eixos Estruturantes e Temas Integradores** de grande identidade para a juventude, de forma a trazer para o processo de ensino e de aprendizagem elementos de seu interesse associados aos conteúdos do Ensino Fundamental, divididos em quatro Unidades Formativas (UFs), no caso do Projovem Original, e seis, no Projovem Urbano, cada uma com três meses de execução. Para exemplificar, fica exposta a seguir a estrutura usada no Projovem Original, destacando que no Urbano houve o acréscimo de mais duas UFs – Juventude e Tecnologia e Juventude e Cultura:

- ✓ UF I – Eixo Estruturante: Juventude e Cidade. Temas Integradores:
 1. Ser jovem hoje,
 2. Morar na cidade grande,
 3. Violência urbana e defesa do cidadão,
 4. Qualidade de vida na cidade,
 5. Meio ambiente e saneamento.
- ✓ UF II – Eixo estruturante: Juventude e Trabalho. Temas Integradores:
 1. Ser jovem: aprendendo e trabalhando,
 2. Produzir e consumir na cidade,
 3. A violência e o trabalho,
 4. Qualidade de vida e trabalho,
 5. Trabalho e meio ambiente.
- ✓ UF III – Eixo Estruturante: Juventude e Comunicação. Temas Integradores:
 1. A importância da comunicação para a vida e o trabalho do jovem,
 2. Comunicação: espaço de interação dos jovens cidadãos ou espaço de alienação?,

3. Comunicação: proteção contra a violência urbana?,
 4. Como a comunicação influi na qualidade de vida dos jovens?,
 5. Comunicação, globalização e cidadania.
- ✓ UF IV – Eixo Estruturante: Juventude e Cidadania. Temas Integradores:
1. Ser, de fato, um cidadão completo já é uma realidade para o jovem brasileiro?,
 2. Dá para ser feliz morando na cidade grande?,
 3. Violência Urbana combina com cidadania?,
 4. Ser aluno do Projovem: uma experiência cidadã?,
 5. Que responsabilidade tem o jovem cidadão na proteção do meio ambiente e do planeta?

O investimento nos Professores por meio do aprofundamento das questões trazidas pelos temas Integradores foi enriquecido com a troca de experiências e Grupos de Estudo juntamente com a Formação Continuada, visando fortalecer a metodologia proposta e melhorar o manejo de sala, ampliando o conhecimento acerca das especificidades da juventude, levando em conta suas vulnerabilidades. A idéia de partir dos Temas Integradores tinha como objetivo subsidiar os encontros de Planejamento Integrado realizados aos sábados, tendo como referência a realidade juvenil e as contribuições dos jovens vindas por meio das sínteses integradoras.

O Planejamento Integrado era parte da carga horária do professor, e acontecia em alternância com a Formação Continuada, aos sábados. O primeiro momento do Planejamento que acontecia das 8 às 13h era dedicado ao encontro dos professores de uma referida estação Juventude por área de conhecimento a fim de partilharem as experiências específicas e trocaram informações necessárias para o enfrentamento das dificuldades.

O segundo momento era dedicado ao encontro dos professores que compunham o núcleo para prepararem conjuntamente as aulas de PO. Como cada um era PO de uma turma diferente dentro do núcleo, as aulas planejadas eram praticamente as mesmas, abordando as questões subjetivas que envolviam o núcleo como um todo, buscando integrar o estudante, com seus sentimentos e sua condição de cidadão. Por fim, permanecendo no grupo do Núcleo, havia a partilha dos planejamentos de cada especialista para que a interdisciplinaridade pudesse ser garantida.

Os professores eram estimulados a encontrar elos entre as diferentes áreas que se relacionassem com o Tema Integrador da quinzena, favorecendo assim o aprofundamento no estudo apreendido. A efetivação desta ação integrada no Núcleo era monitorada pelos Coordenadores das Estações Juventude servindo de avaliação do processo, conforme consta na espiral de Gestão.

No caso do Projovem Urbano, alguns personagens mudam, mas a lógica de gestão com foco no pedagógico permanece. Como não existia mais a Estação Juventude e sim os Pólos, o Diretor executivo e Pedagógico do Pólo, juntamente com os apoios pedagógicos eram os responsáveis por este monitoramento. Abaixo, dois momentos do Planejamento Integrado do Pólo Coragem.

Foto 2 – Planejamento Integrado (1)



Foto 3 - Planejamento Integrado (2)



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação Municipal

Na execução dos planos de aula, os instrumentos institucionais do Programa, como Guias de Estudo, Manuais do Educador, Agenda do Estudante, Sínteses Integradoras, e Cadernos do POP (Projeto de Orientação Profissional), PLA (Plano de Ação Comunitária) e CRA (Caderno de Registro de Avaliação), eram utilizados por jovens e professores, em espaços de tempo específicos, e auxiliavam o processo de interdisciplinaridade e a reafirmação do papel dos Professores Especialistas e Orientadores do Programa.

O Planejamento Integrado foi potencializado em João Pessoa por meio de ações que ultrapassaram os muros da escola e envolveram os jovens com a sua cidade, com o seu bairro e com várias questões de interesse público.

Tais ações ocorreram especialmente durante as festividades de Carnaval, São João, Copa do Mundo, eleições, ou em qualquer outra época em que existiu um apelo de trabalho temporário para os jovens, que porventura pudesse causar faltas ou desistências. Os festejos foram transformados em instrumentos potencializadores dos Temas Integradores do Programa que configuravam identidade e, conseqüentemente, aprendizagem aos jovens, sendo para isso incluído nos planos de aula dos educadores como atividades presenciais ou não presenciais.

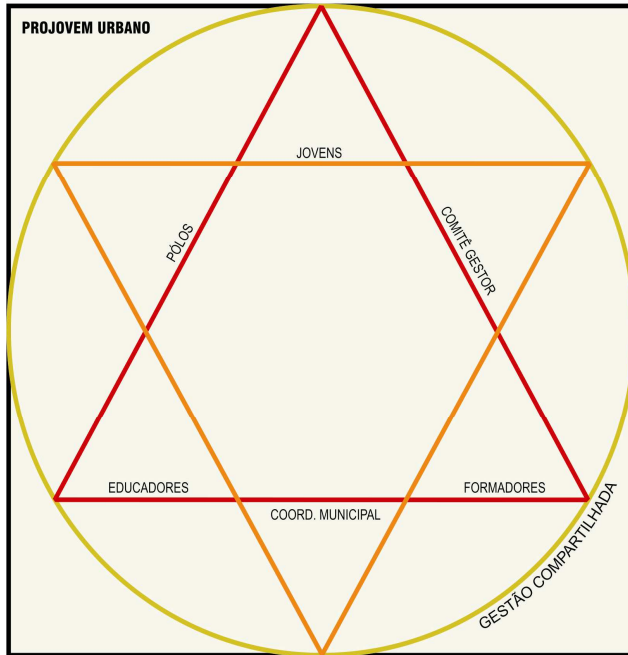
No Projovem Urbano, embora algumas mudanças tenham ocorrido, percebe-se igual importância no que diz respeito ao Currículo e ao Planejamento Integrado. A passagem do Projovem Original para o Urbano, já foi detalhada em alguns momentos deste capítulo, no entanto, vale destacar o esforço, desde o início para se manter as conquistas locais adquiridas ao longo da execução do Projovem, pois as mudanças, embora não tenham sido drásticas foram, em alguns pontos, muito significativas

A equipe de Professores que iniciou com o Projovem Original, de uma maneira geral se manteve nas diferentes entradas e acabou migrando, através de processo seletivo, para o Projovem Urbano. A compreensão a respeito das especificidades do Programa e do público-alvo havia ficado enraizada após os anos de execução do Projovem Original e do esforço de cada um em mudar a sua prática a fim de executar o que era posto tanto pelas diretrizes nacionais como locais.

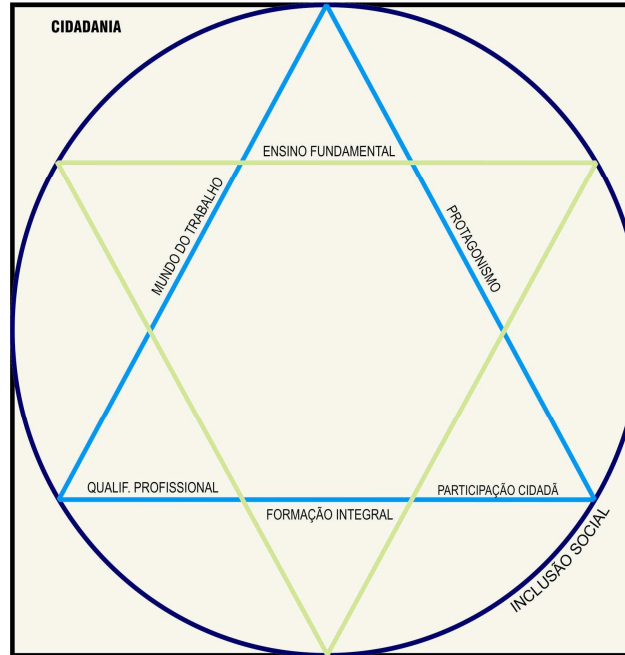
Diante das mudanças colocadas na implementação do Projovem Urbano, a Coordenação percebeu a necessidade de investir na Formação Inicial do grupo selecionado para que os Professores compreendessem o Programa em sua nova identidade e apresentou as seguintes questões norteadoras: Quem somos? O que queremos? Para onde vamos?

Figura 8 – Identidade Projovem

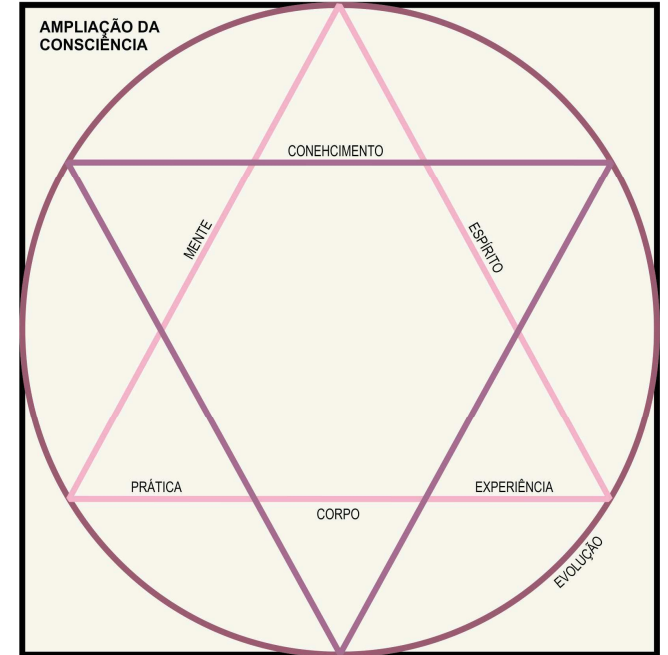
QUEM SOMOS?



O QUE QUEREMOS?



PARA ONDE VAMOS?



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

As figuras são constituídas de formas geométricas sobrepostas objetivando responder às questões colocadas acima a partir da provocação de uma imagem que pode ser vista de diferentes formas. Estas questões e estas imagens, assim como a Espiral de Gestão foram instrumentos utilizados em diferentes momentos do Programa não só como elemento de aprendizado para os professores, mas com os próprios jovens instigando e provocando o enfrentamento de desafios na busca da identidade pessoal e grupal, importante para a permanência dos jovens no Programa.

2.5 O MAPA DOS DESAFIOS: O mapa da Mina

A opção de olhar para a cidade como grande espaço pedagógico, fez com que o Projovem de João Pessoa incluísse organizações sociais, praças, praias, parques e demais instituições e espaços de socialização da população no planejamento do trabalho e no processo de ensino e aprendizagem. Tal experiência foi acentuada pela forma significativa com que professores e jovens encararam a construção do **“Mapa dos Desafios”**.

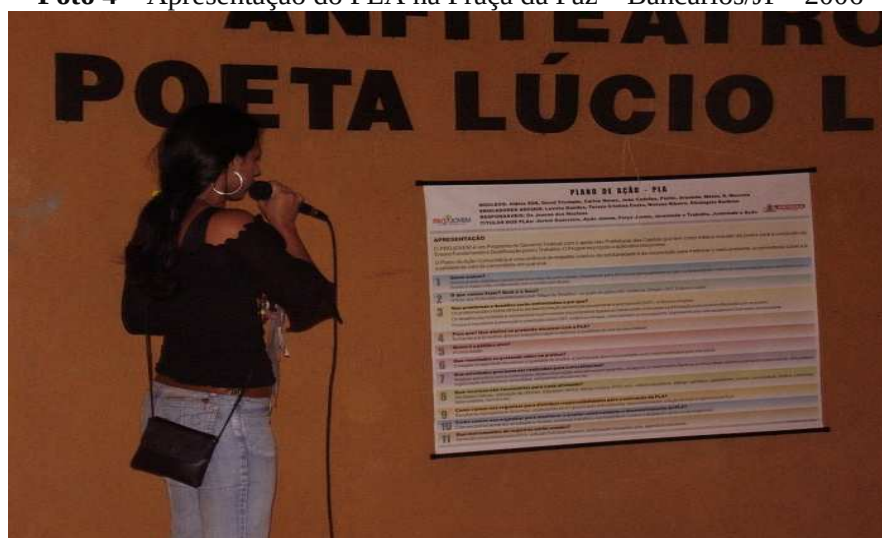
Esta tarefa era parte integrante do conteúdo da Ação Comunitária e constava de desenvolver um olhar diferenciado sob a sua comunidade, levando os jovens a refletirem sobre ela, buscando desafios e habilidades, olhando para sua comunidade com o olhar investigativo, fazendo uma redescoberta sobre a vida naquele espaço e, conseqüentemente, perceber-se como agente de mudança. De fato, juntar cidade, juventude e pedagogia, não representava apenas estar colocando o Mapa dos Desafios em movimento, mas também o encontro com o **mapa da mina**, pois a partir da vivência dos jovens com essa experiência de ampliar o olhar sobre sua comunidade, seus vizinhos, sua família e sobre si mesmo foi que a virada do jogo aconteceu para muitos.

Por meio do Mapa dos Desafios os jovens passavam a olhar, pela primeira vez, situações existentes nas comunidades. Fatos sobre os quais nunca haviam refletido, ou até percebido. O Mapa dos Desafios, dessa forma, se tornou o instrumento norteador das discussões e da elaboração do passo seguinte desse processo vivido na dimensão da Ação Comunitária: a construção do PLA.

O PLA estimulava um reposicionamento do jovem diante das dinâmicas sociais em que estavam envolvidos, e juntamente com o Projeto de Orientação Profissional - POP, (caderno usado nas aulas de Qualificação Profissional), possibilitava aos jovens um olhar diferenciado para as questões de sua comunidade e para as oportunidades de trabalho em sua cidade.

Desde a construção desse diagnóstico de potencialidades e vulnerabilidades existentes na comunidade - o Mapa dos Desafios - até o Evento Público onde os jovens apresentavam as ações pensadas, no formato de um **Plano de Ação**, para família, vizinhos e líderes comunitários, os jovens eram levados a assumir o lugar de protagonistas de seu processo de desenvolvimento integral, sem esquecer que o Estado deve ser o garantidor de seus direitos. O PLA se configurou em uma importante ferramenta pedagógica do processo. Com ele a interlocução subjetiva incidia sobre as objetividades. Essa incidência repercutiu na vida do jovem, em sua cidadania, dando um novo significado a escola, a comunidade e a própria família.

Foto 4 – Apresentação do PLA na Praça da Paz – Bancários/JP - 2006



Fonte: Acervo da autora

A partir da elaboração e dos desdobramentos dos seus PLAs, os jovens envolveram-se em campanhas de vacinação, combate ao mosquito da Dengue e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) promovidas pela Secretaria de Saúde do Município. Estiveram presentes em mobilizações para o uso da faixa de pedestre em algumas áreas da cidade.

Organizaram caminhadas pela paz em suas comunidades, palestras em escolas. Executavam eventos e situações de entretenimento e lazer para a sua comunidade e se envolveram em outras ações de interesse público relacionadas aos temas dos seus PLAs.

Aprenderam a redigir documentos, protocolar e acompanhar o trâmite em repartições públicas. Interessaram-se cada vez mais por ações coletivas, perceberam-se como agentes de mudança, recuperaram a sua autoestima e seu poder de escolha, mesmo diante de tantas dificuldades e vulnerabilidades.

Com o PLA os jovens se habituaram a participar dos eventos da cidade, começaram a se sentir parte dela. A seguir, algumas atividades desenvolvidas em lugares e momentos diferentes com jovens e professores.

Foto 5 – Caminhada pela Paz



Foto 6 – Aula de campo no Centro Histórico



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação Municipal

As experiências de ensino e aprendizagem construídas na comunidade/cidade provaram que o espaço físico da escola não era determinante para a ação pedagógica acontecer, sendo cada vez mais incentivada a exploração de novos espaços, provocando renovadas formas de expressão dos jovens, dando visibilidade aos seus talentos e a sua capacidade de aprender.

Nessa lógica, registraram-se ações interdisciplinares que estimularam os jovens a se colocarem como parte integrante do desenvolvimento cultural, espacial e econômico de sua comunidade/cidade.

2.6 PARA ALÉM DOS MUROS da escola

Viver o ritmo imposto pela Espiral de Gestão do Projovem, no qual tudo é colocado em movimento pelos pontos de articulação de cada grupo que compõe o Programa, permitiu a ativação da proposta pedagógica e das diretrizes nacionais em consonância com a forma de execução local. O programa cresceu em suas possibilidades e a partir daí começaram a surgir, em João Pessoa, ações que vão muito além do que estava prescrito. Tais ações foram resultado do trabalho de acompanhamento e monitoramento sistemático das atividades pedagógicas e da avaliação feita pelo grupo de gestão juntamente com os Formadores. Os resultantes são: a) Semanas de Vivência Curricular integrada; b) Ciclo de Conversas do PLA; c) Seminários de Qualificação Profissional; d) Projeto Nenhum a Menos; e) Ciranda de matrículas; f) Encontros de Lideranças; g) Oficinas Extras; h) Fórum de Avaliação, i) Rotinas de Acompanhamento ao Núcleo

As Ações Inovadoras vividas no Projovem em João Pessoa tinham como objetivo dar respostas aos desafios encontrados e favorecer a permanência dos jovens, atingindo os objetivos do Programa. É importante detalhar um pouco sobre algumas dessas ações, considerando a participação de grande número de jovens nas atividades.

A **Semana de Vivência Curricular Integrada** foi realizada em três anos do Projovem Original, em períodos nos quais as escolas municipais necessitaram paralisar as aulas em decorrência, por exemplo, da utilização de seu espaço físico como zona eleitoral, ou mesmo, como já foi dito anteriormente, como uma forma de potencializar as atividades pedagógicas utilizando-se do fortalecimento da cultura local em momentos como São João e Carnaval – considerando que o Projovem, em seu formato original, acontecia em 12 meses consecutivos, sem férias ou feriados.

Norteados por planejamentos que faziam referência aos conteúdos do Guia de Estudo e Eixos Estruturantes, jovens e educadores estiveram presentes em debates e oficinas com profissionais especializados, aprofundando sobre diferentes temas: cultura, história, comunicação, meio ambiente, cidadania e arte. De modo a receberem subsídios para o aprofundamento teórico de questões a serem vivenciadas de forma prática, ao longo da semana nas praças, praias, estação ferroviária, museus, universidade, parques e demais espaços da cidade.

Figura 9 – Folder da I Semana de Vivência Curricular Integrada – 2006

Para início de conversa

O ProJovem, busca através de seu projeto pedagógico, desenvolver ações educativas focadas no protagonismo juvenil; inserção social e prática de cidadania; formação geral para o mercado de trabalho, além da vivência interdisciplinar da aprendizagem do conteúdo curricular. Sua orientação metodológica suscita uma prática educativa viva, significativa e possibilitadora do pensar e do agir. Para dar sustentabilidade à execução desse projeto pedagógico, realizamos semanalmente encontros com educadores, ora desenvolvendo ações de Formação Continuada, ora subsidiando a elaboração dos planejamentos dos Núcleos.



Ricardo Coutinho
Prefeito
Manoel Junior
Vice - Prefeito
Walter Galvão
Secretário de Educação, Cultura e Esportes
Lúcia Giovanna
Secretária Adjunta de Educação, Cultura e Esportes



Coordenação Municipal do ProJovem
Márcia Lucena
Coordenadora Geral e de Ação Comunitária
Maria Onilma Fernandes
Coordenadora Pedagógica
Vera Lúcia Alencar de Lira
Coordenadora Administrativa
Thiago Pacheco
Coordenador de Qualificação para o Trabalho
Patrícia Drienskens
Coordenadora da Formação

Organização
Maria Onilma - Márcia Lucena - Patrícia Drienskens -
Sabrina Crisi - Luciana Fernandes- Márcia Serrano -
Maria Edina de Araújo - Eugênia Gottigroy - Fátima Santos
Jivago Correia - Zeny Moura - Cristóvão de Maria - Marcos Aurélio
Valeska Shulze - Zey Veríssimo

realização:
Coordenação Pedagógica Municipal
parcerias:
Pro-Reitoria de Ação Comunitária-PRAC/UFPB
Associação Paraibana Amigos da Natureza - APAN

SEMANA DE VIVÊNCIA CURRICULAR INTEGRADA

**A cidade de João Pessoa como matéria
de comunicação no ProJovem**

25 a 29 de setembro de 2006




Fonte: Coordenação Municipal

Nas **três edições** da Semana de Vivência Curricular Integrada foram trabalhados temas referentes à UF que estava sendo vivenciada pelo jovem, respeitando a sequência sugerida no Guia de Estudos, como forma de garantir o aprendizado e a experiência. Ficou assim: **A cidade de João Pessoa como elemento de Comunicação no Projovem**, em 2006; **Juventude, Cidade e Meio Ambiente**, em 2007; **Arte, Comunicação e Participação Cidadã, como instrumentos de enfrentamento a violência**, em 2008. A seguir a descrição e imagens de algumas atividades:

Foto 7 – I Semana de Vivência Curricular Integrada



Fonte: Acervo da autora.

a) Os jovens, na atividade da **I Semana de Vivência Curricular Integrada** estavam estudando sobre o que a cidade **comunicava** para seus moradores, com as diferenças percebidas entre a praia e o centro da cidade, considerando estilo de vida, trânsito, arquitetura etc. Para cada área de conhecimento a exploração do conteúdo perpassava pela questão da comunicação e da cidade, pois estavam nas ruas jovens de duas entradas diferentes no programa, cursando duas unidades formativas diversas: Juventude e Cidade e Juventude e Comunicação. Vale destacar que muitos desses jovens nunca haviam ido à praia, ou mesmo conhecido alguns monumentos históricos da cidade, deixando claro o estado de **não pertencimento** ou a condição de exclusão vivida por eles.

Aquela semana ocorreu pela necessidade de cumprir o tempo de aula e a impossibilidade de fazer isso dentro do espaço da escola considerando o período eleitoral daquele ano.

b) Já na **II Semana de Vivência Curricular Integrada**, a exploração de conteúdos relacionados ao meio ambiente foi o eixo motivador, considerando que a Prefeitura Municipal de João Pessoa estava construindo a sua “Estação Ciência” em um local de preservação e esta discussão vinha ocorrendo na cidade por meio de diferentes canais, sendo importante levá-la aos jovens do Projovem. A atividade iniciou com uma mesa de discussão composta por autoridades reconhecidas, tanto no âmbito do poder público, como da sociedade civil organizada, e militantes da área, para debater sobre a construção da Estação Ciência.

O período da semana de vivência era o de São João, que na cidade de João Pessoa, como em todo território estadual, é momento muito comemorado e leva o jovem ao trabalho temporário, com a venda de produtos de milho e outras atividades nas festas que ocorrem em espaços públicos. Dessa forma, os jovens não podiam estar nos Núcleos à noite e a semana de vivência tornou-se estratégia para a apreensão do conteúdo. A seguir, como ilustração, uma atividade desenvolvida por professor de Qualificação Profissional, do Arco Ocupacional de Arte e Cultura na qual os jovens passaram o dia no Parque Arruda Câmara³³, tendo aula de musicalização a partir dos sons percebidos na natureza e os provocados pelos animais.

Foto 8 – II Semana de Vivência Curricular Integrada



Fonte: Acervo da autora

c) Já a **III Semana** teve como tema a comunicação no contexto da participação cidadã e do enfrentamento à violência trazendo para os jovens a possibilidade de ampliar conceitos sobre esses temas a partir de suas próprias vivências.

³³ O Parque Arruda Câmara, conhecido pela população como a Bica, é também o zoológico da cidade.

A semana foi marcada pela presença de jovens egressos comoicineiros, validando suas conquistas. Abaixo, foto da Oficina de Rima, como parte do Movimento Hip-hop, ministrada pelo MC Racional, egresso da primeira entrada do Projovem. O título da sua oficina era A Comunicação Não Violenta da Rima.

Foto 9 – III Semana de Vivência Curricular Integrada



Fonte: Coordenação Municipal

Em todas as vivências as expectativas da Coordenação local e dos professores foram superadas, tanto pela frequência dos jovens como pela posterior realização de seminários entre os jovens de diferentes Núcleos para troca de experiências - aqueles que desenvolveram atividades na praia trocaram experiências com grupos que estiveram no centro histórico, tendo sido notável a ampliação do olhar da juventude sobre a cidade, no caso da I Semana de Vivência Curricular Integrada.

A essas estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas pelo Projovem em João Pessoa, aplica-se bem a ideia de “cidades educadoras” defendida por Carrano (2003), que recusa-se a compreender a educação apenas no âmbito das aprendizagens institucionais, mas como processo social de compartilhamento de significados para além de espaços intencionalmente instituídos para promover aprendizagens. A ultrapassagem de fronteiras disciplinares tradicionalmente consolidadas também foi valorizada pela Coordenação local do Programa, por acreditar ser esta uma boa estratégia de ampliação da formação da identidade dos jovens. A ultrapassagem de fronteiras disciplinares tradicionalmente consolidadas também foi valorizada pela Coordenação local do Programa, por acreditar ser esta uma boa estratégia de ampliação da formação da identidade dos jovens.

2.7 PARTICIPAÇÃO: É a palavra da vez

A lógica apreendida pela Coordenação Municipal quanto à **participação** dos jovens nas aulas nos núcleos, nas atividades de Ação Comunitária/Participação Cidadã, nas aulas práticas dos Arcos Ocupacionais que ocorriam em outros espaços fora do ambiente da escola, ou nas apresentações do PLA, não continha a obrigação de oferecer transporte. Ao contrário, ficou decidido que as ações deveriam ser bem escolhidas, bem planejadas, propostas como um elo entre o que estava se estudando e o interesse dos jovens. As ações teriam o tamanho e a cara do que pudesse ser traduzido desse diálogo e nela estariam os jovens que chegassem da forma que fosse possível para eles.

Evidentemente que a participação ou não dos jovens nessas atividades não estava vinculada apenas ao seu interesse/desinteresse. Não era apenas uma questão de desejo. Muitos não tinham com quem deixar os filhos além dos horários das aulas (noite), outros não tinham dinheiro para pagar uma passagem até o local da atividade, outros trabalhavam, enfim, são variadas as causas enfrentadas pelos jovens para estarem ou não presentes nas atividades propostas. Mas a participação não estava vinculada apenas a presença no local. Outras formas de participação acompanhavam cada proposta de atividade visando garantir a oportunidade a todos.

Como exemplo, pode-se citar que os jovens que não podiam estar presentes em uma determinada atividade, ficariam responsáveis por tarefas que viabilizassem a sua execução: confeccionar os cartazes, fazer os ofícios, adicionar informações ao blog do núcleo, etc. Os ônibus, transportes comuns em atividades que se propunham reunir muita gente, principalmente quando se trata de pessoas de baixa renda, não entravam na roda, salvo quando eram frutos da articulação dos próprios jovens. Nesse sentido, os alunos passaram a participar ativamente da vida da cidade de João Pessoa, frequentando lugares que antes não faziam parte de seu universo, e se envolvendo em experiências novas como as reuniões do Orçamento Democrático de suas regiões geoadministrativas.

Desde então os jovens passaram a compor a mesa de delegados eleitos em suas comunidades, numa disputa travada com líderes comunitários já conhecidos em suas áreas, apontando-os dessa forma como prováveis novas lideranças. Como expressou Joselma, aluna do Projovem, em um texto escrito para o relatório do Núcleo que estudava:

“Eu, Joselma de Almeida, participei da reunião realizada no dia 13.04.07. Reivindicamos melhorias para o nosso colégio José de Barros. (...) Tive o privilégio de ser delegada do Orçamento para defender o que é do nosso direito” (JOÃO PESSOA, 2007).

Essa descoberta dos estudantes do Projovem como sujeitos capazes de interferir nas conjunturas locais, foi certamente consequência do exercício diário de reflexão e práticas sobre o tema PARTICIPAÇÃO, acreditando no afirmado por Souza (1991, p. 83): a participação pode ser entendida como processo social, no qual o homem se descobre enquanto sujeito político, capaz de estabelecer uma relação direta com os desafios sociais.

Foto 10 – Plenárias do Orçamento Democrático Municipal



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

Essas e outras lideranças reveladas por meio do Projovem deram um novo movimento às Ações Interdisciplinares e a dimensão de Ação Comunitária.

Nesse contexto surgem os **Encontros de Lideranças e Ciclos de Conversa do PLA**, Ações Inovadoras destinadas à troca de experiências bem sucedidas no campo das atividades de interesse público e cidadania, por meio do contato com lideranças nacionais ou líderes comunitários locais, entre os quais jovens egressos e suas práticas dentro da comunidade, visando estimular a reflexão sobre o que é ser líder e as diferentes formas de liderança e ao mesmo tempo trazer novas possibilidades de interação, estimulá-los a desenvolver a capacidade de participar efetivamente da vida da comunidade e contribuir com os avanços desejados. Os Encontros de Lideranças eram realizados nas Estações Juventude, ou em outros espaços, e neles os líderes comunitários se apresentavam, falavam de seu trabalho, seus objetivos e metas, a relação com o poder público e ONGs, entre outras questões. Os jovens se inscreviam para perguntar e registravam as respostas interagindo com a liderança ali presente. Ao longo do curso percebiam que o poder de exercer a cidadania e ser um líder não estava vinculado às ações do Programa e sim a capacidade de compreensão, ao envolvimento de cada um e a escolha por assumir responsabilidades atribuídas aos líderes ou a situações de liderança.

Foto 11 – Encontros de Lideranças



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

Os Ciclos de Conversa do PLA eram caracterizados pela promoção do diálogo entre jovens que estavam cursando e os egressos do Programa, a respeito dos passos para a construção do PLA e qual o aprendizado que esse processo trouxe. Os jovens puderam expressar conhecimentos sobre participação e cidadania, exercitando-se em um contexto formativo-reflexivo. Na primeira edição do evento a conversa foi enriquecida com a presença de jovens do Projovem de Natal/RN e Recife/PE, a convite da Coordenação Municipal local e representantes da própria Coordenação Nacional, entre os quais Renata Villas-Bôas e Jazon Macedo³⁴.

Figura 10 – Convite do Ciclo de Conversas



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

³⁴ Renata Junqueira Ayres Vilas Boas – Consultora da Coordenação Nacional, especialista na área de Ação Comunitária. Jason Macedo – integrante da Gestão Pedagógica do Projovem Nacional (2007).

Como Renata Villas-Bôas coordenou o processo de elaboração do material didático referente à Ação Comunitária, o debate foi enriquecido com os questionamentos dos jovens sobre o material. Além disso, nesse momento eles puderam trazer suas descobertas quanto a formas de *participação* e experiências vividas durante a execução do PLA. Considera-se que a dimensão Ação Comunitária desempenha um importante papel, tanto no que diz respeito à permanência e sucesso do jovem no Programa como no que se refere ao seu desenvolvimento integral, o reconhecimento de sua identidade como sujeito de direitos, do potencial mobilizador e criador de oportunidades. A seguir, foto do Ciclo de Conversas do PLA, ocorrido no Centro Cultural Piollin, local onde funcionava um Núcleo.

Foto 12 – I Ciclo de Conversas do PLA 2007



Fonte: Coordenação Municipal

O **Projeto Nenhum a Menos**³⁵, foi outra Ação Inovadora que merece destaque por ter sido um instrumento valioso no enfrentamento ao desafio da permanência do jovem no Programa. Para além do recrutamento, a **permanência** no Programa foi sempre um desafio enfrentado diariamente.

³⁵ Nome que surgiu após um momento de formação onde os professores assistiram a um filme com o mesmo nome “Nenhum a Menos”. Direção: Zhang Yimou. China, 1999, 106 minutos. Elenco: Wei Minzhi, Zhang Huike, Tian Zhenda, Gao Enman, Sun Zhimei. Revela as condições de educação da zona rural chinesa, onde o professor titular tinha que reservar um giz por dia letivo, tamanha pobreza do lugar. Reflete o trabalho determinado da professora em impedir o afastamento de seus alunos da sala de aula, onde estava como substituta. Os jovens também assistiram ao filme e com isso surgiu a banda musical “Nenhum a menos” que se apresentou em diferentes momentos ao longo da permanência dos componentes no programa. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/cinema/drama/nenhum.htm>>. Acesso em: 30 out. 2011.

De acordo com os dados da Coordenação Nacional, muitos jovens se matriculavam, mas não efetivavam a sua participação, desta forma, não eram considerados evadidos ou infreqüentes, visto que não chegaram a fazer parte de fato do programa, embora constassem no sistema. Como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Dados da Matrícula

	1^a	2^a	3^a	Total	PJU
	Entrada	Entrada	Entrada	PJ	Atitude
Matrícula Total	2037	1754	3433	7224	5.200
Alunos matriculados que não iniciaram	364	390	970	1724	537
Matrícula Inicial	1673	1364	2463	5500	4.663
Evasão	474	408	705	1587	1.659
Matrícula Final	1199	956	1758	3913	3.004
Concluintes	1096	847	1474	3417	2.927
Não Concluintes	103	109	284	496	77

Fonte: Coordenação Nacional - Projovem Original e Urbano, adaptado pela autora

No entanto, daqueles que iniciaram as atividades nos núcleos, muitos se tornaram infreqüentes, evadidos e/ou desistentes. Os motivos para a desistência e evasão eram variados. Dentre os mais citados pelos jovens estão o envolvimento com drogas, a gravidez precoce, as mudanças frequentes de endereço e a dificuldade de participar dentro de um novo contexto, violência em casa e na comunidade. Os alunos do Programa recebiam o auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00 (cem reais) mediante entrega de 75% das atividades e igual percentual de frequência mensal.

No Projovem Urbano essa exigência passou a ser de 80% para os dois casos. O objetivo do auxílio financeiro era possibilitar a participação dos jovens, principalmente nas aulas de Qualificação Profissional e Ação Comunitária, por acontecerem, em alguns casos, fora do Núcleo ou mesmo da comunidade onde o jovem vivia o que compreendia despesas extras, no mínimo, com o deslocamento até o local da atividade.

A experiência do Programa em João Pessoa, no entanto, demonstrou ser esse auxílio financeiro importante para custear a alimentação, transporte e pagamento de cuidadores dos filhos dos jovens, enquanto os mesmos frequentavam as aulas, sendo esse recurso considerado facilitador do processo de ensino e aprendizagem e da participação e não o motivo pelo qual permaneceram no Programa.

A frequência na escola era estimulada por meio do desenho curricular inovador e pela dedicação e atenção dos professores, especialmente o PO, mas também como reflexo do processo de conscientização a respeito da responsabilidade grupal, do prazer e importância de fazer parte, estar incluído e ter a oportunidade de promover mudanças na sua vida. Esse era um tema muito discutido na sala de aula, reforçando ações conjuntas entre professores e jovens, apoiadas pelos demais integrantes da escola e Coordenação Municipal.

O sucesso do Projeto **Nenhum a Menos** foi tanto que teve início na estação Juventude Ar e passou a ser implementado pelas quatro Estações Juventude no Projovem Original. Por meio do acompanhamento das frequências, alunos e educadores verificavam a situação de infrequência e evasão de jovens dos Núcleos, sendo esse ponto o início da mobilização para estimular o retorno dos jovens às atividades pedagógicas, bem como realizar visitas à casa dos infrequentes, buscando a causa da sua possível desistência, colocando-se como parceiros na busca de soluções.

De acordo com os dados apontados pelo SMA, ao longo dos três anos de existência (2006 a 2008) em João Pessoa, o Projovem Original apresentou resultados positivos, apesar dos índices de evasão. No município, os pontos alcançados pelos jovens nas avaliações das quatro Unidades Formativas registraram valores acima da média, conforme quadro abaixo, levando-se em conta que a pontuação máxima era 30 pontos:

Tabela 3 – Pontuação por UFs

UFS	2006 A 2008
I	20,62
II	20,50
III	19,40
IV	17,74

Fonte: Brasil (2008a)

Nota-se uma queda nas médias conforme avanço das UFs. Na experiência local este fato esteve relacionado, de certa maneira, a dinâmica de vida dos jovens. Os 12 meses consecutivos imprimiam um disciplinamento para o estudo que se contrapunha a realidade imediata de suas vidas. O Exame Final Nacional Externo (EFNE) demonstrou que, na primeira entrada do Programa, dos 2.000 jovens que realizaram o exame em João Pessoa, 1.848, atingiram a média de 26,72 pontos (BRASIL, 2008a).

O que indica que as ações de recrutamento e as ações pedagógicas de preparação para o exame final acabam por atingir os seus objetivos. Entretanto, no Projovem Original João Pessoa apresentou índices de evasão nas três entradas do Programa entre 27% e 30%. Este índice pode ser considerado alto levando-se em conta o investimento no Programa. Apesar disso, nestas entradas, João Pessoa se manteve a frente de outras capitais, reafirmando a importância das Ações Inovadoras realizadas no município.

Considerando o perfil desses jovens e as vulnerabilidades às quais estão submetidos diariamente, os índices apresentados não podem ser vistos apenas com o olhar mensurador. O fenômeno da evasão e o baixo índice de rendimento também atingem de forma significativa os que estão regularmente na escola. A permanência dos jovens e a elevação do nível de aprendizagem foram desafios que precisaram ser enfrentados no dia-a-dia com prontidão, atenção e compromisso, por parte de jovens, educadores e gestores, considerando os diversos motivos que levavam o jovem a desistir da escola.

Outro destaque deve ser dado aos **Seminários de Qualificação Profissional**, que foram criados objetivando esclarecer o jovem sobre os **Arcos Ocupacionais** que iriam cursar, a fim de facilitar sua decisão no momento da inscrição.

Em João Pessoa, a escolha dos Arcos Ocupacionais a serem ofertados para os jovens se deu, no primeiro momento, a partir da decisão de técnicos da **Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal do Desenvolvimento Sustentável da Produção**, visando atender as potencialidades do município e a possível inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Ficaram definidos os seguintes Arcos: Educação; Arte e Cultura; Construção e Reparos; Gestão Pública; Terceiro Setor. Posteriormente entrou mais um Arco, que foi **Turismo e Hospitalidade**, e houve uma troca, após duas entradas, do Arco de Arte e Cultura por **Alimentação** e Gestão Pública e Terceiro Setor por **Vestuário**. A seguir imagens dos diferentes Arcos Ocupacionais desenvolvidos nas atividades de Qualificação Profissional.

Foto 13 – Arcos ocupacionais

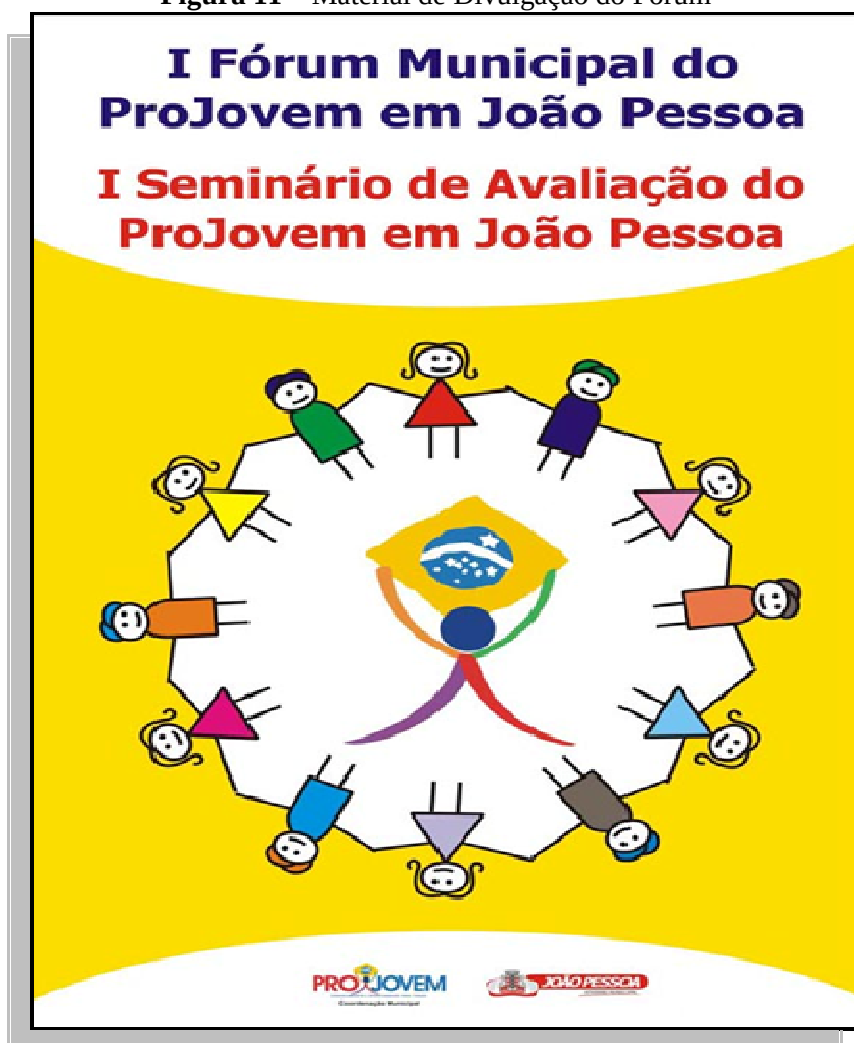


Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

Os Seminários foram frutos do estudo feito pelos professores sobre os detalhamentos de cada área específica, a fim de passar todas as informações necessárias para os jovens, antes do período de matrícula no curso de Qualificação Profissional. Foram realizados nas Estações Juventude, envolvendo jovens dos 8 núcleos em cada um. A resposta dos jovens foi significativa, gerando objetividade na posterior escolha dos Arcos.

Para finalizar este tópico, destaca-se ainda o **Fórum Municipal de Avaliação do Projovem/JP**, com primeira edição em 2006. Naquele ano, teve como objetivo avaliar pontos importantes do Programa: **O PO e as 3 Dimensões do Programa; Estações Juventude e Núcleos; Material Didático e de Consumo; e Eixo Estruturante e Temas Integradores**. Os temas dos Fóruns seguintes tiveram poucas variações. Nesta ação estavam envolvidos jovens, professores, gestores do Programa e de outras secretarias afins.

Figura 11 – Material de Divulgação do Fórum



Fonte: acervo da Coordenação Municipal

Dessa forma, os processos vividos no Programa foram avaliados juntamente com os pontos que representam os desafios que a gestão deve dar conta ao longo de sua execução, como os constantes nos pontos discutidos e avaliados nos GTs do Fórum.

Isso trouxe uma idéia mais clara sobre os produtos e resultantes encontrados como o fortalecimento da dimensão pedagógica, da qualidade e intensidade da participação dos jovens, do Mapa dos Desafios como um mapa da mina que trouxe a possibilidade dos jovens resignificarem a escola, o seu território e a família.

As demais Ações Inovadoras elencadas foram pensadas para qualificar os objetivos do Programa, unindo questões administrativas e pedagógicas, com foco na aprendizagem do jovem e no sucesso escolar deste, nas três dimensões. O conjunto de ações veio, seguramente, fortalecer e ampliar a proposta original do programa. O compromisso desempenhado pelos que faziam o Projovem Original e Urbano reverberava no compromisso assumido pelos jovens em seu papel de estudante e cidadão. Veremos a seguir, de que jovens estamos falando.

CAPÍTULO 3

PROJOVEM: Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder



Eu quero dizer que o Projovem resgatou 50% do estudo que eu perdi. Num pretendo parar por aqui, vou terminar o ensino médio e, quer dizer, fazer o ensino médio e pretendo ser engenheiro mecânico, já que eu trabalho muito nessa área aí, eu sou serralheiro, eu sou tanta coisa nesse mundo, que se eu for contar aqui acaba a fita. Eu sou Lutier, faço instrumento de percussão. Se Deus quiser a faculdade vem aí, estamos aí!

Fernando de Araújo (estudante do Projovem Original)

3. PROJOVEM: Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder

O título desse capítulo contém a mensagem de divulgação do Projovem Urbano, usada para atrair os jovens ao Programa. A expressão: **Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder**, traz em si a idéia de que o momento da juventude é um momento de abertura, de possibilidades. Dá a ideia de que existe algo a ser revelado, um presente a ser conquistado, colocando a juventude em um lugar especial, ou seja, é ela, ou **são eles**, os jovens com o perfil do Programa que **tem a vida a ganhar**. Mas essa expressão guarda também uma imposição temporal fazendo uma relação direta com a velocidade atribuída à vida contemporânea, dizendo que o momento é **agora**. Chamando a urgência desse momento.

O Manual do Educador - Orientações Gerais, do Projovem Original diz que o Programa é feito para jovens que tem **urgência** de chegar ainda jovem ao Ensino Médio (BRASIL, 2007). As vivências juvenis são marcadas pelo tempo: o tempo que perderam, o tempo que têm para realizar - para **virar o jogo**, o tempo da escola, o tempo do trabalho, o tempo das políticas públicas, o tempo presente e o tempo futuro. Os jovens do Projovem, pelo que revelam as suas falas e atitudes, têm pressa. Muitos chegam ao programa com a vontade de recuperar o **tempo perdido**. E ao usarem esta expressão, referem-se à escola, ao que deixaram de aprender, de avançar. Tempo perdido significa **escola perdida**.

Este capítulo segue com o mergulho no processo de análise do Programa, dando espaço e vez às reflexões produzidas pelos jovens durante a Roda de Conversa realizada em 2007 e no questionário do Encontro de Lideranças, realizado em 2010. Como anteriormente afirmado, esses documentos norteadores da análise estão em diálogo com as demais partes do *corpus*, de maneira a garantir o alcance do objetivo maior desta pesquisa, ou seja, a análise da experiência do Programa em João Pessoa, de 2006 a 2010, tendo como referência as reflexões juvenis.

As falas e a escrita reflexiva dos jovens sobre o Programa e como este moveu suas vidas garante que eles possam ser sujeitos. É a possibilidade de **protagonizá-los** durante esse momento do processo de avaliação. Por isso, o maior desafio foi cortar e escolher, entre os textos produzidos por eles e suas falas, o que deveria vir para essa escrita, o que seria significativo para esse momento. Ao final, teve-se a clareza de que o rico material não utilizado poderá ser referência para outras pesquisas sobre juventude. Assim, todo o material à disposição foi organizado em 6 categorias temáticas que emergiram da produção juvenil falada e/ou escrita, em especial a partir dos documentos supracitados. São elas:

Tabela 4 – Categorias Temáticas

1. A chegada no Programa: diferentes trajetórias
2. Projovem: para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder
3. Professor não é só aquele que ensina: que diferença faz o PO
4. Enxergar a comunidade: contribuições da participação Cidadã
5. Qualificação profissional: trabalho pra quem?
6. Vencer o medo: perspectivas para o futuro

Fonte: Elaborado pela autora

Conhecer os jovens sujeitos deste trabalho dissertativo é parte fundamental para compreender as suas falas aqui expostas. São jovens que estão dentro de imagens preestabelecidas, carregadas dos estereótipos sobre **quem são, o que querem e para onde vão**. Jovens muitas vezes ignorados, invisíveis, mesmo sendo muitos. São jovens estudantes do Projovem de João Pessoa que a partir de agora vão falar a seu respeito.

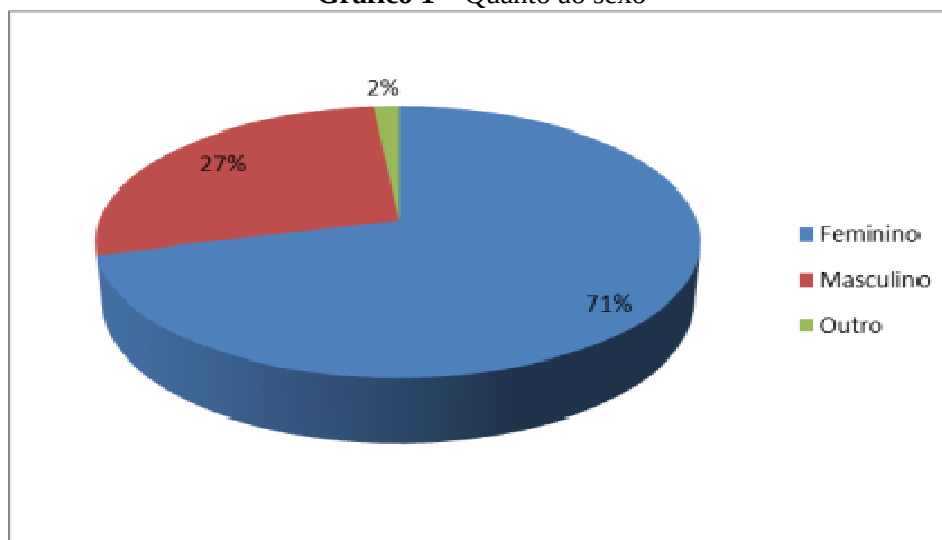
3.1 O PERFIL: de que jovens estamos falando?

Os dados dos questionários do Encontro de Lideranças serão usados aqui para apresentar o perfil desses jovens, considerando a natureza do instrumento. No entanto, o diálogo entre os dois grupos será feito quando necessário.

No referido Encontro de Lideranças estiveram presentes 257 jovens, conforme lista de frequência constante nos arquivos da Coordenação Municipal, destes, 252 devolveram os questionários preenchidos ao final do evento. Este fato foi considerado positivo e um dado importante referente ao interesse e a participação dos jovens, expressando característica que não havia sido pensada como variável e que pôde revelar o grau de compromisso ou envolvimento com o que estavam fazendo naquele momento. Mas quem eram esses jovens?

A) No Encontro de Lideranças estavam os representantes de salas, os jovens monitores do PLA, ou seja, diferentes expressões de liderança escolhidas pelos demais em seus núcleos para representá-los. Como pode ser visto no gráfico a seguir essa representatividade tinha um sexo predominante:

Gráfico 1 – Quanto ao sexo



Fonte: Dados da Pesquisa

Evidentemente, esse é um reflexo do perfil dos jovens nos Núcleos. As mulheres continuavam sendo maioria, mesmo enfrentando desafios diários relacionados principalmente às questões determinantes para a sua vida e para a escolarização como a **gravidez e a maternidade**. Associado a isso, vários relatos para além dos questionários forma encontrados nas atividades escritas pelas jovens apontando situações de violência que vão desde enfrentar discussões, humilhações para poderem estudar, ir ao Núcleo escondido, deixando na casa de colegas os livros para que o namorado/marido não desconfie, até a violência física em diferentes graus de gravidade. A fala de uma jovem do vídeo ilustra essa colocação:

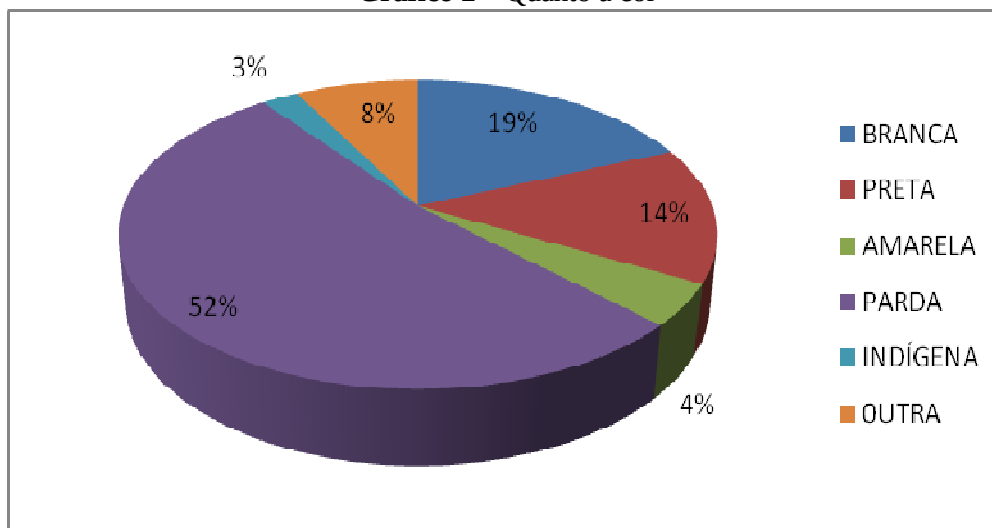
“Eu passei cinco anos sem estudar por causa do pai dos meus filhos que não deixava” (jovem 6).

Pode-se também inferir, a partir da constatação da maioria feminina nas salas de aula, que problemáticas urbanas (violência, drogadição, envolvimento com o tráfico e trabalho) que atingem como já foi dito no capítulo anterior, com mais frequência, os jovens homens, podendo ser uma das causas do afastamento deles da escola.

“Eu passei seis anos sem estudar devido... não só por rebeldia dentro de colégio não. Não foi isso que levou eu a perder esses anos todinho de aula não. Foi devido às drogas, não droga fraquinha não, foi drogas pesada mesmo que levou a uma destruição, não só na minha vida, mas entre a minha família e quem estava por perto” (jovem 7).

Muitos jovens no Projovem de João Pessoa declaravam abertamente seu envolvimento com as drogas ou outras questões ilícitas – inclusive em textos escritos nas atividades e nas Sínteses Integradoras³⁶. Voltando a atenção sobre o perfil desses jovens tem-se a impressão de ver os dois lados da moeda oscilando dentro de uma mesma realidade, de uma mesma vida: **a coragem e o medo**. Sendo que a coragem em muitos, se revela com bravata usada para esconder o medo de morrer. B) No que se refere ao recorte étnico, observa-se que um número superior de jovens se declarou de cor parda (52%) e apenas 14% se identifica como negra. No entanto, do ponto de vista do fenômeno do racismo, muitos demonstram dificuldade de assumir sua identidade étnica. Ser pardo ameniza o sentimento de inferioridade e as dificuldades que têm de lidar com sua negritude e ancestralidade.

Gráfico 2 – Quanto à cor



Fonte: Dados da Pesquisa

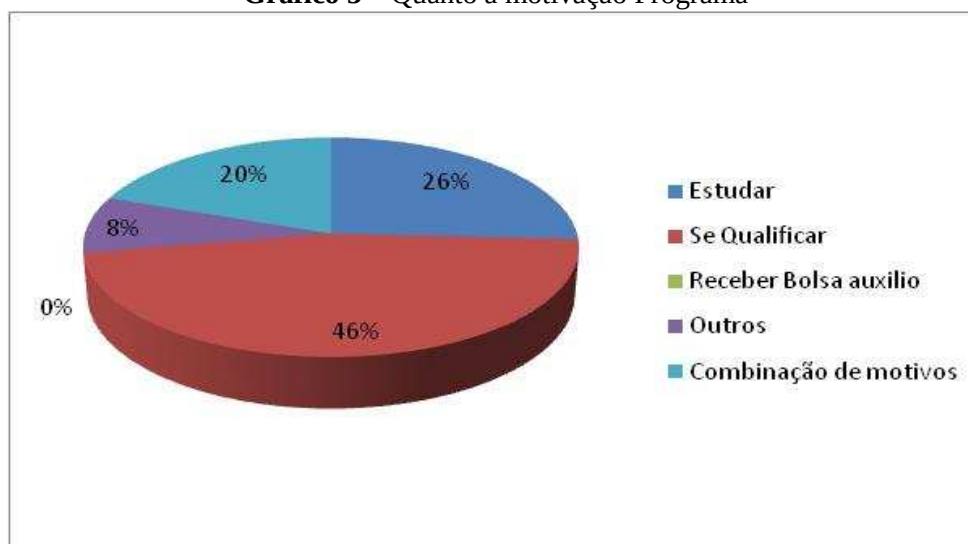
Esse fato é percebido com as respostas dadas para outra questão atribuída ao preconceito que revelam como o racismo está presente na vida dos jovens: *“Sofro preconceito por conta do meu esposo que é de cor morena escura e meus vizinhos dizem que ele não é pra mim”* (q. 83).

³⁶ As questões que brotavam de situações como essa em sala de aula eram extremamente complexas, articuladas de diferentes formas com os parâmetros da legalidade, da ética, do compromisso social e do papel do profissional ali presente no comando das atividades pedagógicas: onde está o professor que orienta e ensina, e o cidadão que sente medo diante da ameaça gerada pela convivência com jovens que, de uma forma ou de outra lembram o perigo, a insegurança? Qual o dever da cena que estava posta – ensinar ou chamar a polícia? Embora estas questões digam respeito ao professor, quando emergiram em sala reforçaram a imagem de massa onde todos são iguais. E apesar das composições feitas com as questões objetivas como as do questionário as dimensões subjetivas que emergiram no processo de convivência eram identificadas nos momentos de Formação dos professores para que os jovens pudessem ser vistos em sua identidade pessoal e grupal sem tanta interferência dessa imagem de massa mesmo considerando a realidade trazida por alguns deles.

Esta jovem, por exemplo, marcou no questionário que era branca e ao responder a questão “você já foi vítima de algum preconceito ou violência”, respondeu que sim, externando que a causa está no fato do marido ser “moreno escuro” – ou seja, ela não foi vítima, mas se sente vítima, evidenciando que o preconceito pode estar além dos vizinhos: “Sofro porque sou amarela e as pessoas acham que sou burra” (q. 54). Esta jovem se definiu como parda, mas na outra questão se trata como amarela, ficando evidente que o “amarelo” aqui é uma qualidade pejorativa atribuída por ela a sua cor parda.

C) Outra variável do questionário dizia respeito à motivação dos jovens para atenderem ao chamado da matrícula. A coordenação queria saber se vieram ao Projovem para estudar, se qualificar, receber a bolsa de R\$100,00 ou outro motivo. Se **qualificar**, como mostra o gráfico seguinte, foi sem dúvida o ponto mais importante considerando que a maioria dos jovens (46%) marcou esta resposta como único motivo de ingresso no Programa. Outros 26% queriam **estudar**, e ninguém colocou **a bolsa** como a única condição de entrada no Programa, estando tal questão incluída nos dados referentes à **combinação de outros motivos**, e não apresenta um percentual significativo.

Gráfico 3 – Quanto à motivação Programa



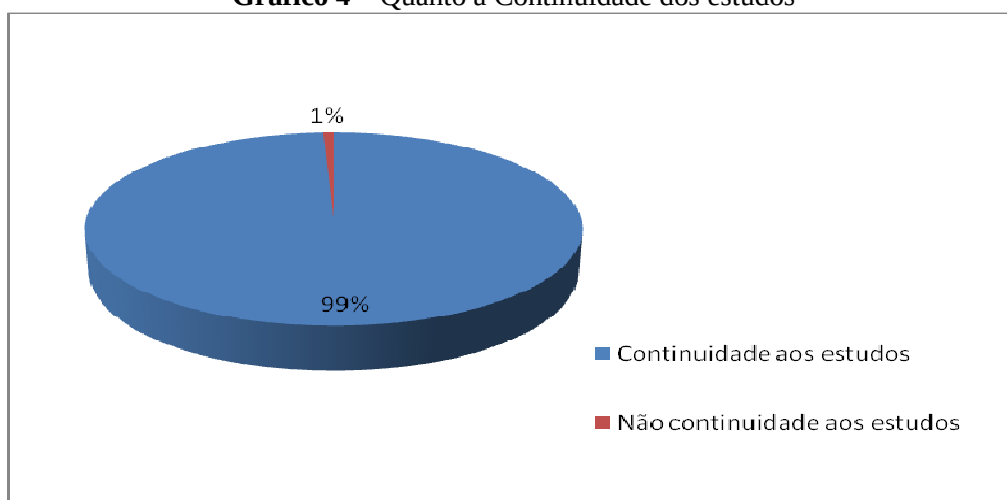
Fonte: Dados da Pesquisa

Esse fato é relevante, pois uma das discussões sobre o sucesso e permanência do Programa na sua implantação era que os jovens migravam das turmas de EJA para o Projovem por causa dos R\$100,00 e não por outros motivos.

De fato, a bolsa era um estímulo para a chegada do jovem, mas ficou claro que não a causa principal de sua permanência no Programa. Somando-se o quantitativo de jovens que assinalaram **combinações de motivos** entre as opções “estudar” e “se qualificar”, amplia-se, ainda mais, as respostas dadas pelos mesmos em relação à expectativa de buscar no Projovem a oportunidade do progresso, a partir desses dois importantes determinantes de qualidade de vida, sejam eles isolados ou combinados a outro motivo, como declarado pelos estudantes. Ou seja, os jovens não vieram em busca da bolsa, vieram em busca de uma qualificação.

O gráfico seguinte, de certa forma, reforça a importância dada pelos jovens a retomada a vida de estudante, pois quando questionados a respeito da **continuidade dos estudos** após a conclusão do Ensino Fundamental oportunizada pelo Projovem Urbano, 250 jovens assinalaram a opção positiva para continuar investindo no avanço da escolaridade, o que corresponde a 99% dos jovens, como se pode verificar no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Quanto à Continuidade dos estudos



Fonte: Dados da Pesquisa

O relato a seguir confirma a predisposição dos jovens em continuar estudando e como consequência concorrer a um espaço mais justo no mundo do trabalho.

“Vou continuar meus estudos e tenho fé em Deus que eu vou passar agora no provão³⁷. Vou fazer o ensino médio lá no Pio X, por conta da minha professora de português que quer que eu vá estudar lá e se Deus quiser, futuramente pretendo cursar a universidade e me qualificar na parte de educação. Eu estou pensando em ser professora”(jovem 4).

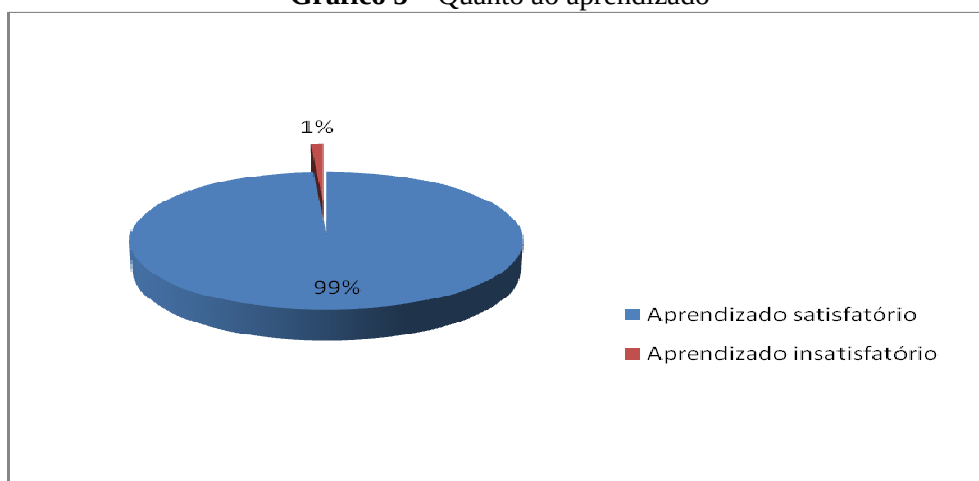
³⁷ A jovem se refere ao EFNE – Exame Final Nacional Externo que representa a última prova avaliativa feita pelos jovens totalizando 50 itens e tendo sua média de percentual de acerto é de 25 itens. A presença do jovem nesse exame é obrigatória, embora o peso maior para considerar a aprovação ou reprovação dos jovens está concentrado das atividades e avaliações realizadas ao longo do curso.

Muitos jovens recuperaram o desejo de estudar, e nesse contexto o Programa era a melhor forma de ter o diploma de conclusão do Ensino Fundamental e a oportunidade de se qualificar profissionalmente, alcançando, no futuro próximo, uma inserção melhor no mercado de trabalho e ter uma remuneração mais digna, conforme relata a jovem:

“Também passei quatro anos sem estudar e agora voltei. Voltei com gás e vou pra faculdade, se Deus quiser! Pra cuidar de minha filha, trabalhar num lugar melhor né? Porque com Ensino Fundamental a pessoa arruma um trabalho que num ganha tão bem e indo pra faculdade depois já melhora né?” Ganha mais” (Jovem 5).

A identidade como estudante estava sendo restaurada. Isso se dava a partir da percepção por parte dos jovens de que essa conquista era possível, de que eram capazes. Estavam aprendendo e considerando esse aprendizado satisfatório como mostra o gráfico:

Gráfico 5 – Quanto ao aprendizado



Fonte: Dados da Pesquisa

O papel do Professor foi fundamental nessa conquista vivida pelos jovens. Muitos relatam que chegaram ao programa com grandes dificuldades, principalmente em matemática e inglês, mas que pela dedicação e empenho dos professores, conseguiram superar suas dificuldades.

“Eu também tive algumas dificuldades no começo na matéria de inglês. Mas meu professor sempre tava ali – “não Vânia, toda dificuldade que você tiver, chegue aqui pergunte”. Sempre tava ali me explicando direitinho, e graças a Deus e a ele, até hoje eu já tô tirando de letra em inglês. E as outras disciplinas para mim foram ótimas” (jovem 4).

Concluindo o perfil dos jovens aqui representados, pode-se dizer que são mulheres que lutam para seguir em frente, divididas entre o desejo de um futuro e a difícil luta do presente. Mulheres que mesmo sendo a maioria, precisam juntar forças diariamente para conquistarem sua liberdade diante de seus companheiros. Homens, que enfrentam a guerra da sobrevivência com o rosto voltado para o perigo, sendo, cada vez mais recrutados para um jogo com as cartas marcadas. Mulheres e homens que se consideram pardos, vítimas ou não de preconceitos, que buscam, acima de tudo, se qualificar e seguir estudando, querem dar o melhor de si para a família que constituíram e acreditam estar aprendendo o suficiente e se preparando para virar o jogo e recuperar o tempo perdido. O desafio está para o poder público, está posto.

3.1.1 Chegança no Programa: diferentes trajetórias

São muitos os caminhos percorridos pelos jovens até chegarem ao Programa. Caminhos que na verdade podem ser chamados de **desvios** de uma vida onde os rumos foram traçados por forças muito maiores que seus desejos ou seus direitos. Entre eles o direito de serem crianças, adolescentes e chegarem à juventude usufruindo das oportunidades disponíveis para **todos**.

Antes disso, tiveram que administrar questões que anteciparam aspectos da vida adulta, como trabalhar para comer, sustentar e cuidar dos filhos e, dessa forma, o processo de escolarização no tempo certo foi umas das coisas essenciais que ficou para traz: *“Eu passei sete anos sem estudar porque eu casei cedo. Tive filho cedo” (jovem 12).*

A fala da jovem descrita acima apresenta uma realidade que se repete para muitas mulheres do Programa como já foi visto no perfil. Outras jovens no vídeo trazem o mesmo relato, mostrando que entre elas a gravidez e a maternidade são indicadores do distanciamento do curso *natural* da escolarização. Em função da dimensão tomada por esta realidade na escola, visando minimizar novos ciclos de abandono, a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa criou o Projeto **Filhos de EJA**, a fim de atender aos filhos das mães estudantes desta modalidade, enquanto as mesmas estavam nas salas de aula.

Este programa foi posteriormente estendido ao Projovem, de maneira que passou a ser comum ter as escolas cheias de crianças no turno da noite. É importante destacar que esta ação não está inserida em uma política de educação infantil, e nem pretende. Trata-se de salas de apoio para possibilitar que as mães estudem, pois o fenômeno da gravidez e da maternidade para as jovens mães precisava ser encarado com responsabilidade pelo poder público. Outro aspecto refere-se à dimensão do cuidado com a vida e dos desafios trazidos pela necessidade de sobrevivência, que leva muitos jovens a se submeterem, de forma antecipada, a trabalhos precários e desprotegidos legalmente. Isso fica claro quando a jovem responde sobre como foi para ela a possibilidade do Projovem:

“Ah! Pra mim foi bom porque eu passei cinco anos sem estudar, também por ajudar em casa, ter que trabalhar para ajudar a família, que são muitos. Somos cinco irmãos” (jovem 6).

“Eu passei dois anos sem estudar porque tive que trabalhar também. Por conta da minha filha, não podia, tinha que ir trabalhar, né?” (jovem 8).

Ainda sobre este tema é fato que desde o início das atividades do Programa em João Pessoa existia uma interpretação de que os jovens procuravam o Projovem em função da Bolsa Auxílio de R\$100,00. No entanto, a partir do desenvolvimento do trabalho nos Núcleos, os problemas relacionados ao pagamento da bolsa começaram a surgir entre os quais se destacam a irregularidade na documentação dos jovens – muitos não tinham CPF, nomes escritos errados na Carteira de Identidade, não cumpriam a exigência (nem sabiam dela) de declararem como Isentos para efeito de Imposto de Renda na Receita Federal, problemas burocráticos envolvendo a Caixa Econômica Federal, responsável pela inclusão bancária dos jovens.

Paralelamente, os jovens começaram a conhecer a metodologia do Programa e, com o envolvimento, essa imagem, para a Coordenação, começou a mudar. Muitos jovens ficaram meses sem receber a bolsa por motivos que iam desde problemas em sua documentação até a falha de professores e coordenadores no envio dos dados para o SISLAME – questões que foram sendo resolvidas à medida que iam sendo detectadas - e mesmo assim permaneceram em suas atividades como pode ser visto no relato a seguir:

“Desde que tô no Projovem que eu nunca recebi a bolsa. Desde janeiro, por causa de um problema que eu tive na minha transferência. Mas, eu nem por isto deixei de ir, muito pelo contrário, isto me incentivou a ir” (jovem 9).

E há ainda, aqueles que declararam não terem vindo ao Programa em função da bolsa: *“Só veio a acrescentar, e também assim pra ajudar nos passeios, tem atividade fora, assim precisa da passagem. Mas eu num fui, eu num entrei no Projovem pensando no dinheiro”* (jovem 5). Entre as outras opções apontadas pelos jovens para ingressar no Projovem Urbano, além das destacadas até aqui, estão a oportunidade de ter um futuro melhor, conhecer pessoas e fazer novos amigos, como se pode entender a partir das respostas constantes nos questionários:

“Aprofundar o conhecimento” (q. 27).

“Para garantir a oportunidade de um mundo melhor” (q. 29).

“Para ir além, porque o Projovem me incentiva” (q. 84).

“Ter um espaço na sociedade para fazer acontecer” (q. 120).

“Mudar de vida e ser uma pessoa melhor” (q. 122).

“Vim buscar o que perdi no passado: oportunidade, convivência social e um futuro profissional” (q. 123).

Tais colocações assemelham-se aos dados nacionais encontrados na publicação denominada Perfil e Percepção dos Alunos no Projovem Urbano (BRASIL, 2010b, p. 48), que destacam evidências em motivações, como: conheci pessoas e fiz novos amigos; acho que meu futuro vai ser melhor; poderei concluir o Ensino Fundamental; ajudou-me a arranjar um trabalho; e tenho obtido novos conhecimentos.

Pode-se entender, considerando as reflexões aqui expostas que, independente do percurso e das diferentes trajetórias vividas pelos jovens até ingressarem no Projovem, esses jovens chegaram motivados pela possibilidade de mudança apresentada desde o slogan que divulga **conhecimento e oportunidade para todos**, até a esperança em um futuro promissor, no direito de sonhar, de planejar a sua vida.

De um modo geral, a trajetória de vida desses jovens é marcada pela falta de escolarização, com entradas e saídas da escola em diferentes momentos, repetindo uma história que se iniciou bem antes deles, com seus pais. Esse contexto reverbera situações de vulnerabilidades que vão desde a forma de organização da família, muitas vezes fragilizada; passando pela necessidade de trabalhar antes do tempo; e pela gravidez e a maternidade imprimindo novas responsabilidades.

Fazendo um balanço geral sobre a chegada dos jovens ao Programa e as diferentes trajetórias, verifica-se entre os pontos de convergência o fato de estarem fora da escola há muitos anos e ao mesmo tempo o desejo de retomar o tempo perdido e a vida de estudante. Este é o ponto de encontro de um número significativo dos jovens do Projovem de João Pessoa, aproximando as diferenças.

3.1.2 Projovem: “Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder”

A volta do tema destacado no título do capítulo como título também nesse tópico vem para retomar a idéia de **tempo** como a recuperação da escolarização e os desafios constantes nesta tarefa de responsabilidade do Estado.

Seguramente para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder o processo de aprendizagem é importante ingrediente para poder incidir essa virada no tempo escolar. Como fazer para virar o jogo e virar o tempo? A dimensão pedagógica é um desafio que deve contribuir para o exercício de (re)conhecer as disciplinas, encontrar-se com as diferentes áreas de conhecimento, mergulhar no processo de ensino e de aprendizagem.

O jovem teve um encontro com essa possibilidade e se surpreendeu com ela. Em toda experiência vivida na gestão do Projovem, este reencontro do jovem com o estudo, com o desejo de aprender, com o prazer na identidade como estudante, foi o mais surpreendente e instigante e acabou por provocar um encontro já revelado no início da dissertação: o misto coordenadora/pesquisadora, que gerou as linhas escritas neste trabalho.

A autoestima dos jovens foi sendo visivelmente elevada pela condição que passaram a ter de volta: eram estudantes. Da mesma forma, fazia-lhes bem o retorno à escola como um ambiente de socialização do qual foram afastados por experiências, que, por mais diferentes, provocaram resultados muito parecidos, gerando o afastamento dos jovens do direito de estudar. Mas, mesmo diante da dificuldade do recomeço, as falas colocadas por eles, quando indagados sobre o que aprenderam ou vem aprendendo no Projovem, foram as seguintes:

“Tive dificuldade em algumas matérias, mas recuperei de forma extraordinária, né? Assim, bem rapidamente. Eu sou uma pessoa que quando eu quero alguma coisa eu vou sempre atrás, né?” (jovem 2).

“Eu tive dificuldade em matemática, mas o professor PO me ajudou muito, ajudou bastante. Tem coisa que eu não sabia, que ele me ajudou. Agora, se eu for fazer uma prova de matemática, eu sei tirar um dez. Bem dizer assim, porque o tanto que ele me ajudou! [...] Eu não sabia nada de matemática, nada, nada. Ele me ajudou quase tudo” (jovem 3).

As colocações acima foram feitas pelos jovens do Projovem Original que participaram da Roda de Conversa, mas respostas semelhantes estão nos questionários dos jovens líderes de 2010, inclusive destacando a elevação da auto-estima.

“Eu não tinha expectativa de terminar nem a 8ª série e agora já penso em fazer vestibular” (q. 10).

“O Projovem mudou e está mudando a minha vida. Ex: poder ajudar minhas filhas nas tarefas de casa. O espaço é pouco para tanta mudança” (q. 5).

“Muita coisa mudou, porque eu era uma pessoa muito fechada comigo mesmo e hoje tenho a cabeça mais aberta pra tudo” (q. 22).

“Apreendi a ver o mundo dos meus sonhos” (q. 9).

A retomada do desejo de estudar certamente contribuiu com a abertura para a capacidade de aprender. A construção da aprendizagem no Projovem passa pela reconstrução pessoal, pela elaboração de novos significados relacionados a cultura, dimensão que interfere no modo de sentir, pensar e agir dos jovens possibilitando outras construções, outras escolhas.

Passa pela união da subjetividade com elementos de natureza cognitiva, objetiva, realizada a partir de uma intervenção pedagógica que tem no professor um articulador capaz de construir a ponte entre o conhecimento e o jovem estudante, por onde passam a relação teoria e prática e a interdisciplinaridade.

3.1.3 Professor não é só aquele que ensina: que diferença faz um PO?

Para os jovens do Projovem o professor precisa ser alguém que vá além do ato de *ensinar*, apresentar e cobrar conteúdos. Este jovem, como já foi visto anteriormente, vem de trajetórias de exclusão e abandono e precisam de *algo mais* para fazer contato consigo mesmo e retomar o desejo de *virar o jogo* discutido no tópico anterior.

Os professores do Projovem, em função da Formação continuada e do modelo de gestão integrada, com foco nas práticas pedagógicas no qual todos se envolvem de forma articulada nas ações do Núcleo, adquiriram esta característica e ampliaram as suas interferências junto aos jovens. Isso pode ser visto nas seguintes falas retiradas do vídeo:

“Os professores têm mais calma com o aluno. Incentiva o aluno quando está com dificuldade a não desistir. Assim, os professores do Projovem são muito diferentes dos professores da escola normal. Eles dão apoio. Eles querem saber o que está acontecendo na vida do aluno. Sentem quando um aluno tá triste. Foi um ensino fundamental que eu fiz, sabe, e foi o melhor. Noutra escola que eu estava estudando antes do Projovem eu notei a diferença” (jovem 10).

“Ele (o professor) senta e pergunta se tá com algum problema, se quer tirar alguma dúvida. Assim eles estão sempre ajudando, querendo sempre o melhor pra gente, né?” (jovem 7).

“Os professores do Projovem, eles são muito bem qualificados, para ensinar a gente. Pelo menos no Projovem aonde eu faço, no beira da linha, eles sempre, como ela falou mesmo, estão incentivando. Quando o aluno quer desistir ele está ali sempre falando - não desista, não, porque é assim” (jovem 2).

“Eu tô aqui. Agradeço muito aos professores do meu núcleo, pelo que passei. Eles ficaram sempre do meu lado. Tinha dias que eu chegava em casa chorando, por ela (referindo-se a filha). Era muito novinha, quando eu entrei no Projovem ela estava com um ano e seis meses. Me apertava muito, em questão que você pode até ver, ela num para, é no peito direto. Aí eu queria estudar e ela não deixava. Aí eu dizia: meu Deus, eu vou desistir, vou desistir. Aí cheguei pra minha professora e disse: professora, num tá dando certo. Aí ela fez: por que? Aí eu disse: minha filha. Aí ela fez: não, minha filha, não desista, não! Vamos, vamos em frente, siga em frente que você vai chegar lá!” (jovem 11).

O Professor Orientador aprofundava ainda mais a relação professor/aluno, sendo ele responsável por uma das 5 turmas do Núcleo. Como tal, dedicava-se a sua turma de uma forma diferenciada, aproximando-se dos alunos de maneira a criar um elo capaz de promover o trabalho interdisciplinar e a integração de todas as ações curriculares. A fala dos jovens sobre o papel desse profissional indica o que ele representa no processo de retomada da escolarização. Para melhor entendimento da dinâmica desse profissional no Núcleo e de como esta função foi desempenhada, a seguir, o horário de duas turmas, destacando a função **especialista** e função **orientador**, dos professores de português e matemática.

Tabela 5 - Horário Semanal de Turma

TURMA 1 – Professor Orientador - PO – Especialista de Língua Portuguesa				
2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
C. da Nat. – PE	Qual. Prof. – EQP	C. Hum. – PE	Info – PO	Port. – PE
C. da Nat. – PE	Qual. Prof. – EQP	C. Hum. – PE	Info – PO	Port. – PE
Inglês - PE	Qual. Prof. – EQP	Ação Com. – EAC	T. Interdi. – PO	Mat - PE
Inglês - PE	Qual. Prof. – EQP	Qual. Prof. – PO	T. Interdi. – PO	Mat - PE
	Qual. Prof. – PO	T. Interdi. – PO	T. Interdi. – PO	T. Interdi. – PO

Fonte: BRASIL, 2007

Tabela 6 - Horário Semanal de Turma

TURMA 2 - Professor Orientador - PO – Especialista de Matemática				
2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Mat – PE	C. Hum. – PE	C. da Nat. – PE	Inglês - PE	Qual. Prof. –EQP
Mat – PE	C. Hum. – PE	C. da Nat. – PE	Inglês - PE	Qual. Prof. –EQP
Ação Com. – EAC	Port. – PE	T. Interdi. – PO	Info – PO	Qual. Prof. –EQP
	Port. – PE	T. Interdi. – PO	Info – PO	Qual. Prof. –EQP
T. Interdi. – PO	T. Interdi. – PO	T. Interdi. – PO	Qual. Prof. PO	Qual. Prof. – PO

Fonte: BRASIL, 2007

Sendo assim, o Professor de português é o PO da turma 1 e o de matemática é o PO da turma 2. Como PO trabalha carga horária específica, sendo uns tempos com a interdisciplinaridade (PO Interdi) e outros tempos de aula com a informática (Info-PO), além dos tempos como Professor Especialista (PE). Esta dinâmica respeitando a função Professor orientador foi o que garantiu o sucesso na relação professor/ aluno e seus desdobramentos.

O PO é para o jovem do Projovem mais que um professor. Tornou-se parte fundamental na permanência e no interesse do jovem em aprender e superar as dificuldades diárias, tanto relativas ao processo de aprendizagem como ao enfrentamento dos desafios que, de outra forma, representariam um retorno para o ciclo vicioso de abandono e desistência. Sobre o tema, os jovens destacam que: “Os professores PO sabem que ele pega no pé só para o bem da gente. Qualquer coisa se preocupa com você” (jovem 10). E ainda:

“Ele é meio rígido ali. Mas em compensação tem um coração enorme, viu [...]. Quando eu chegava com um problema ele dizia: Watanab, eu sei que está acontecendo isto, mas não deixe o problema invadir a sua mente, porque senão atrapalha o seu estudo. Aí eu: É certo professor! E ali fui levando, né? E sempre ele ia aconselhando e tal” (jovem 7).

Estas opiniões são reforçadas pelos jovens que responderam ao questionário quando indagados a respeito do que acham do Professor Orientador: *“Muito bom, ele está o tempo todo com a gente e também tira as nossas dúvidas”* (q. 52). Outra resposta foi: *“Eu acho muito importante, pois eles não são apenas professores e sim bons conselheiros”* (q. 3).

A fim de compreender de forma mais efetiva e avaliar a interação existente entre o PO e o jovem estudante, a Coordenação Municipal promoveu o Seminário **Professor Orientador em Ação**, em agosto de 2007, com a participação de Renata Braga Santos, Subcoordenadora Nacional do Programa.

Seminário os professores apresentaram atividades exitosas na função PO. Inclusive os Qualificadores Profissionais que, pelo desenho do Programa, não têm carga horária para desenvolver esta atividade, mas mesmo assim, apresentaram trabalhos que continham o princípio da interdisciplinaridade para aplicação do seu conteúdo específico em sala, fazendo uma aproximação da sua prática com a prática do PO – considerado pela Coordenação Municipal o **furo**, o **ganho** que instigou o professor a uma nova prática, criando com os jovens o elo necessário para o despertar do desejo de estudar.

A partir das reflexões aqui trazidas sobre esse profissional, pode-se dizer que, de maneira geral, os alunos do vídeo e dos questionários fazem uma avaliação positiva da sua atuação na função PO, num momento em que, com frequência, ouvimos falar de agressões de alunos contra alunos e contra professores, o que tem gerado algumas iniciativas na Câmara Federal³⁸. E, por outro lado, de queixas de professores dizendo que os alunos não querem nada, não têm responsabilidade, vivem na vagabundagem.

Morales (2004), ao tratar do tema da relação professor-aluno, afirma que, para além das questões meramente didáticas, os professores podem transformar a sala de aula num lugar de relações mais humanizadas, que enriqueça ambos os atores do processo (professor e aluno). No caso do Programa, na função de orientador, os professores também têm se destacado. Assim, a partir do *corpus*, a figura a seguir apresenta outras qualidades, características e comentários de mais alunos sobre o PO.

³⁸ Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados, o PL 267/2011, de autoria da Deputada Federal Cida Borghetti - PP/PR, que pretende acrescentar o art. 53-A a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", estabelecendo deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.

Figura 12 – Quanto ao PO



Fonte: Elaborado por Mayra Montenegro

Para fechar este ponto, pode-se dizer, com referência em Miguel Arroyo (2000), que os professores do Projovem têm exercido a profissão com maestria. Para aqueles que ainda não conseguem ser mestre, o autor recomenda que façam o percurso de volta e procurem no ofício o mestre que tem dentro de cada um, o artífice e o artista que habita em cada um, para assim reaprender saberes e artes de um ofício, cuja imagem vista pelos jovens do Projovem contribui para recuperar a beleza que vem se perdendo por conta de experiências que não valorizam o saber, o sabor, o sentimento e a vontade que deve conduzir a arte de ensinar.

3.1.4 Enxergar a comunidade: contribuições da participação cidadã

A maioria dos jovens que chegava ao Programa tinha uma visão reduzida com relação a sua comunidade. A dimensão da Participação Cidadã tinha como objetivo, desde o Mapa dos Desafios, de fazê-los enxergar de forma mais reflexiva a sua própria realidade, a partir de exercícios sobre participação e cidadania. Assim, na prática, a Participação Cidadã buscou levá-los a ter consciência dos seus direitos, deveres e, portanto, de contribuir na elaboração de conceitos, valores e práticas democráticas, começando pela própria comunidade. Para isso, eles deveriam avançar na visão comum de que ser cidadão é exercer o ato de votar.

No passo seguinte, era preciso que compreendessem a importância do voto consciente, mas, principalmente, o desdobramento desse ato político na vida do seu bairro, nos espaços e formas de participação da comunidade. Saber o papel e a responsabilidade do Estado diante desses desafios, bem como o papel e a responsabilidade de cada cidadão. As falas a seguir trazem as reflexões de jovens dos dois grupos (2007 e 2010) sobre as contribuições da Ação Comunitária/Participação Cidadã na sua formação, e neste despertar para a comunidade.

“Tinha coisa no meu bairro que eu nem sabia que existia. Quando eu fui na parte de ação comunitária, que a professora mandou pesquisar, que eu fui, foi que eu vim descobrir coisas que eu nem sabia. Faz o que? Vinte anos que eu moro ali e eu não sabia uma coisa que tinha, que tava ali. Outra coisa que não existia, eu fiquei sabendo de coisas que, às vezes, tá na cara da gente e a gente num vê” (jovem3).

“Mostra que eu posso reivindicar os meus direitos. Antes eu só ouvia e reclamava, hoje eu posso dar minha opinião” (q. 24).

“Mostra a você como se comunicar com o público, saber reivindicar os seus direitos como uma cidadã e, o mais importante, respeitar o próximo” (q. 29).

“Mostrou que toda vida pode se reciclar, basta querer uma mudança, ter força de vontade! Ser determinado! Ter oportunidade!” (q. 31)

No processo de formação cidadã até chegar à execução do PLA na comunidade muita coisa pode alterar em função de dinâmicas da própria comunidade que, mesmo com os jovens tomando consciência e querendo enfrentá-las, às vezes, envolvem questões mais complexas que não conseguem ser solucionadas numa ação mais localizada.

Temáticas como o enfrentamento ao uso de drogas, esbarram em alguns casos na condição do próprio jovem, que além de usuário trabalha para o tráfico. Esse **drama** é um grande desafio para os jovens que não podem dar conta dele sem que o Estado assuma a sua parte. Esta é uma **tragédia** de muitos, fortalecida por uma rede ligada a diferentes tipos de criminalidades e violências. Temas como estes exigem uma ação multidisciplinar, tanto no sentido de ajudar ao jovem, quanto no sentido de não expor sua situação na comunidade.

Os temas escolhidos para a elaboração dos PLAs, como já foi dito em momento anterior do trabalho, surgiram dos Mapas dos Desafios. Os jovens, a partir de outro olhar sobre a sua comunidade, perceberam que o maior desafio a ser enfrentado é o problema com as drogas e o tráfico; ou diz respeito à gravidez na adolescência e DSTs; ou falta de espaços para entretenimento e lazer; ou ainda os diferentes tipos de violência. Escolhido o tema a ser trabalhado, elaboram o Plano.

“Você vai pesquisando e eu acabei descobrindo coisas que eu nem sabia que existia” (jovem 3).

“O meu foi dança, a gente dançou, eu dancei lá. Eu e mais três colegas, três alunas do Ernani Sátiro. No da gente teve dança, a gente dançou, eu fui uma das alunas que dançou” (jovem 9).

“No da gente foi sobre violência doméstica e as drogas, né [...] Fizemos panfletos, entregamos nas ruas e tudo, enfim” (jovem1).

“Tinha gente que ia, tinha gente que também não gostava de ir, nem de ouvir, mas tava ali, né? Tentando tirar aquele povo do mundo das drogas” (3).

Foi sobre a violência. Violência doméstica. O da gente foi isto, violência doméstica” (jovem 9).

“As meninas tão novas se prostituindo, tudo grávida! E isso eu acho, né, que a gente vai aprendendo mais e ajuda muito” (jovem 6).

“Gravidez na adolescência e aborto que é um tema muito polêmico que hoje em dia tem muitas jovens grávidas, né? Eu sou uma delas, que engravidei cedo. E é muito bacana a gente falar com as jovens que é pra se prevenir, tem doenças, e tem que se prevenir mesmo” (jovem 5).

“No meu núcleo a gente fez, trabalhou a consciência a respeito da dengue, da prevenção. A gente fez até uma caminhada no bairro, juntou os quatro núcleos que tem lá próximo, a gente fez uma caminhada, a gente também fez outro movimento a respeito de uma praça, que a gente queria uma praça no bairro. A praça tá até sendo construída. Acredito que a gente participou bem na questão da ação comunitária na comunidade” (jovem 8).

“Lá na minha comunidade do Alto do Mateus a gente trabalhou muito no tema da violência contra a mulher e a violência doméstica e sobre as drogas” (jovem 4).

“Lá no núcleo nós fizemos um trabalho sobre doenças sexualmente transmissíveis e entretenimento” (jovem 2).

A criatividade juvenil transformou o processo de construção do PLA, o momento da apresentação na comunidade e o processo de implementação num rico aprendizado de cores, sons e movimentos, arte como expressão, arte como exercício da inclusão. A dimensão pedagógica se desdobrou na dimensão cognitiva – o criador e a criatura lidando com as questões da vida imediata entrando na esfera de outra dimensão: a coletiva, pois o PLA é a culminância do Mapa dos Desafios e do interesse e capacidade do jovem em interferir como um sujeito participativo.

O evento público do PLA foi o momento de apresentação do Plano e do jovem à comunidade. E isso foi feito com músicas, danças, artes plásticas e linguagens que expressaram sentimentos, inquietações, posicionamentos e lutas que emergiram de um processo de tomada de consciência que é individual e coletivo ao mesmo tempo, mas que tem expressões diferenciadas, de acordo com a trajetória de cada um no Programa e na própria vida.

Um exemplo dessa colaboração, como produto do processo foi a peça de teatro **“Violência Urbana”**, resultado de uma ação conjunta entre o Professor de Ação Comunitária e o professor de inglês que era o PO da turma onde o processo de montagem iniciou para a apresentação do PLA dessa turma que fez parte da entrada de 2006 no Programa.

A peça fez tanto sucesso que permaneceu por várias entradas, juntando alunos egressos e atuais, chegando a se apresentar em Brasília por ocasião da Mostra Jovem³⁹ em 2010. A seguir, uma imagem que apresenta diferentes momentos dos eventos de apresentação dos PLAs, ocorridas em teatros e praças públicas, destacando inclusive o público que eram os familiares e moradores da comunidade e bairros onde o Plano deveria ser executado pelos jovens.

³⁹ A Mostra Jovem foi um evento realizado em Brasília (novembro de 2010) onde jovens do Projovem de todo Brasil levaram suas produções para serem vistas e discutidas. Foi o primeiro encontro nacional dos jovens do Projovem.

Foto 14 – Eventos públicos do PLA



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

A peça chamou atenção pela profundidade do tema e o padrão estético que continha a sua encenação simples e direta. Tratava-se de uma cena cotidiana na comunidade onde o Núcleo estava instalado, no Bairro dos Novais, periferia da cidade de João Pessoa – jovens, policiais, traficantes e políticos, em momentos diferentes estabelecendo uma relação qualquer com uma “boca de fumo”, quando em um infeliz momento, tudo acaba em um tiroteio e todos caem ao chão, vem um jovem que, ao som da música “Enquanto Houver Sol” dos Titãs, tira de dentro da camisa, simbolizando uma proteção, o livro do Projovem e levanta bem alto. Todos vão levantando também.

Em todos os lugares apresentados os jovens demonstravam uma profunda identificação com essa peça.

Os jovens integrantes, mesmo depois de concluído o curso, continuaram com o espetáculo, agregando outros jovens de outras entradas e participando de atividades culturais promovidas pela Prefeitura, como o projeto “Circuito das Praças”. Um dos jovens integrantes da Peça e aluno egresso do Projovem passou a trabalhar, depois de concluído o Arco Ocupacional de Arte e Cultura, na Fundação Cultural do Município de João Pessoa (FUNJOPE).

A banda de música **“Nenhum a Menos”** é outro destaque importante para a referência da visibilidade dos jovens. Surgiu a partir do PLA do Núcleo David Trindade, no bairro de Mangabeira, quando os jovens decidiram que para enfrentar os desafios percebidos na elaboração do Mapa, deveriam fortalecer ações culturais produzidas pela juventude daquele bairro. Assim, criaram a banda e, como a peça de teatro, se apresentaram em diferentes situações além das promovidas pelo Programa.

As aulas do Projovem, tanto o Original como o Urbano, eram planejadas de maneira a garantir o desenvolvimento dessa sensibilidade e capacidade criativa dos jovens, visando dar voz aos jovens e intensificar a ideia de re-significação de sua própria identidade. Com isto, outras ações começaram a acontecer, como: as **“sextas – culturais”**, nos Núcleos; **“exposições de maquetes”**, no Paço Municipal e no Ponto de Cem Reis (praça de eventos no centro da cidade); **exposições de artes visuais** no Casarão 34 (Espaço de exposições ligado a FUNJOPE); **produção de vídeos**⁴⁰, **feiras culturais** e **festival de arte** nas praças.

Essa importância dada à dimensão cognitiva, a expressão por meio das linguagens artísticas, teve força no Programa em João Pessoa chegando a integrar com o interesse dos jovens pelas tecnologias por meio de vídeos feitos com os celulares. O primeiro projeto nesse sentido, em 2008, foi fazer com que uma ação do Ministério Público da Paraíba, a “Paternidade Responsável”, que tinha como objetivo colocar o nome do pai nos Registros de Nascimento das crianças das escolas da rede fosse tratado pedagogicamente, considerando que no Projovem, onde muitas mães tinham seus filhos nas escolas da rede, esse fato não era algo tão simples.

Existiam casos de filhos frutos de atos de violência doméstica, envolvendo pai e filha, tio e sobrinha, ou outras relações complexas que não poderiam ser expostas sem o devido cuidado ou pelo menos um diálogo aberto sobre isso. Surgiu então o Projeto “Olha o pai!”.

⁴⁰ Os jovens produziram juntamente com a Fundação Roberto Marinho, o curta-metragem “O Homem Bomba”, para falar da problemática do uso de anabolizantes pelos jovens.

Os jovens interessados participaram de uma oficina para elaboração de roteiro, filmagem e edição de vídeo feito no celular. O tema era a paternidade em suas diferentes expressões. Os vídeos foram feitos e apresentados nos Núcleos gerando discussões sobre a temática. No ano seguinte, integrando o mês de comemoração em homenagem às mulheres, promovido pela prefeitura, as jovens mães fizeram uma oficina semelhante para falar da maternidade, culminando com filmes de 1 minuto feitos no celular como parte do Projeto “Eu, mãe”.

Figura 13 – Folder do Festival de Arte e Cultura do Projovem



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

No momento em que o desafio era enxergar a comunidade por outro ângulo ou de outra forma, os jovens, com facilidade, produziram imagens interessantes, mesmo quando foi para falar de coisas como o abandono, a exclusão, a violência.

3.1.5 Trabalho de quem: Qualificação Profissional e os Arcos Ocupacionais

Na experiência local a Qualificação Profissional sempre foi considerada como um dos eixos fundamentais da formação do Programa, articulando-se de forma integrada e indissociável com as dimensões do Ensino Fundamental e de Ação Comunitária. O interesse imediato dos jovens para esse componente reflete a realidade da vida de muitos que, por diversas vezes, tiveram que abandonar a escolar e ir trabalhar para manutenção da vida.

A ação pedagógica que articulou o ensino e aprendizagem dos jovens trabalhou a autonomia e o **protagonismo**, ao mesmo tempo em que lhes apresentou também uma cidade rica em oportunidades voltadas ao mundo do trabalho, identificando lideranças e despertando o reconhecimento de talentos e habilidades em função dos conteúdos e atividades da Qualificação Profissional. A seguir uma foto de um Seminário de Qualificação Profissional realizado em um dos Núcleos visando apresentar aos jovens detalhes sobre cada Arco Ocupacional para que fizessem a escolha e a inscrição nas atividades de formação profissional básica.

Foto 15 – Seminário de QP 2006



Fonte: Acervo da autora

Os jovens participaram dos **Seminários de Qualificação Profissional** podendo fazer escolhas com relação a inscrição no curso de forma mais conscientes antes de começarem as atividades práticas, mesmo assim, a qualificação apresentou fragilidades. As aulas práticas aconteciam no contra turno e fora dos núcleos, por ser uma atividade específica, desenvolvida em lugares especiais como laboratórios ou outros espaços preparados para esse fim.

Isso representou uma dificuldade com relação a frequência para o jovem que trabalhava, para as mães que não tinham com quem deixar seus filhos além do turno da noite, ou mesmo para aqueles que não têm meios de se deslocar até os espaços das aulas. Muito esforço foi empenhado pela Coordenação e professores no sentido de contemplar os jovens nos seus próprios Núcleos com as aulas de qualificação, mas nem sempre isso foi possível, levando-se em conta a especificidade de cada área.

O esforço do jovem também foi grande, do mesmo tamanho do desejo de ter a uma qualificação, um emprego e melhores condições de vida. Mas, no decorrer do processo, o envolvimento cada vez maior por parte de todos, fez com que esta ação tivesse sucesso, mesmo considerando as fragilidades. Gestores, Professores e estudantes se empenharam em solucionar os problemas, encontrar soluções, criando horários especiais, mas mantendo a Qualificação Profissional na rede de integração com as outras dimensões. Para expor melhor a vivência do jovem dentro dessa dinâmica da qualificação, segue algumas reflexões com relação a esta categoria temática:

Eu tenho uma prática de turismo e hotelaria, mas teve outra oportunidade que era melhor né? Que é gestão pública e terceiro setor. Eu ingressei no Projovem mais para ter este conhecimento (jovem 7).

No arco de educação também, lá no projeto Beira da Linha, [...] eu fui uma das alunas que me destaquei muito lá no projeto, fiz um estágio lá no COMED, tô fazendo estágio em recreação, já recebi vários certificados (jovem 4).

Eu também já pude trabalhar, eu faço o curso de turismo, eu já trabalhei fora, eu trabalhei na COMED, e trabalhei noutro evento que não tinha nada a ver com o Projovem, que foi um evento que teve que era para arrecadar recurso pro hospital Padre Zé, [...] acredito que o pessoal que tava lá gostou bastante do meu serviço. Eu desenrolei bastante (jovem 9).

Eu vou ter a oportunidade de encontrar um emprego digno (q. 131).

Apreendi muito nas aulas de FTG como me comportar no trabalho. (q. 231).

O desafio da Qualificação Profissional veio impregnado de algo além do desejo de aprender sobre uma prática, vem acompanhado da necessidade de sobreviver, da necessidade de resolver um problema imediato: ter que trabalhar. Em João Pessoa, ao longo do Projovem Original e Urbano, foram desenvolvidas atividades práticas nos seguintes Arcos ocupacionais:

1) Arte e Cultura II – considerando a demanda local para técnicos nas áreas de apoio da produção artística, principalmente para teatro;

2) Construção e Reparos I e II – considerando a expansão do mercado de construção na cidade;

3) Gestão Pública e Terceiro Setor – objetivando preparar o jovem para as atividades dentro da comunidade em associações e ONGs;

4) Turismo e Hospitalidade – visando atender a demanda em expansão dessa área;

5) Educação – considerando a ampliação que vinha ocorrendo dentro da gestão municipal relativa ao número de creches e ampliação de vagas na educação infantil;

6) Vestuário – Arco que entrou no Projovem Urbano em substituição ao Arco de Gestão Pública e Terceiro Setor;

7) Alimentação – Arco que entrou no Projovem Urbano em substituição ao Arco de Arte e Cultura II.

Não existe na Coordenação dados de controle sobre os estudantes egressos com relação ao sucesso ou insucesso dessa formação básica na área da Qualificação no que diz respeito ao acesso ao mundo formal de trabalho nas áreas escolhidas. Caso tivesse controle sobre esses dados, seria de grande importância para a implantação ou melhoria de políticas ligadas ao trabalho que envolvesse a juventude.

Foto 16 – Arco de Alimentação - 2008



Fonte: Acervo da Coordenação Municipal

No entanto, enquanto estavam no Projovem muitos jovens estagiaram na área sobre a qual estavam estudando. A Coordenação Municipal, juntamente com a Secretaria de Educação do Município, promoveu duas possibilidades: O Colóquio Municipal de Educação (COMED) - momento de formação dos profissionais da rede, onde os jovens de diferentes arcos atuaram como responsáveis pela realização do evento, e o Projeto ELOS - atividade pedagógica desenvolvida nas escolas municipais, enquanto os professores estavam na formação continuada da rede, onde os jovens do Arco Ocupacional de Educação desenvolviam, como estagiários, oficinas com as crianças do Ensino Fundamental.

De uma maneira geral, apesar dos desafios vividos no desenvolvimento das atividades de Qualificação Profissional, o Projovem de João Pessoa conseguiu envolver os jovens de forma positiva, considerando a percepção dos mesmos quanto ao mundo do trabalho, ao domínio dos conteúdos dos Fundamentos Técnicos Gerais (FTG) e das aulas práticas. Isto se vê nas falas dos jovens aqui expostas quando reconhecem a formação que recebiam como etapa preparatória importante para sua qualificação.

Este projeto só se concretizou em função de uma formação que considerou a integração das três dimensões (educação/cidadania/qualificação) e, ao mesmo tempo, levou o jovem a tomar consciência da necessidade de uma qualificação nesse tempo presente para uma entrada no mundo do trabalho de forma mais preparada.

3.1.6 Vencer o medo: perspectivas para o futuro

As reflexões juvenis vindas do *corpus* analisado demonstram que jovens de entradas diferentes (2007/2010), um grupo do Projovem Original e outro do Urbano, a partir da participação no Programa, moveram suas vidas de forma exitosa. A maioria dos jovens que participou desse processo veio de contextos incertos, acumulando perdas, seja com relação à escola, ao trabalho ou a questões mais gerais da própria vida, e mesmo assim no momento em que tiveram oportunidade, de uma maneira geral souberam agarrá-la e buscar a participação como sujeitos do processo.

Esse protagonizar a própria vida pode ser reconhecido nas reflexões que emergiram da Roda de Diálogo realizada em 2007, que de certa maneira converge com as respostas do questionário aplicado no Encontro de Lideranças, em 2010. Apesar de todas as dificuldades vividas pelos jovens do Projovem de João Pessoa em sua vida cotidiana, percebe-se a capacidade de reverter a situação estando abertos a acreditar, mesmo tendo acumulado negações. Chama atenção nesse contexto a expectativa que os jovens passam a ter do futuro:

“Bem eu pensei em terminar o ensino fundamental e seguir em frente, não desistir e continuar” (jovem 9).

“Pretendo terminar, fazer um supletivo, arrumar um trabalho, assim ajudar mais no meu bairro, na minha casa, família” (jovem 6).

“Pretendo terminar meus estudos e arrumar um trabalho e dar o melhor pro meu filho. Só isso que eu quero” (jovem 1).

“Meu sonho é ser enfermeira, vou pro supletivo e eu acho que vai ter a possibilidade de eu fazer o curso técnico de enfermagem no próximo ano e eu vou fazer e num vou para não. Fazer vestibular também. Acho que agora eu num tenho que parar eu tenho que continuar até onde os meus objetivos, conquistar todos” (jovem 6).

Parece contraditório os jovens falarem em sonhos quando uma das características marcantes da juventude hoje é o medo de morrer, a incerteza do futuro. Regina Novaes em sua fala voltada para os jovens por ocasião da aula inaugural da entrada de 2007 chama atenção para o fato de que mesmo a juventude hoje vivendo diante da insegurança é incrível o poder que têm de sonhar com um futuro. Mesmo quando a incerteza se apodera do cotidiano e o ritmo da vida coloca a capacidade de desempenho a frente da satisfação, e muitas vezes do sentido da vida, os jovens estão abertos a sonhar com o futuro.

Esse medo que acompanha a juventude hoje é uma experiência vivida por essa geração, diz a autora:

Em outras gerações o gosto pela aventura e a vontade de correr risco estavam respaldadas por uma expectativa: ‘ser jovem’ é estar longe da morte. Esta geração, no entanto, convive diariamente com a morte que atinge fortemente seu grupo etário. Estão aí as estatísticas para comprovar as mortes de jovens atingidos por armas de fogo (em conflitos de bandos armados durante as ações policiais, atingidos por balas perdidas) ou em acidentes de trânsito (NOVAES, 2007, p. 5)

Mesmo diante dessa insegurança em relação à vida, as reflexões dos jovens aqui apresentadas demonstram que na experiência vivida no Projovem, o medo, se não deu lugar, conviveu com o desejo em dar continuidade aos estudos, em buscar uma vida melhor. A vivência de uma experiência inclusiva com certeza colaborou com este resgate da autoestima referente à identidade de estudante e, conseqüentemente, para o reconhecimento da possibilidade de mudanças em suas vidas.

“Eu não tinha a expectativa de terminar nem a 8ª série e agora já penso em fazer vestibular” (q. 10).

“Mudou minha vida, criei outra expectativa de vida e pude ver que posso ir longe nos estudos basta eu querer” (q. 16).

Por fim, mais uma vez, é importante destacar a retomada da vida de estudante por parte dos jovens, como um dos principais resultados do Programa. Alguns foram seduzidos a entrar no Programa pela oportunidade da qualificação profissional visando à inserção no mercado de trabalho.

No entanto, em contato com a proposta pedagógica e com a didática dos professores, retomaram, ou mesmo conheceram o interesse pela vida de estudante e pelas questões de ordem pública, a participação cidadã. E se algo estava adormecido ou não havia sido despertado pode-se dizer, a partir das falas aqui descritas que foram acordados muitos corações de estudantes:

Coração de Estudante
(Milton Nascimento)

*Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar*

*Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora, cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor e fruto*

*Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade*

*Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento
Folhas, coração,
Juventude e fé.*

CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE: intenção e gesto, mente e coração.

Este trabalho analisou a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, no município de João Pessoa, de 2006 a 2010, tendo como referência as reflexões de jovens que participaram dos dois momentos do Programa (Projovem Original e Projovem Urbano). No período analisado aconteceram mudanças significativas e importantes para redirecionamento da Política Nacional de Juventude que, em diferentes contextos, apresentava estatísticas que podem ser consideradas preocupantes.

No ano de 2005 o Governo Federal lançou a Política Nacional de Juventude, entre as quais o Projovem, conhecido, inicialmente, por Original. Naquele momento o Programa deveria oferecer oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público para os jovens que nele ingressassem. O Programa foi colocado como um componente estratégico da Política lançada.

Essas políticas sofreram um redirecionamento, a fim de potencializar as iniciativas governamentais para a população juvenil, surgindo a partir deste redirecionamento, em 2008, o Projovem Urbano. Tais mudanças imprimiram reajustes no formato das políticas, no público a ser atendido e na forma de condução, visando garantir a qualidade das ações que vinham acontecendo em diferentes áreas.

Mais recentemente, em 2010, após seis anos de experiência, o Governo Federal anunciou a transição do Programa para o Ministério da Educação. Tal iniciativa tem gerado insatisfação de setores ligados à juventude por compreenderem que mais do que um Programa de educação o Projovem é uma Política de Juventude que articula diferentes áreas. Entretanto, a partir da nota do Governo na imprensa sobre sua decisão, conclui-se que o movimento pode trazer ganhos significativos para a juventude e, conseqüentemente, para o Programa, uma vez que este ganhará o caráter de Política Pública de Educação, desejo dos que estão envolvidos na sua execução desde o formato Original.

Na nota enviada a imprensa o Governo informou que sua decisão de transferência visa garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do Programa, vinculando-o a estrutura do sistema educacional brasileiro. Segundo o porta-voz do Governo, a decisão possibilitará que a potencialidade demonstrada nesses seis anos seja plenamente realizada. A iniciativa, também, permitirá que o Programa seja ampliado na sua abrangência, aperfeiçoando, cada vez mais, sua execução.

Ao avaliar o programa, tendo como referência as reflexões juvenis, esse estudo colocou o jovem como interlocutor importante a ser escutado, haja vista ser ele o usuário do Programa e, portanto, o sujeito com direito de refletir sobre a Política a ele direcionada. As reflexões juvenis aqui trazidas, também, ganham um caráter especial, em função deste momento de transição que o Programa passa. Acredita-se que a reflexão dos seus usuários pode contribuir de forma significativa para qualificação do Programa, nesta nova fase, como Política Pública. Sendo a Juventude uma questão de interesse público, é de responsabilidade do Estado seguir aprofundando o diálogo nesse sentido.

Dessa maneira, tomando como referência os objetivos do estudo e as categorias temáticas apresentadas no último capítulo desse relato, a partir de agora serão destacados elementos e sugestões, que podem ser tomados como referência nesta nova fase do Programa, como política pública educacional. Para isso, alguns dos desafios mais comuns enfrentados na execução do Programa, por determinação da Coordenação nacional desde a sua implantação, voltam à cena e estarão contidos nas reflexões a seguir. São eles:

- ✓ A gestão intersetorial;
- ✓ O desenho curricular: integração e interdisciplinaridade;
- ✓ A permanência do Jovem no Programa.
- ✓ A aprendizagem do estudante.
- ✓ A construção coletiva: gestão e trabalho docente.
- ✓ A gestão em rede e a construção coletiva com o envolvimento de todos os profissionais.
- ✓ A interdisciplinaridade e a contextualização
- ✓ A atuação do professor orientador.
- ✓ O trabalho com os Temas integradores.
- ✓ Exigência de Planejamento semanal coletivo
- ✓ Acompanhamento e avaliação

Isso quer dizer que, para ressignificar a experiência vivida a ponto de inferir sobre os próximos passos possíveis, deve-se retomar as bases nas quais a experiência foi pensada, principalmente considerando alguns dos desafios pressupostos. Isso quer dizer ainda e antes de tudo que, no que se refere ao público usuário da Política é importante não apenas garantir o acesso à mesma, ao Programa (entrada/matrícula), mas cuidar para sua permanência e sucesso, pois, sem **aprendizagem não há inclusão**.

Buscando **linkar** a reflexão feita neste momento final do texto com os desafios acima colocados, destaca-se que uma política de educação voltada para juventude deve considerar a realidade e as especificidades do ser jovem hoje. Isso envolve uma articulação entre as questões pedagógicas e administrativas, envolve a efetivação de uma política de **intersetorialidade na forma de gestão**, na qual, entre outras coisas, seja possível uma articulação com a rede de proteção social e demais ações de intercâmbio com outros setores visando à inclusão e não o **ajuste** dos jovens excluídos na sociedade. Sabendo-se que inclusão é algo mais profundo que a adaptação, que o **fazer caber** algo dentro de um lugar, um contexto, uma situação: exige uma mudança por parte de quem, em tese, já é um incluído.

Na experiência do Projovem em João Pessoa, alguns gestores escolares que receberam em suas escolas os Núcleos do Programa, imaginaram que acolher em seus muros um projeto de “inclusão de Jovens”, como era propagado o Projovem, era ter salas disponíveis e enquadrá-los nas regras já postas pela escola. A atitude de muitos foi apenas disponibilizar estes espaços físicos, e cobrar um bom comportamento dos jovens que, em muitos casos, já haviam passado, sem sucesso, pela mesma escola.

Ao perceber que o exercício de incluir passava por trazer para si e para todos da escola conteúdos novos existentes no universo do outro, muitos quiseram desistir. Muitos se debateram frente a essa possibilidade de mudança, proposta pela inclusão e outros se entregaram a ela de corpo e alma transformando, inclusive, relações difíceis e desgastantes entre a escola e o jovem - reflexo da história mal vivida, marcada por violência e exclusão – em um novo momento. Alguns gestores escolares mudaram a sua prática ao compreender que incluir significava ampliar, resignificar, outros permaneceram na luta contra o desafio da mudança.

A **Formação Continuada** também se configura em uma medida essencial, considerando a amplitude necessária para a eficácia de prática pedagógica que busque unir educação e inclusão social/cidadania. Deve estar comprometida em preparar professores para a **interdisciplinaridade** e para os desafios do processo de inclusão social respeitando as diversidades e especificidades de cada sujeito ou grupo. Minimizar as distâncias entre professores e estudantes passa pelo diálogo. Colocar palavras, que possam fazer sentido e abrir outras possibilidades que vão além do aprofundamento de um determinado conteúdo, é seguramente um novo e grande passo no processo do ensino e da aprendizagem.

Na experiência do Projovem Original e Urbano em João Pessoa fica evidente a importância do papel do *PO* para o enfrentamento do desafio da permanência e da aprendizagem. Ser PO deu ao mesmo professor na função de Especialista a condição de aprofundar melhor aquele conhecimento específico com os jovens, visto que, pela ação como PO estabeleceu um vínculo de outra natureza: os jovens sentiram-se vistos, percebidos, respeitados e principalmente queridos e valorizados. Alguém se preocupava e cuidava deles. Encontraram um canal para se colocarem e expressarem novas formas de participação. O professor se sentiu no pleno exercício de sua tarefa, viu que sua entrega gerava frutos rápidos. Perdeu o medo dos jovens taxados de **marginais**, pois passou a conhecê-los melhor e aprendeu a colocar os limites firmes, quando necessários.

O PO faz a articulação da escola com a vida imediata dos jovens, bem como dos conteúdos com as grandes áreas de conhecimento, ampliando o exercício da aprendizagem. Vale a pena um investimento na função PO no desenvolvimento desse novo momento do Programa ou na execução das políticas educacionais voltadas para juventude, considerando a importância já destacada pelos jovens e professores.

Implantar as mudanças propostas pelo Governo Federal para o Ensino Médio, investir em cursos técnicos e profissionalizantes para esse seguimento, deve considerar a amplitude do universo desse jovem, caso contrário pode-se estar reduzindo e institucionalizando outra forma de exclusão, mascarada pela oferta de Ensino Médio integrado e profissionalizante. A juventude popular precisa de algo mais além do trabalho.

A Dimensão da Ação Comunitária, que passou a se chamar Participação Cidadã no Projovem Urbano – colocando a idéia de participação e cidadania em um lugar mais acertado – em João Pessoa deixa de ser uma teoria sobre democracia participativa e gestão democrática, para se efetivar em uma possibilidade concreta. Alguns jovens passaram de fato a se envolver em questões de interesse público. Passaram a solicitar audiências com as autoridades municipais para resolver os problemas na comunidade, a fazer reuniões com vizinhos sobre as questões da rua, do bairro, a escrever documentos e acompanhar os trâmites dos mesmos até terem uma resposta, passando também pelo reconhecimento de seus direitos e seus deveres. Elegeram-se delegados do Orçamento Democrático Municipal e assumiram responsabilidades sociais diante deste novo lugar em sua comunidade.

No entanto, esta ampliação de consciência relacionada à sua condição de cidadão não pôde ser construída da mesma forma por todos. Algumas atividades desta Dimensão (Participação Cidadã) aconteciam em momentos diurnos e em diferentes lugares da comunidade, exigindo dos jovens uma disponibilidade que para muitos era impossível, devido às atribuições que tinham com o trabalho ou os filhos, a família.

Ainda existia outra questão que impedia a participação dos jovens: os temas aprofundados após a elaboração do Mapa dos Desafios que, muitas vezes, colocavam os jovens em situação de dificuldade. O enfretamento ao uso e comercialização de drogas na comunidade, por exemplo, era, ao mesmo tempo, um dos pontos mais votados por eles como algo importante para construção do PLA e o que lhes impunha maior medo de participação. Isso acontecia devido a existência dos vínculos entre os jovens e a rede do narcotráfico, ao que parece muito mais intensa em algumas comunidades de João Pessoa do que se imagina. Muitos jovens do Projovem na capital se assumiram como usuários e dependentes de drogas ou ligados ao narcotráfico de alguma maneira.

Da mesma maneira os outros tipos de violência: jovens que lutaram para que fosse discutido no PLA e na comunidade a violência contra a mulher, por serem vítimas de seus companheiros, não podiam se envolver nas atividades de articulação com a comunidade para que os mesmos não soubessem de sua intenção.

Não há dúvidas quanto à importância de levar para o universo da escola ou de outros espaços de participação da juventude essa Dimensão de maneira a aprofundar as questões que assolam a juventude como meio de fortalecê-la e instrumentalizá-la para as escolhas que lhes cabem, considerando que no contexto que vive de exclusão e preconceitos são poucas as escolhas a serem feitas, mas inegável o direito de fazê-las. Nesse sentido a articulação com outras políticas é fundamental para dar a proteção necessária e fortalecer o jovem em seu contexto pessoal e social.

Na preparação para o mundo do trabalho constante no currículo integrado do Projovem, não se trata de transformar a educação de jovens das classes populares numa educação técnica para o mercado de trabalho, ou seja, numa escola para o trabalhador, com informação e conteúdos menores como já foi dito. Ao contrário trata-se de associar o aprender a fazer a reflexão sobre o que se pretende fazer e para que fazer.

O diferencial está na integração das Dimensões mais uma vez. O conteúdo chamado de Fundamentos Técnicos Gerais (FTG) ministrados pelos professores de qualificação profissional articulada com as atividades práticas é a materialização dessa diferença, pois permite uma compreensão mais ampla sobre o mundo do trabalho, direitos, deveres, responsabilidades. Ao jovem que está no perfil do Projovem já detalhado anteriormente, precisa, pela urgência na qual vive, aprender uma profissão para almejar melhores condições de trabalho, mas precisa fazer isso sem que acumule novas perdas. Precisa fazer isso agregando conhecimentos e valores que o prepare para a vida e não só para o trabalho, caso contrário estará sempre condenado a ficar a margem da sociedade.

Apesar da satisfação dos jovens esta Dimensão (Qualificação Profissional) no Programa apresentou fragilidades que foram percebidas no mesmo ponto da Participação Cidadã: atividades desenvolvidas no contra turno e dificuldade de deslocamento. Apesar de a Bolsa Auxílio ter este propósito, para muitos jovens não foi a finalidade possível. A falta de condições de alguns de chegarem até ao Instituto Federal (IFPB) ou outros espaços das aulas práticas de qualificação, tornaram esse desafio grande demais para ser 100% superado. Alguns continuaram excluídos embora existisse a ação. Isso porque outras áreas de sua vida permaneceram *descobertas*, como a necessidade de trabalhar mesmo em condições injustas, de ficar em casa cuidando dos filhos, ou mesmo o envolvimento nos ciclos de violência que os afastam de um grande número de atividades, como já foi exposto.

Pensar na qualificação profissional, para jovens é contextualizar esta qualificação de forma crítica-reflexiva para que os jovens tenham mais chances na sociedade excludente e competitiva.

A professora Maria José Féres, Coordenadora Nacional do Programa desde a sua implantação em 2005 até julho de 2010, costumava dizer nos encontros de gestores que o Projovem era uma ação a ser desenvolvida unindo **a mente e o coração**. Isso passa por tomar a distância necessária do processo de escolarização tradicional como uma forma de traçar novos caminhos abandonando preconceitos e hábitos arraigados, no sentido de construir um ciclo de trabalho coletivo onde o novo seja plantado com a participação de todos (BRASIL, 2009).

Nesse trabalho essa idéia foi retomada o tempo todo nos diálogos travados entre a coordenadora e a pesquisadora, na busca de desmistificar algumas experiências sem desqualificá-las, ou rotulá-las como algo menor por conter emoção, mas ao contrário buscando o núcleo central da emoção vivida e a carga de significados nelas contidas que pudessem contribuir com a pesquisa e o resultado almejado.

Em um dado momento, a construção da imagem **mente e coração** teve a contribuição de outra imagem que surgiu a partir de uma frase contida na música Fado Tropical, de Chico Buarque que diz: **“Se trago as mãos distantes do meu peito, é que há distância entre intenção e gesto”**.

Mesmo o que diz a música não fazendo nenhuma relação com o estudo aqui realizado a imagem trazida por esta expressão remeteu ao reconhecimento de uma necessidade urgente de unir a **intenção e o gesto** na construção de políticas para a juventude. Unir os parâmetros legais dispostos na Constituição de 1988 à obrigação de fazer, de realizar é algo que deve conter, para o Estado, a mesma urgência imposta aos jovens, às vezes ainda crianças, de darem conta de sua própria vida sem a proteção e os cuidados garantidos pelos direitos básicos universais. A urgência, o dever e a responsabilidade de fazer da forma correta a integração entre a intenção e o gesto de mudar a condição vivida por jovens hoje em João Pessoa, na Paraíba e no Brasil deve vir para as mãos do Estado, do poder público, com um diálogo constante com a sociedade e a juventude por meio da ampliação dos espaços de participação.

A juventude, ao contrário do que está presente no senso comum, tem interesse nas questões coletivas, quer participar da construção do futuro da sociedade em que vive, mas não apenas nos modelos de participação convencionais. O Movimento Hip-hop traz a fala da rua, da urbanidade do jovem, saiu da periferia e invadiu os espaços ocupados por outras juventudes de diferentes classes sociais, levando inclusive os jovens de periferia as telas de televisão e cinema. As mídias sociais são outro ponto de intercessão entre as diferentes juventudes e representam, juntamente com o Hip-hop, espaços e formas de participação de grande parte dos jovens hoje. Uma política de juventude **para** juventude deve conter os sujeitos jovens e sua diversidade na elaboração, execução e avaliação dessas políticas.

O desafio que está posto, somado a todos aqui antes colocados, é que o conceito de inclusão social, mais especificamente de inclusão de jovens, esteja presente nos primeiros passos dessa construção e nos agentes políticos envolvidos. O Projovem, nas suas duas versões buscou isso. Os jovens que a ele chegaram efetivando suas matrículas e, mais seguramente, aqueles que concluíram com êxito no Município de João Pessoa viveram, sem dúvida, uma experiência positiva. Mas, como se viu nos dados constantes nesse trabalho e diante da demanda existente, o Projovem foi para poucos.

É seguro que rever a prática pode vir a possibilitar a ampliação deste atendimento. As últimas avaliações e repercussões na mídia sobre o Programa fazem a crítica com relação ao custo-benefício mostrando que o Projovem sai muito caro para atender a poucos, mas caro mesmo é perder a juventude, conforme alarmam as estatísticas já apresentadas anteriormente.

Os recursos investidos nas políticas, de uma maneira geral são incipientes ou muitas vezes desperdiçados pela falta de objetividade, controle, avaliação e continuidade. O discurso de zelo para com o dinheiro público muitas vezes esconde intenções políticas duvidosas, descartando uma ação para colocar outra mais **“eficiente”** no lugar, desde que agrade ao governo da vez.

As últimas mudanças que levaram o Programa da Secretaria Geral da Presidência da República para o MEC, segundo nota divulgada na imprensa, têm o compromisso com a ultrapassagem da etapa de **implantação** para a condição de **política pública**. Certamente, após os seis anos de experiência a equação entre os objetivos do Programa e os investimentos nele empreendidos tenha um saldo positivo e todos ganhem com isso. Espera-se que, no caso do Projovem, com a transferência de sua coordenação para o MEC a juventude possa ter uma política educacional eficiente e eficaz, a disposição de todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/BID, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em situação de risco no Brasil - volume I**: achados relevantes para as políticas públicas (Policy Briefing). Brasília: Unidade de Gerenciamento do Brasil, Jun. 2007.

BASSO, Theda; PUSTILNIK, Aidda. **Corporificando a consciência**: teoria e prática da dinâmica energética do psiquismo. São Paulo: Instituto Cultural Dinâmica Energética do Psiquismo, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 64/2010, pelo Decreto legislativo no 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 33. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2011.

_____. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010a. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

_____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação do programa. **Relatório parcial de avaliação do PROJOVEM 2007**. Brasília, 2008a.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Caderno temático**: perfil e percepções dos Alunos no Projovem Urbano: setembro 2008 a dezembro 2009. Brasília, 2010b.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Manual do educador**: orientações gerais. Organizado por Maria Umbelina Caiafa Salgado. Brasília: Projovem Urbano, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Manual do educador:** orientações gerais. Organizado por Maria Umbelina Caiafa Salgado. Brasília: Projovem Urbano, 2008b.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Manual do educador:** orientações gerais. Organizado por Maria Umbelina Caiafa Salgado. Brasília: Projovem Urbano, 2007.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Projeto pedagógico integrado do Projovem urbano - PPI.** Brasília: Projovem Urbano, 2008c.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Relatório de gestão:** 2008-2010. Brasília, 2010c.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Angra de tantos reis:** práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade. 1999. 460 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

CASSAB, Clarice. **O lugar da juventude:** espaço-temporalidades da noção de juventude. Disponível em:
<http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=145>. Acesso em: 20 set. 2011.

CASTRO, Mary Garcia. **Cultivando vida, desarmando violências:** experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, 2001.

_____. Identidades, alteridades, latinidades. **Caderno CRH**, Salvador, n. 32, p. 11-29, jan./jun. 2000.

_____. Violências, juventudes e educação: notas sobre o estado do conhecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos:** juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CORBUCCI, Paulo Roberto, et al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Cap. 3, p. 89-108.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas públicas de educação de desigualdade. In: FÉRES, Maria José Vieira et al. **Textos complementares para a formação de gestores**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

DAGNINO, Evelina. ¿“Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (Coord.). **Políticas de Ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Estado do conhecimento: juventude e escolarização** (Relatório técnico de pesquisa). São Paulo: Ação Educativa, 2000. p. 88-127. Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/juvea.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista “da escola para a vida”. Entrevistadora: Marlise Groth. **A Notícia**, Joinville, domingo, 3 de junho de 2001. Disponível em:
<<http://www1.an.com.br/2001/jun/03/1ger.htm>>. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira de 2010. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, v. 27, 2010. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. Cidades. **João Pessoa – PB**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250750>>. Acesso em: 20 set. 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educ. Soc., Campinas**, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27284.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2011.

JOÃO PESSOA (Capital). Prefeitura. Coordenação Municipal do Projovem. **Relatório da UF III da estação juventude ar**. João Pessoa, 2007.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 281 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz**. Tradução de Gilmar Saint'Clair Ribeiro. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

NASCIMENTO, Milton; TISO, Wagner. **Coração de Estudante**. Música e Letra. 1983.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **Projovem urbano e a política nacional de juventude**. Oficina de Implantação do Projovem Urbano para Coordenadores Municipais. Apresentação Oral. Brasília, 2007. Disponível em: <www.Projovem.gov.br/userfiles/file/formacao/pps/juventude_e_juventudes_regina_novaes.ps>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. Trajetórias juvenis: desigualdades sociais frente aos dilemas de uma geração. In: FÉRES, Maria José Vieira et al. **Textos complementares para a formação de gestores**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

OBATA, Kiichi; SHIZUKA, Hisao. Spiral management for e-business. **Journal of the Asian Design International**, Conference, 1 (G-01), 1-7, Retrieved October 19, 2006. Disponível em: <www.idemployee.id.tue.nl/g.w.m.rauterberg/conferences/CD_doNotOpen/ADC/final_paper/499.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc., Campinas**, v. 28, n. 100- Especial, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso: 17 out. 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio; LEAL, Maria C. (Orgs.). **Política social, família e juventude**. Editora Cortez. 3. ed. São Paulo. 2008.

RIZZINI, Irene. População infantil e juvenil: direitos humanos, pobreza e desigualdades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 2., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, nov. 2008.

RUAS, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Disponível: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em: 25 set. 2011.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. O Projovem e a gestão em redes sociais. In: FÉRES, Maria José Vieira et al. **Textos complementares para a formação de gestores**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre v. 6, n. 2, p. 282-297. jul./dez. 2007.

SILVEIRA, Olívia Maria Costa. **O unicórnio e o rinoceronte**: análise do Projovem a partir de seus beneficiários. Dissertação (mestrado)– Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 1990.

SPOSATI, Aldaíza, CONSERVA, Marinalva, *et al.* **Topografia social da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

_____. **Estado do conhecimento**: juventude e escolarização (Relatório técnico de pesquisa). São Paulo: Ação Educativa, 2000. p. 88-127. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/juvea.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, set./out./nov./dez. 2003.

TORRES, Cristina *et al.* Relação dos mecanismos de Gestão do Conhecimento com a Espiral do conhecimento. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2009. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2010:** anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em:
<<http://www.sangari.com/midias/pdfs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

_____. **Relatório do desenvolvimento juvenil.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; São Paulo: Instituto Sangari, 2007.

ANEXOS



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº- 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005

Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no [art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.

§ 1º O Projovem terá validade pelo prazo de 2 (dois) anos, devendo ser avaliado ao término do 2º (segundo) ano, com o objetivo de assegurar a qualidade do Programa.

§ 2º O Programa poderá ser prorrogado pelo prazo previsto no § 1º deste artigo, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras da União.

§ 3º A certificação da formação dos alunos, no âmbito do Projovem, obedecerá à legislação educacional em vigor.

§ 4º As organizações juvenis participarão do desenvolvimento das ações comunitárias referidas no caput deste artigo, conforme disposto em Ato do Poder Executivo.

Art. 2º O Projovem destina-se a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - tenham concluído a 4ª (quarta) série e não tenham concluído a 8ª (oitava) série do ensino fundamental; II - não tenham vínculo empregatício.

§ 1º Quando o número de inscrições superar o de vagas oferecidas pelo programa, será realizado sorteio público para preenchê-las, com ampla divulgação do resultado.

§ 2º Fica assegurada ao jovem portador de deficiência a participação no Projovem e o atendimento de sua necessidade especial, desde que atendidas as condições previstas neste artigo.

Art. 3º A execução e a gestão do Projovem dar-se-ão, no âmbito federal, por meio da conjugação de esforços entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenará, e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersetorialidade, e sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. No âmbito local, a execução e a gestão do Projovem dar-se-ão por meio da conjugação de esforços entre os órgãos públicos das áreas de educação, de trabalho, de assistência social e de juventude, observada a intersetorialidade, sem prejuízo da participação das secretarias estaduais de juventude, onde houver, e de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e Municipal, do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Art. 4º Para fins de execução do Projovem, a União fica autorizada a realizar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, observada a legislação pertinente.

Art. 5º Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro aos beneficiários do Projovem.

§ 1º O auxílio financeiro a que se refere o caput deste artigo será de R\$ 100,00 (cem reais) mensais por jovem beneficiário, por um período máximo de 12 (doze) meses ininterruptos, enquanto estiver matriculado no curso previsto no art. 1º desta Lei.

§ 2º É vedada a cumulatividade da percepção do auxílio financeiro a que se refere o caput deste artigo com benefícios de natureza semelhante recebidos em decorrência de outros programas federais, permitida a opção por apenas 1 (um) deles, nos termos do Ato do Poder Executivo previsto no art. 8º desta Lei.

Art. 6º Instituição financeira oficial será o Agente Operador do Projovem, nas condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 7º As despesas com a execução do Projovem correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento da Presidência da República, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Projovem às dotações orçamentárias existentes.

Art. 8º Ato do Poder Executivo disporá sobre as demais regras de funcionamento do Projovem, inclusive no que se refere à avaliação, ao monitoramento e ao controle social, e critérios adicionais a serem observados para o ingresso no Programa, bem como para a concessão, a manutenção e a suspensão do auxílio a que se refere o art. 5º desta Lei.

Art. 9º Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude - CNJ, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

§ 1º O CNJ terá a seguinte composição:

I – 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público;

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil.

§ 2º [\(VETADO\)](#)

§ 3º Ato do Poder Executivo disporá sobre a composição a que se refere o § 1º deste artigo e sobre o funcionamento do CNJ.

Art. 10. O [art. 3º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º À Secretaria-Geral da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições

especialmente no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, na elaboração da agenda futura do Presidente da República, na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República, na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República, na realização de estudos de natureza político-institucional, na formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação de políticas públicas para a juventude e na articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude, bem como outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional de Juventude - CNJ, o Gabinete, a Subsecretaria-Geral, a Secretaria Nacional de Juventude e até 2 (duas) outras Secretarias." (NR)

Art. 11. À Secretaria Nacional de Juventude, criada na forma da lei, compete, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, ressalvado o disposto na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação da Secretaria de que trata o caput deste artigo no controle e no acompanhamento das ações previstas nos arts. 13 a 18 desta Lei.

Art. 12. Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, para atender às necessidades da Secretaria- Geral da Presidência da República, 25 (vinte e cinco) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo 1 (um) DAS-6, 1 (um) DAS-5, 11 (onze) DAS-4, 4 (quatro) DAS-3, 4 (quatro) DAS-2 e 4 (quatro) DAS-1.

Art. 13. Fica instituída a Residência em Área Profissional da Saúde, definida como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a médica.

§ 1º A Residência a que se refere o caput deste artigo constitui-se em um programa de cooperação intersetorial para favorecer a inserção qualificada dos jovens profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A Residência a que se refere o caput deste artigo será desenvolvida em regime de dedicação exclusiva e realizada sob supervisão docente-assistencial, de responsabilidade conjunta dos setores da educação e da saúde.

Art. 14. Fica criada, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, cuja organização e funcionamento serão disciplinados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Saúde.

Art. 15. Fica instituído o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho, destinado aos estudantes de educação superior, prioritariamente com idade inferior a 29 (vinte e nove) anos, e aos profissionais diplomados em curso superior na área da saúde, visando à vivência, ao estágio da área da saúde, ao aperfeiçoamento e à especialização em área profissional como estratégias para o provimento e a fixação de jovens profissionais em programas, projetos, ações e atividades e em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde.

§ 1º O Programa de Bolsas de que trata o caput deste artigo poderá ser estendido aos militares convocados à prestação do Serviço Militar, de acordo com a [Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967](#).

§ 2º As bolsas a que se refere o caput deste artigo ficarão sob a responsabilidade técnico-administrativa do Ministério da Saúde, sendo concedidas mediante seleção pública promovida pelas instituições responsáveis pelos processos formativos, com ampla divulgação.

Art. 16. As bolsas objeto do Programa instituído pelo art. 15 desta Lei serão concedidas nas seguintes modalidades:

I - Iniciação ao Trabalho;

II - Residente;

III - Preceptor; IV - Tutor;

V - Orientador de Serviço.

§ 1º As bolsas relativas às modalidades referidas nos incisos I e II do caput deste artigo terão, respectivamente, valores isonômicos aos praticados para a iniciação científica no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e para a residência médica, permitida a majoração desses valores de acordo com critérios técnicos relativos à dificuldade de acesso e locomoção ou provimento e fixação dos profissionais.

§ 2º As bolsas relativas às modalidades referidas nos incisos III a V do caput deste artigo terão seus valores fixados pelo Ministério da Saúde, guardada a isonomia com as modalidades congêneres dos programas de residência médica, permitida a majoração desses valores em virtude da aplicação dos mesmos critérios definidos no § 1º deste artigo.

§ 3º Os atos de fixação dos valores e quantitativos das bolsas de que trata o caput deste artigo serão instruídos com demonstrativo de compatibilidade ao disposto no [art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

Art. 17. As despesas com a execução do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente, a título de ações ou serviços públicos de saúde, no orçamento do Ministério da Saúde, observados os limites de movimentação, empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 18. O Ministério da Saúde expedirá normas complementares pertinentes ao Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho.

Art. 19. O caput do [art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002](#), passa a vigorar

com a seguinte redação: "Art. 1º Fica instituído para os exercícios de 2002,

2003, 2004 e 2005 o Auxílio-Aluno, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos alunos matriculados em cursos integrantes do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE, nos deslocamentos de suas residências para os locais de realização dos cursos que estiverem freqüentando e destes para suas residências.

....." (NR)

Art. 20. Os auxílios financeiros previstos nesta Lei, independentemente do nome jurídico adotado, não implicam caracterização de qualquer vínculo trabalhista.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de junho de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos Paulo Bernardo Silva Tarso Genro

Humberto Sérgio Costa Lima

Luiz Soares Dulci

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 1º.7.2005.

ANEXO B – Lei 11.692, de criação do Programa Nacional (Urbano)

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 11.692, DE 10 JUNHO DE 2008.

Conversão da MPv nº 411-
07

Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passa a reger-se, a partir de 1º de janeiro de 2008, pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O Projovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades:

I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;

II - Projovem Urbano;

III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e

IV - Projovem Trabalhador.

Art. 3º A execução e a gestão do Projovem dar-se-ão por meio da conjugação de esforços da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersetorialidade, sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades da administração pública federal.

§ 1º Fica instituído o Conselho Gestor do Projovem, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República e composto pelos Secretários-Executivos dos Ministérios referidos no caput deste artigo e por 1 (um) Secretário Nacional representante de cada um desses Ministérios, a ser indicado pelo respectivo Ministro de Estado. § 2º O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Projovem Urbano, pela Secretaria-Geral da Presidência da República; o Projovem Campo - Saberes da Terra, pelo Ministério da Educação; e o Projovem Trabalhador, pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º Cada modalidade do Projovem contará com 1 (um) comitê gestor, a ser instituído pelo órgão responsável por sua coordenação, assegurada nele a participação de representantes dos 3 (três) outros órgãos a que se refere o caput deste artigo.

Art. 4º Para a execução das modalidades tratadas no art. 2º desta Lei, a União fica autorizada a transferir recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem a necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante depósito em conta-corrente específica, sem prejuízo da devida prestação de contas da aplicação dos recursos.

§ 1º O montante dos recursos financeiros a que se refere esta Lei será repassado em parcelas e calculado com base no número de jovens atendidos, conforme disposto em regulamentação, e destina-se à promoção de ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional dos jovens, bem como à contratação, remuneração e formação de profissionais.

§ 2º Os profissionais de que trata o § 1º deste artigo deverão ser contratados em âmbito local.

§ 3º Os órgãos responsáveis pela coordenação das modalidades do Projovem definirão, a cada exercício financeiro, a forma de cálculo, o número e o valor das parcelas a serem repassadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como as orientações e instruções necessárias à sua execução, observado o montante de recursos disponíveis para este fim, constante da Lei Orçamentária Anual.

§ 4º Nas modalidades previstas nos incisos II e III do caput do art. 2º desta Lei, a transferência de recursos financeiros será executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, vinculado ao Ministério da Educação, observada a necessária descentralização dos recursos orçamentários pelos órgãos de que trata o caput do art. 3º desta Lei.

§ 5º A modalidade de que trata o inciso I do caput do art. 2º desta Lei será ofertada pelo Município que a ela aderir, nos termos do regulamento, e co-financiada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios por intermédio dos respectivos Fundos de Assistência Social, respeitado o limite orçamentário da União e os critérios de partilha estabelecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o inciso IX do caput do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 6º Os saldos dos recursos financeiros recebidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal à conta do Projovem, existentes na conta-corrente específica a que se refere o caput deste artigo em 31 de dezembro de cada ano deverão ser aplicados no exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades de direito público e privado sem fins lucrativos prestarão conta dos recursos recebidos do Projovem, na forma e prazo definidos em regulamento e nas demais disposições aplicáveis.

Art. 6º Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, aos beneficiários do Projovem, nas modalidades previstas nos incisos II, III e IV do caput do art. 2º desta Lei, a partir do exercício de 2008.

§ 1º Na modalidade Projovem Urbano, poderão ser pagos até 20 (vinte) auxílios financeiros.

§ 2º Na modalidade Projovem Campo - Saberes da Terra, poderão ser pagos até 12 (doze) auxílios financeiros.

§ 3º Na modalidade Projovem Trabalhador, poderão ser pagos até 6 (seis) auxílios financeiros.

§ 4º É vedada a cumulatividade da percepção do auxílio financeiro a que se refere o caput deste artigo com benefícios de natureza semelhante recebidos em decorrência de outros programas federais, permitida a opção por um deles.

Art. 7º O órgão responsável pelas modalidades do Projovem definirá o agente pagador entre uma instituição financeira oficial.

Art. 8º As despesas com a execução do Projovem observarão os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários de cada modalidade do Projovem com as dotações orçamentárias existentes.

Art. 9º O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, compreendido entre os serviços de que trata o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tem como objetivos:

I - complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; e

II - criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Art. 10. O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo destina-se aos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos:

I - pertencentes a família beneficiária do Programa Bolsa Família - PBF;

II - egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

IV - egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; ou

V - egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

Parágrafo único. Os jovens a que se referem os incisos II a V do caput deste artigo devem ser encaminhados ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo pelos programas e serviços especializados de assistência social do Município ou do Distrito Federal ou pelo gestor de assistência social, quando demandado oficialmente pelo Conselho Tutelar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.

Art. 11. O Projovem Urbano tem como objetivo elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 12. O Projovem Urbano atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental.

Art. 13. Poderão ser realizadas parcerias com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para implantação do Projovem Urbano nas unidades prisionais e nas unidades socioeducativas de privação de liberdade, respectivamente.

§ 1º O disposto no art. 4º desta Lei não será aplicado no caso das parcerias citadas no caput deste artigo, podendo ser realizado convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere.

§ 2º No caso das unidades socioeducativas de privação de liberdade, poderão participar do Projovem Urbano adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade que tenham idade mínima de 15 (quinze) anos.

§ 3º É assegurada aos jovens que iniciaram o Projovem Urbano nas unidades do sistema prisional ou nas unidades socioeducativas de privação de liberdade a continuidade do curso nas localidades onde existir o Programa.

Art. 14. O Projovem Campo - Saberes da Terra tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, na forma do art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância, nos termos do regulamento.

Art. 15. O Projovem Campo - Saberes da Terra atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 16. O Projovem Trabalhador tem como objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção.

Art. 17. O Projovem Trabalhador atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo, nos termos do regulamento.

Art. 18. Nas unidades da Federação e nos Municípios onde existirem programas similares e congêneres ao previsto no Projovem Trabalhador, o Ministério do Trabalho e Emprego buscará promover a articulação e a integração das ações dos respectivos Programas.

Art. 19. Na execução do Projovem Trabalhador, o Ministério do Trabalho e Emprego fica autorizado, mediante convênio, a efetuar transferências de contribuições corrente e de capital aos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, bem como a entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, observada a legislação pertinente.

§ 1º O regulamento disporá sobre critérios objetivos de habilitação e seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para serem executoras do Projovem.

§ 2º A habilitação e seleção das entidades referidas no § 1º deste artigo serão processadas em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e do julgamento objetivo.

Art. 20. Os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família;

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

.....

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais).

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição:

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III.

§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos.

.....

§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal.

§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil:

I – contas-correntes de depósito à vista;

II - contas especiais de depósito à vista;

III - contas contábeis; e

IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas.

.....

.....” (NR)

“Art. 3º

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.” (NR)

Art. 21. Ato do Poder Executivo disporá sobre as demais regras de funcionamento de cada modalidade do ProJovem, inclusive no que se refere ao estabelecimento de metas, à avaliação, ao monitoramento e ao controle social, e sobre os critérios adicionais a serem observados para o ingresso no Programa, bem como para a concessão, a manutenção e a suspensão do auxílio a que se refere o art. 6º desta Lei.

§ 1º Cumpridos os requisitos estabelecidos nesta Lei e na sua regulamentação, ficam asseguradas aos jovens com deficiência as condições que lhes possibilitem a efetiva participação no Projovem.

§ 2º Nos currículos dos cursos oferecidos nas modalidades de que trata o art. 2º desta Lei deverão ser incluídas noções básicas de comunicação oral e escrita em língua portuguesa, de matemática, de informática, de cidadania e de língua estrangeira.

Art. 22. O Poder Executivo deverá veicular dados e informações detalhados sobre a execução orçamentária e financeira dos Programas Projovem e Bolsa Família, tratados nesta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Aos beneficiários e executores dos Programas disciplinados nas Leis nºs 10.748, de 22 de outubro de 2003, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005, ficam assegurados, no âmbito do Projovem, os seus direitos, bem como o cumprimento dos seus deveres, nos termos dos convênios, acordos ou instrumentos congêneres firmados até 31 de dezembro de 2007.

Art. 24. Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2008:

I - o art. 3º-A da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998;

II - a Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003;

III - os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 10.940, de 27 de agosto de 2004;

IV - os arts. 1º a 8º da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; e

V – os arts. 1º a 10 da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.

Brasília, 10 de junho de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Guido Mantega

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Paulo Bernardo Silva

Patrus Ananias

Dilma Rousseff

Luiz Soares Dulci

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.6.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm

ANEXO C – Documento coordenação local permissão para uso



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROJOVEM URBANO
Praça Pedro Américo, 70 - Centro - João Pessoa - PB CEP 58010-970
Telefones: (83) 3221-4628 / (83)8831-1604
E-mail: projovem.urbano.jp@gmail.com

Termo de Anuência

Autorizo por meio deste termo de anuência a utilização do acervo de documentos, bem como dados do ProJovem Original e Projovem Urbano do Município de João Pessoa para utilização como fonte de pesquisa da professora Márcia de Figueiredo Lucena Lira.

João Pessoa, 04 de janeiro de 2010.

Patrícia Drieskens de Carvalho
Patrícia Drieskens de Carvalho
Diretora Pedagógica do Pólo Atitude
PROJOVEM URBANO/JP
SEDEC/PMJP

 Diretoria de Apoio do Projovem Urbano
Secretaria de Educação e Cultura
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Nome: _____

Núcleo em que estuda: _____

Sexo: () F () M () Outro – Qual? _____

Cor/Raça: Branca() Preta() Amarela() Parda() Indígena()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Telefone ou email: _____

1. Por que você veio para o ProJovem Urbano?

- () Estudar
 () Se preparar para uma profissão
 () Receber os 100 reais
 () Outra resposta. Qual? _____

2. Está aprendendo/aprendeu alguma coisa com as aulas das diferentes disciplinas?

- () sim
 () não. Por quê? _____

3. Pretende continuar os estudos depois de concluir o ensino fundamental?

- () sim
 () não

4. O que acha de ter um(a) Professor(a) Orientador(a) (PO)?

5. Você acha que o ProJovem vai mudar/mudou alguma coisa em sua vida? Dê um exemplo:

6. Você trabalha?

- () sim
 () não

7. Acha que o ProJovem lhe ajuda ou pode lhe ajudar no seu trabalho, ou em conseguir um trabalho?

- () sim
 () não
 Por quê? _____

8. O que as aulas de Participação Cidadã mostram de novo para você?

9. O que você tem aprendido/aprendeu no ProJovem sobre LIDERANÇA?

10. Você se reconhece como líder?

() sim

() não

Por quê?

11. Qual a principal característica de um(a) líder, para você?

12. Qual a sua avaliação deste encontro de lideranças?

13. Você já foi vítima de algum preconceito ou violência abaixo?

() Racismo

() Homofobia

() Violência doméstica

() Violência urbana

() Outro(a). Qual?

Por quê?

14. Você já praticou algum preconceito ou violência abaixo?

() Racismo

() Homofobia

() Violência doméstica

() Violência urbana

() Outro. Qual?

Por quê?
